



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**Contributos da experiência Portuguesa na Contra-Subversão em
África, para o emprego das Unidades de Infantaria no contexto
actual das operações de “*COUNTERINSURGENCY*”**

Autor: AspOf Al Inf Nelson José Borges Paulo

Orientador: Maj Inf António Cardoso

Amadora, 06 de Agosto de 2010



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**Contributos da experiência Portuguesa na Contra-Subversão em
África, para o emprego das Unidades de Infantaria no contexto
actual das operações de “*COUNTERINSURGENCY*”**

Autor: AspOf Al Inf Nelson José Borges Paulo

Orientador: Maj Inf António Cardoso

Amadora, 06 de Agosto de 2010



Contributos da experiência Portuguesa na Contra-Subversão em África, para o emprego das
Unidades de Infantaria no contexto actual das operações de “*Counterinsurgency*”

Ao Gonçalo, pelo tempo que não pude estar presente....



Agradecimentos:

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Major de Infantaria António Cardoso, pelas palavras de incentivo e pelo contributo que foi tê-lo como orientador, pelo que todos os seus conselhos e sugestões foram, sem dúvida, fundamentais.

Ao General Almeida Bruno pela sua disponibilidade, camaradagem e compreensão para a cedência da entrevista com um conteúdo tão significativo.

Ao Tenente-General Chito Rodrigues, pela forma como me recebeu na sede da Liga dos Combatentes, apesar da sua preenchida agenda concedeu-me uma entrevista recheada de informação crucial para o meu trabalho.

Agradece-se, reconhecidamente ao Senhor Major-General Martins Branco, pela cortesia da entrevista concedida enquanto ex-porta voz da ISAF no Afeganistão.

Ao coronel Aniceto Afonso pela sua gentileza e disponibilidade na entrevista concedida na AM sobre a temática do Ultramar.

Ao Coronel Guedes da Silva do Comando de Instrução e Doutrina, enquanto coordenador do grupo de trabalho responsável pela actualização dos manuais de Subversão de 1963.

Agradecimento particular, ao Tenente-Coronel INF Ruivo pela entrevista concedida no CTC enquanto ex-comandante de uma força nacional destacada no AFG.

Ao Major INF Ferreira da Brigada de Reacção Rápida, pela entrevista assentida enquanto ex-comandante de uma companhia de Pára-quedistas no Afeganistão.

Ao Major INF Grilo, pela sua amizade e gentileza na entrevista dada enquanto ex-comandante de uma companhia de Comandos no Afeganistão.

Major INF Pires do Comando das Forças Terrestres, pela sua amizade e disponibilidade no acesso a documentos referentes a Forças Nacionais Destacadas.

Para finalizar, não podia esquecer a casa mãe, à Academia Militar onde me orgulhei de aprender. A minha última palavra e de certeza a mais importante vai para a minha Esposa, Judith, por todo apoio prestado, especialmente nestes últimos cinco anos, sem o qual certamente não teria concluído este curso.



Índice Geral

Siglas e Abreviaturas	vi
Resumo	viii
Abstract	ix
Introdução.....	1
1. Caracterização do ambiente Operacional	4
1.1. A subversão em África durante a guerra colonial (1961-1974)	4
1.1.1 Domínio político	4
1.1.2 Domínio Humano.....	6
1.1.3 Domínio físico.....	7
1.1.4 Domínio militar.....	8
1.1.5 Domínio das informações	9
1.1.6 Domínio económico	10
1.2. A subversão nos actuais conflitos de <i>CounterInsurgency</i>	11
Factores variáveis do ambiente operacional	12
1.2.1 Domínio político	12
1.2.2 Domínio Humano.....	13
1.2.3 Domínio físico.....	14
1.2.4 Domínio Militar.....	15
1.2.5 Dominio de informações	16
1.2.6 Dominio económico	17
1.3. Análise e comparação dos ambientes operacionais	18
2. A doutrina nacional de contra-subversão	20
2.1. Fases da subversão	20
2.2. Características da guerra subversiva.....	20
2.3. Princípios da contra-subversão.....	21
2.4. Finalidades e formas da acção de contra-subversão	22
2.5. Missões das Forças Armadas na contra-subversão.....	22
3. Articulação e dispositivo das forças no Ultramar	24
3.1. Forças de Quadricula	24
3.2. Forças de Intervenção.....	24
3.3. Organização	25
3.4. Missões e tarefas	26
3.5. Capacidades	26



3.6.	Limitações	27
3.7.	Comando e controlo (C2)	27
3.8.	Apoio de fogos	27
3.9.	Armamento e equipamento	28
3.10.	Instrução	29
4.	Articulação e dispositivo das forças no Afeganistão	31
4.1.	Organização	31
4.2.	Missão e tarefas	31
4.3.	Capacidades	32
4.4.	Limitações	33
4.5.	Comando e controlo (C2)	33
4.6.	Apoio de fogos	33
4.7.	Armamento e equipamento	34
4.8.	Instrução	35
5.	O contributo da doutrina nacional para as operações COIN	36
	Conclusões	37
	Propostas/Recomendações	40
	Referências Bibliográficas	41



Índice de Apêndices:

Apêndice A:	Corpo de conceitos
Apêndice B:	Modelo matricial comparativo dos ambientes operacionais
Apêndice C:	Matriz de missões no Ultramar
Apêndice D:	Lista de matéria usado durante o Ultramar
Apêndice F:	Entrevista ao Sr. General Almeida Bruno
Apêndice E:	Entrevista ao Sr. Tenente-General Chito Rodrigues
Apêndice F:	Entrevista ao Sr. Coronel Aniceto Afonso
Apêndice G:	Entrevista ao Sr. Tenente-Coronel Ruivo
Apêndice H:	Entrevista ao Sr. Major Ferreira
Apêndice I:	Entrevista ao Sr. Major Grilo
Apêndice J:	Entrevista ao Sr. Major-General Martins Branco
Apêndice K:	Modelo matricial comparativo das entrevistas realizadas

Índice de Anexos:

Anexo A:	Importância de África para Portugal
Anexo B:	Panfleto de acção psicológica
Anexo C:	Articulação de forças no Ultramar
Anexo D:	Programa do Curso de Guerra Subversiva
Anexo E:	Organograma da QRF/FND/ISAF
Anexo F:	Historial da presença Portuguesa no Afeganistão
Anexo G:	Estrutura de Comando e Controlo no Afeganistão
Anexo H:	Estágios / Cursos / Acções de formação

Índice de Figuras:

Figura 1:	Espectro do conflito	11
Figura 2:	Variáveis do ambiente operacional	12
Figura 3:	Orgânica tipo de uma companhia de Caçadores	25



Siglas e Abreviaturas

Abreviatura	Forma completa	Equivalência (português)
AFG	Afeganistão	
AOp	Área de Operações	
CAS ²	<i>Close Air Support</i>	Apoio Aéreo Próximo
CECA	Comissão para o Estudo das Campanhas de África	
CEMGFA	Chefe Estado Maior General das Forças Armadas	
Cmd	Comando	
COIN	<i>Counterinsurgency</i>	Contra Insurreição
CRO	<i>Crisis Response Operations</i>	Operações de resposta a crise
Csubv	Contra-subversão	
EME	Estado Maior do Exército	
EUA	Estados Unidos da América	
FA ²	Forças Armadas	
FND	Força Nacional Destacada	
GM	Guerra Mundial	
In	Inimigo	
ISAF	<i>International Security Assistance</i>	Força Internacional de Assistência
NH	Nação Hospedeira	
OI	Organização Internacional	
ONG	Organização Não Governamental	
ONU	Organização das Nações Unidas	
OPCOM	<i>Operational Command</i>	Comando Operacional
OPCON	<i>Operational Control</i>	Controlo Operacional
OTAN/NATO	Noth Atlantic Treaty Organization	Organização Tratado Atlântico Norte
PIDE	Policia Internacional de Defesa do Estado	



PRT	<i>Provincial Reconstruction Teams</i>	Equipas de reconstrução regionais
PSYOPS	Operações Psicológicas	
QRF	<i>Quick Reaction Force</i>	Força de reacção rápida
RC-C	<i>Regional Command Capital</i>	Comando regional da Capital
RCIED	<i>Remote Controlled Improvised Explosive Device</i>	Dispositivo explosivo improvisado de controlo remoto
RFM	Relatório de Fim de Missão	
TACP	<i>Tactical Air Control Party</i>	Destacamento de Controlo Aéreo Tático
TO	Teatro de Operações	
UEC	Unidade escalão Companhia	



Resumo

Numa sociedade cada vez mais global, as questões de segurança e desenvolvimento aparecem no topo das agendas político-diplomáticas. Em simultâneo, e com a presença de novos actores não-estatais, os Estados perderam a hegemonia na condução da guerra, obrigando estes últimos a combater “novas” ameaças.

A guerra convencional, na qual se pretende subjugar as vontades dos outros às nossas, através da conquista do terreno e da destruição do inimigo, têm dado recentemente lugar a guerras não convencionais, onde o fenómeno subversivo assume um papel de destaque. Após esta mudança, o presente trabalho procura apresentar qual o contributo da experiência portuguesa em África para o actual emprego de forças no Afeganistão.

Abordando uma perspectiva táctica, este trabalho foi elaborado tendo em conta o nível Unidade Escalão Companhia e estabelece um paralelismo entre forças do Ultramar e do Afeganistão.

O trabalho centra-se sobretudo na pesquisa documental, com o intuito de analisar num primeiro capítulo o Ambiente Operacional do Ultramar Português e do Afeganistão, bem como uma análise comparativa dos mesmos; num segundo capítulo analisamos a doutrina Portuguesa existente sobre Subversão e Contra-Subversão; o terceiro capítulo é composta por um estudo da articulação e composição sobre as forças no Ultramar; num quarto capítulo fazemos a mesma investigação mas referente ao Teatro de operações do Afeganistão e por fim numa última fase apresentamos qual o contributo que a nossa doutrina de 1963 pode facultar para o emprego de uma Força Nacional Destacada ou para a elaboração de doutrina NATO.

Como resultado da investigação foi possível verificar que o fenómeno subversivo apresenta algumas evoluções, não obstante, ainda existem muitas semelhanças, e inseridas nestas similitudes encontram-se alguns dos factores mais importantes nos quais se desenrola a manobra subversiva, são eles: o apoio da população e a existência de apoio externos. Propõe-se a reformulação dos cinco manuais elaborados pelo exército português intitulados de “O Exército na Guerra Subversiva”, de forma a conseguirem responder aos desafios de uma nova realidade internacional.

Palavras-chave: SUBVERSÃO; CONTRA-SUBVERSÃO; *COUNTERINSURGENCY*; *INSURGENCY*.



Abstract

In an increasingly global society, issues of security and development are on the top of the political-diplomatic agendas. Simultaneously, and with the presence of new non-state actors, the states have lost their hegemony in the conduct of the war, forcing the latter to combat “new” threats.

Conventional war, where the objective is to subjugate the wills of others to our own desires by conquering land and the destruction of the enemy, have recently given rise to unconventional warfare, where the subversive phenomenon takes an important role. In the light of this change, this study intends to identify the contribution of the Portuguese experience in Africa to the current employment of forces in Afghanistan.

Addressing a tactical component, this work was done at a Company Unit level and draws a parallel between forces overseas and Afghanistan.

The work focuses mainly on documentary research, in order to examine initially the “*Ultramar*” Operating Environment and Afghanistan as well as a comparative analysis of both Operation Theaters, in the second stage, we analyze the existing Portuguese doctrine about Subversion, the third phase is comprised of a study of articulation and composition of forces which Operated in “*Ultramar*”, a fourth phase we do the same investigation but relative to the theater of operations in Afghanistan. Finally, the last phase, presents the contribution that our doctrine of 1963 may provide to the employment of National Forces Deployed or to the preparation of NATO doctrine.

As a result of the investigation it was verified that the subversive phenomenon presents some developments, however, there are many similarities, and included with these similarities are some of the most important factors about subversive action, like controlling the population and the existence of an external support. It is proposed to rewrite the five manuals produced by the Portuguese Army titled “*O Exército na Guerra Subversiva*”, with the purpose of giving answers to the challenges of a new international reality.

Keywords: subversion, counter-subversion, counterinsurgency, insurgency.



Introdução

Num mundo cada vez mais global e complexo, urge uma dinâmica de mudança no modo de se fazer a guerra, que deriva da rápida evolução tecnológica, da natureza dos actores em presença, dos valores humanos e da legitimação do uso da força, tudo isto numa era que se caracteriza pela necessidade feroz de acesso à informação. As guerras tradicionais, que eminentemente colocavam frente a frente actores puramente militares, deram lugar ao combate entre e pela população, numa tentativa de conquista das suas mentes e corações. O futuro da condução da guerra passará pela combinação de operações convencionais e não convencionais, cinéticas e não cinéticas e militares e não militares, pelo que se prevê um incremento na complexidade do futuro ambiente operacional¹.

Operações de “Counterinsurgency” (COIN) assumiram na última década um papel peculiar no modo de pensar e conduzir a guerra, onde os governos e, em especial, os militares sentiram a necessidade de retirar os velhos manuais de contra-subversão dos seus arquivos. Pese embora o facto do ambiente operacional ter mudado e de se ter dado a conhecer ao mundo novos conceitos no modo de se fazer a guerra, como por exemplo a guerra centrada em rede, foram-se reler os clássicos do pensamento como David Galula², Mao Tse-tung³, Roger Trinquier⁴ e Carl von Clausewitz⁵, entre outros. Hoje em dia estudamos, de novo, como se conduzem operações COIN, percebendo o domínio cultural, relembrando que o modo de fazer a guerra é um assunto político levando à integração de todas as manobras, através da grande estratégia (Gray, 2007).

É neste contexto que surge este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), inserido no Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Infantaria, no qual se pretende compreender quais os contributos da experiência Portuguesa na Contra-Subversão em África, para o emprego das unidades de Infantaria no contexto actual das operações COIN.

“Estamos na actualidade a responder operacionalmente, a um ambiente típico de um conflito violento de carácter insurreccional”⁶ (Ramalho, 2010, p.315), logo esta temática reveste-se de uma relevante importância e pertinência, tendo em conta as novas ameaças, bem como, a diversidade de cenários onde a subversão está presente, desde o Iraque ao Afeganistão. Assim, este estudo pretende dar um contributo da experiência recolhida em

¹ Joint Warfighting Center em “Refining how we think about joint operations”

² David Galula (1919-1967) foi oficial, estudioso Francês e foi pioneiro no desenvolvimento de teorias na área de Contra-Subversão (www.defesanet.com).

³ Mao Tse-tung (1893 – 1976) Militar, poeta, ideólogo e político chinês. Foi fundador da República Popular da China. Mao Tsé-Tung (ou Mao Zedong) desenvolveu ideias sobre revolução e guerrilha (www.infopedia.pt).

⁴ Roger Trinquier (1908 – 1986) Foi oficial do Exército Francês durante várias campanhas. Foi um teórico das áreas da contra-subversão, principalmente, com seu livro “Modern Warfare” (www.vanguardbooks.com).

⁵ Carl Von Clausewitz (1780 – 1831) Foi Major do Exército Prussiano e um intelectual. Autor do livro “Da Guerra”, que iria tornar-se numa das obras sobre filosofia militar mais influentes no mundo (Clausewitz, 2007).

⁶ Intervenção efectuada pelo GEN CEME na reunião FINABEL, em Atenas a 8 de Abril de 2009.



África, e expor as semelhanças e diferenças com os actuais conflitos *COIN*.

A emergente necessidade de se tentar perceber alguns dos actuais conflitos, levamos a que o objecto deste trabalho seja compreender qual o tipo de formação mais apropriada para o aprontamento de uma Força Nacional Destacada (FND), embora devêssemos recorrer previamente à nossa vasta experiência no Ultramar, verificar qual o seu contributo para a actualidade e averiguar se é necessário introduzir alterações ou não, só assim saberemos se a nossa doutrina de 1963 poderá contribuir para os actuais operações *COIN*.

Sendo este assunto transversal aos vários níveis das operações, estratégico, operacional e tático, delimitei o presente estudo ao nível tático da guerra, embora, inicie com um enquadramento mais ao nível estratégico e operacional, à medida que desenvolvemos o trabalho procura-se focalizar o mesmo ao nível tático, mais concretamente ao escalão companhia de Infantaria⁷. No que concerne à doutrina, limitamos o nosso estudo à análise da doutrina nacional e da Aliança. Já ao nível temporal delimito o meu estudo em África à guerra Colonial de 1961 a 1974, e na actualidade desde a primeira forças a embarcar (2005) até Junho de 2010 para o teatro do Afeganistão.

Para se materializar tal desígnio tornou-se necessário identificar de que forma a doutrina portuguesa sobre contra-subversão poderá contribuir para o emprego de uma FND nos actuais conflitos *COIN*, tornando-se este o nosso objectivo geral. Foram ainda definidos como objectivos específicos a caracterização do actual ambiente operacional, a forma de actuação das companhias no Ultramar e na actualidade, o estabelecimento de uma relação entre ambas e ainda a verificação se a doutrina nacional sobre contra-subversão está ou não actualizada, na sua totalidade ou parcialmente.

Para a execução deste trabalho de investigação seguimos o método científico de Raymond Quivy e Luc van Campenhoudt, apresentado no seu livro “*Manual de Investigação em Ciências Sociais*”, nomeadamente o método hipotético-dedutivo, baseado numa pesquisa bibliográfica e documental. Foram também realizadas entrevistas com o objectivo de complementar a investigação, de modo a validar as hipóteses, de forma a responder às questões derivadas e consequentemente à questão central. Assim, para uma melhor orientação do trabalho foi formulada a seguinte questão central: **Em que medida a experiência que resultou do emprego das unidades de escalão companhia de Infantaria, do Exército Português, no contexto da contra-subversão durante as campanhas do Ultramar, poderá constituir-se num importante contributo para o emprego de forças congéneres nacionais, integradas em Forças Nacionais Destacadas em operações de “*CounterInsurgency*”?**

⁷ Entenda-se por unidade de Infantaria (caçadores, comandos e Pára-quedistas).



Definida a questão central, formularam-se algumas questões derivadas (QD), às quais pretendemos dar resposta, ao longo deste trabalho de investigação, de modo a encontrar a solução para o problema colocado através da questão central. As questões derivadas formuladas, as quais pretendem indicar os caminhos de procura, mantendo a orientação e evitando a dispersão, são as seguintes:

QD 1 – Quais as diferenças do ambiente operacional nos Teatros de Operações (TO) das Forças Armadas (FA²) Portuguesas durante a Guerra do Ultramar face ao actual ambiente operacional onde decorrem operações de COIN?

QD 2 – Qual a organização e forma de actuação das unidades de escalão companhia (UEC) de Infantaria do Exército Português durante as campanhas no Ultramar?

QD 3 – Qual a organização e forma de actuação das UEC de Infantaria, integradas em FND, nas actuais operações de COIN?

QD 4 – Como poderá a doutrina portuguesa de emprego das Unidades de Infantaria, no âmbito da contra-subversão, ser aplicada a uma FND, aquando do seu emprego em operações de COIN?

Como resposta às questões derivadas formulámos as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 (QD 1): Nos cenários estudados identificam-se similitudes essencialmente quanto ao cariz assimétrico e insurreccional dos actores e ameaças em presença, contudo, identificam-se diferenças relativas ao espaço geográfico, discrepâncias culturais e religiosas e uma maior complexidade que advém da globalização e da evolução tecnológica verificadas na actualidade.

Hipótese 2 (QD 2): As companhias actuavam integradas em batalhões (em função de quadrícula ou de intervenção), ou de forma isolada. Quando assim era, podiam actuar como Companhia de intervenção ou quadrícula.

Hipótese 3 (QD 3): As Actuais FND, quando executam e/ou participam em operações no contexto de COIN, podem assumir a responsabilidade sobre sectores que lhe são atribuídos, ou podem também actuar como forças de intervenção.

Hipótese 4 (QD 4): A doutrina nacional sobre contra-subversão, baseada na experiência adquirida durante a Guerra do Ultramar e materializada nos manuais “O Exército na guerra subversiva” de 1963, tem aplicação prática e eficaz no empenhamento de uma FND, a empregar num cenário de COIN.

Como instrumentos para fundamentação da investigação realizamos uma consulta bibliográfica, tão vasta quanto o possível, focada essencialmente em manuais doutrinários nacionais, da NATO e dos Estados Unidos da América (EUA), e que complementámos com a realização de entrevistas a personalidades de reconhecida competência.



“This is a game of wits and will. You`ve got to be learning and adapting constantly to survive”.

General Peter J. Schoomaker, USA, 2004

1. Caracterização do ambiente Operacional

1.1. A subversão em África durante a guerra colonial (1961-1974)

Ao longo deste primeiro capítulo irei analisar o caso Português na luta contra-subversiva, iniciando obviamente pela experiência recolhida durante a “Guerra Colonial”. Para melhor compreender este fenómeno importa recuarmos até ao início dos anos 60, pois é deveras importante caracterizar o ambiente operacional existente na época, bem como toda a sua envolvente.

Importa salientar que Portugal foi a primeira potência colonial a chegar a África e a última a sair. Entre 1961 e 1974, enfrentou a mais extensa linha de batalha do mundo sem qualquer experiência⁸ na área da Subversão, nem competências provadas em campo. Constitui ainda um facto importante que na época Portugal era uma nação de recursos tão modestos ao ponto de ser o país mais pobre da Europa Ocidental. (Cann, 1998).

Para melhor compreender o conflito Ultramarino importa referir quais as linhas que serviram de orientação à conduta portuguesa durante este conflito. A conjugação de quatro acções essenciais que constituem uma resposta à subversão, que se denomina como contra-subversão. A *“militar, que dá a segurança às populações; a psicológica, que restitui a confiança aos espíritos; a social, que consolida essa confiança; e a política, que leva a efeito as reformas”* (Oliveira, 1963, p.61). Para que estas acções fiquem mais clarificadas Garcia (2006) acrescenta a manobra das informações como um factor chave.

1.1.1 Domínio político⁹

“Portugal foi a primeira potência colonial a chegar a África e a última a sair. Enquanto outros estados europeus garantiam a independência às suas possessões africanas, Portugal decidia ficar e lutar, apesar das poucas probabilidades de vir a ser bem sucedido” (Cann, 1998, p.7). Na mesma linha de pensamento Afonso (2010) afirma que a nível internacional vivia-se um ambiente de descolonização, ao qual Portugal não aderiu. Após esta decisão o governo viu-se obrigado a adoptar uma estratégia no campo da política interna e externa.

No campo interno, e após a perda do Brasil, o então Presidente do conselho, António Salazar, traça uma implacável política africana que tem em vista os benefícios económicos que dela provém, ignorando a oposição interna e internacional. A importância

⁸ Pois Portugal não disparava um tiro desde a Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha invadiu o norte de Moçambique e o sul de Angola.

⁹ Segundo Garcia (2006), este domínio pode ser analisado como manobra político-diplomática.



das possessões ultramarinas para Portugal, fica bem patente na seguinte transcrição: “A África é para nós uma justificação moral e uma *raison d’être*¹⁰ como potência. Sem ela, seríamos uma pequena nação; com ela, somos um grande país”¹¹ (Caetano, 1935, p.218). Branco (2010) refere que os territórios Ultramarinos para todos os efeitos eram considerados território Nacional.

Assim, para fazer face à subversão, seria necessário adoptar medidas de âmbito legislativo e organizativo de modo a reforçar a autoridade do Estado. “Dada a insuficiência estatística de recursos que Portugal enfrentava ao conduzir a sua contra-insurreição, teria de adoptar estratégias diferentes das da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos. Existiam dois elementos-chave que escoravam o esforço de Portugal neste campo. O primeiro era disseminar o mais possível o fardo da guerra; o segundo, manter o ritmo do conflito suficientemente lento para que os recursos fossem suficientes” (Cann, 1998, p.29).

No que concerne ao campo externo, “a seguir à Segunda Guerra Mundial os sentimentos nacionalistas aumentaram entre os mestiços e assimilados¹², o que levou alguns países a apoiar as suas acções subversivas, com principal destaque para a União Soviética¹³” (Cann, 1998, p.45). Desde 1955, data de adesão de Portugal à Organização das Nações Unidas (ONU), que o isolamento do país se vinha a incrementar, com alguns vetos por parte da União Soviética e com a vontade de alguns dos membros desta organização em verem reconhecida a autonomia das colónias. Neste período, Portugal tem na NATO e nos EUA os seus maiores aliados no campo da política externa. Em 1961, a situação altera-se com a vontade dos EUA em retirar o apoio a Portugal, tomando o alinhamento da União Soviética. Em simultâneo, os movimentos subversivos¹⁴ começam a receber apoios e treino militar de outros países, como é exemplo a preparação militar que o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde recebeu na Argélia, Rússia e Checoslováquia (Cann, 1998).

Ao nível político-diplomático haveria a necessidade de definir políticas geradoras de um clima de segurança, igualdade e bem-estar, através da implementação de medidas legislativas adequadas. Assim Portugal para responder a estas necessidades e para ganhar alguma credibilidade a nível internacional implementou diversas reformas, como foi o caso da revogação do estatuto do indígena¹⁵, uma nova Lei das Terras¹⁶ e um novo Código de

¹⁰ Razão de ser.

¹¹ Como se pode confirmar com a imagem elucidativa do anexo A.

¹² Povos de raça mista e mestiços legalmente assimilados pela cultura portuguesa, respectivamente.

¹³ À época, com a designação de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

¹⁴ Aqueles que conduzem a subversão.

¹⁵ Decreto-Lei N.º 43893, de 6 de Setembro de 1961.

¹⁶ Decreto-Lei N.º 43894, de 6 de Setembro de 1961.



Trabalho¹⁷, colocando os africanos em equidade com portugueses de origem europeia.

Em suma, *“o facto de Portugal ter perdido a guerra por não ter conseguido encontrar uma solução política para o conflito não nega as suas proezas militares, nem a lição que pode constituir para outros conflitos futuros”* (Cann, 1998, p. 33). O mesmo autor afirma que *“quando a vitória estava ao alcance de Portugal, a inflexibilidade política gerou descontentamento entre os militares e uma revolução em 1974”* (1998, p.9).

1.1.2 Domínio Humano

Nesta pertença devemos ter em conta não só os recursos humanos disponíveis para ingresso nas FA², bem como a população local das províncias ultramarinas.

Quanto ao primeiro importa referir que os poucos recursos humanos existentes na metrópole, bem como o facto de estes não terem formação necessária para este tipo de conflito, levou *“o Exército Português a estabelecer em Lamego, a 16 de Abril de 1960, o Centro de Instrução de Operações Especiais, ou CIOE, com a finalidade de formar quadros com especialidade nas tácticas de contra-insurreição (contra-subversão). Tanto o CIOE como o IAEM tornaram-se fóruns para exploração e desenvolvimento das estratégias e tácticas mais eficazes contra qualquer insurreição nas colónias portuguesas”* (Cann, 1998, p.75).

Importa ainda referir que em 1961, as FA² contavam com 79 000 efectivos, dos quais 58 000 pertenciam ao Exército, 8 500 à Marinha e 12 500 à Força Aérea. Mais nenhum país no mundo tinha combatido cenários de contra-insurreição tão vastos e com tão pouco efectivos (Cann, 1998).

No que pertence ao segundo aspecto, a população local representa, em simultâneo, o ambiente onde se desenvolve a subversão, o objectivo a conquistar e um dos meios a utilizar para obter o sucesso (Oliveira, 1963). A diversidade da população constituíram um problema e ao mesmo tempo, uma fonte de força para Portugal, que foi capaz de tirar partido destas diferenças em seu proveito, visto os guerrilheiros pertencerem com frequência a grupos que pouco tinham em comum (Cann, 1998). Guerrilheiros estes que eram profundamente influenciados pelo feiticismo e muito ligados a ideias de natureza religiosa e étnica, tornando-se fanáticos na luta e muitos agressivos no combate (Exército, 1963b). O Estado Português para melhorar a relação da população local para com o governo civil e para dar resposta às reivindicações populares, decidiu executar medidas sociais, económicas, legais e administrativas, suportadas pela actividade militar. Assim, *“as autoridades portuguesas identificaram a dimensão social como sendo a chave para manter o ultramar e, conseqüentemente, orientaram a sua doutrina e os deveres dos seus soldados*

¹⁷ Decreto-Lei N.º 44309, de 27 de Abril de 1962.



nessa direcção” (Cann, 1998, p.83). Deste esforço destacam-se as acções sociais de educação, assistência médica, desenvolvimento económico da agricultura e criação de gado, melhoramento de infra-estruturas locais, a par de um desenvolvimento nas comunicações e incremento na autodefesa das localidades e aldeias (Cann, 1998).

A “doutrina nacional dividiu a dimensão social em duas partes: o apoio do Exército ao trabalho civil e a divulgação destas actividades através de um programa de operações psicológicas” (Cann, 1998, p.84). Estas dimensões tinham a finalidade de isolar a população da subversão, competindo-lhe às autoridades civis controlar as pessoas através de medidas de recenseamento e enquadramento da população, controlo de informação pública, armas, meios de comunicação e transporte, imposição do recolher obrigatório e reordenamento das populações (Garcia, 2006).

Em suma, Portugal apercebeu-se da necessidade de desenvolver um programa psicossocial de modo a garantir a segurança e bem-estar da população, para tal, a formação do soldado português era vital para discernir a situação humana que se vivia nos diferentes TO. Deste modo o Soldado português era considerado o meio mais eficaz de captar e conquistar a mente e o coração do povo africano (Cann, 1998).

1.1.3 Domínio físico

Neste âmbito Afonso (2010) refere que cada TO era diferente, só a retaguarda era semelhante, ou seja, a metrópole. Assim existem inúmeros factores que podemos analisar como a geografia, o clima, a vegetação, as infra-estruturas, os recursos naturais, etc.

O principal e maior obstáculo dos portugueses era o facto de serem três TO em simultâneo e a distância geográfica que os separava de Lisboa, bem como a distância entre eles. Esta dispersão dos campos de batalha trouxe também muitas dificuldades no âmbito da projecção de meios, bem como posteriormente o seu reabastecimento (Cann, 1998).

Quanto ao terreno, que colocava problemas fora do comum, onde se destaca a sua diversidade que ia desde os planaltos, montanhas, pântanos, terrenos desérticos alguns densamente arborizados obrigando as forças militares portuguesas a adaptarem-se a estes diferentes cenários (EME, 1963b). Neste conflito toma ainda grande relevo a existência de enormes fronteiras, o que obrigava a um esforço adicional, pois estas deveriam ser controladas para se evitar o apoio externo às forças subversivas (Cann, 1998), sabendo que alguns países vizinhos representavam não só zonas de refúgio bem como apoio externo aos subversivos (Couto, 1988).

O clima, essencialmente tropical, obrigou a um esforço acrescido de adaptação das tropas portuguesas. Por sua vez, a vegetação era diversa, desde os caniçais, selva, capim e zonas densamente arborizadas. A título de exemplo, “o rio Congo, que materializava parte



da fronteira entre Angola e o Congo, estava cheio de ilhas densamente arborizadas que forneceram uma excelente cobertura aos guerrilheiros” (Cann, 1998, p.21).

Relativamente às infra-estruturas destacaram-se as fracas acessibilidades, características das zonas montanhosas, pantanosas e das florestas, em consequência da morfologia e revestimento do terreno e das limitações relativas às vias de comunicação (Couto, 1988).

1.1.4 Domínio militar

“A par da reforma estrutural das Forças Armadas de 1958, um conjunto de acções no sentido de acompanhar o desenvolvimento da “Guerra Subversiva”, que servia objectivos revolucionários de carácter ideológico utilizando o terrorismo como arma” (Borges, 2010, p.24), em 1958 enviam-se os primeiros oficiais para frequentar cursos nos EUA, Inglaterra, França, Espanha, Argélia e Bélgica no âmbito da contra-subversão. Durante o mesmo ano Portugal decide alterar a sua organização militar (DL 41557 e DL 41559 de 15 Março de 1958) principalmente em África, enviando mais quadros e dispersando as forças pelos territórios ultramarinos. O envio das forças expedicionárias em comissões é alargado para dois anos.

Em Fevereiro de 1959 é nomeado um grupo de militares para analisar as condições de segurança dos vários territórios da Nação Portuguesa, e em simultâneo se necessário, estudar a criação de unidades especiais. O resultado final deste estudo alertava para o provável tipo de luta que se previa então no ultramar, propondo a divisão administrativa, civil-militar, por escalões similares e justapostos, ou seja, com uma hierarquia semelhante e que se pudessem socorrer uma à outra em caso de uma falhar (AHM 2-7-148-1, 1959).

Em 1960 o Exército estava armado e equipado para uma guerra convencional (Bruno, 2010), mas dado o tipo de guerra que se avizinhava, é criado através do Decreto-Lei nº 42926, de 16 de Abril de 1960 o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), com a finalidade de preparar tropas na luta contra guerrilha, acção psicológica e operações especiais. A necessidade de criar forças especiais leva o Exército durante o ano de 1962, a criar em Angola (Zemba) os Comandos. Já em 1964, são criados em Moçambique (Namacha) e, em Julho, na Guiné (Brá / Bissau) (Garcia, 2007).

Quando a guerra deflagrou, o Exército já possuía alguma doutrina e tática na área da contra-subversão, contudo muito incipiente, mas graças um grande esforço foi desenvolvida e publicada, embora sendo ainda baseada em doutrinas de Exércitos mais experientes como o Francês e o Inglês. Em 1963 é então publicada com o nome “O Exército na Guerra Subversiva” composto por 5 volumes – Generalidades, Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas, Acção Psicológica, Apoio às Autoridades Cíveis e



Administração e Logística (CECA, 1990).

Após a selecção das regiões, normalmente designada por sectores, onde a subversão era mais violenta, estas eram ocupadas por forças, cuja primeira preocupação era manter ou restabelecer a defesa de pessoas e bens. Estas forças eram designadas por forças de quadrícula, sendo a sua unidade básica a Companhia de Caçadores podendo eventualmente ser um Esquadrão de Reconhecimento. Estas forças tinham como principais missões: assegurar a defesa de pontos sensíveis; garantir a possibilidade de utilização de vias de comunicação; pesquisa de notícias sobre o In, terreno e população; manter o contacto com a população; exercer acção psicológica sobre os rebeldes e hospitalizar o In dentro das suas capacidades (EME, 1963b).

Face á incapacidade das forças de quadrícula na execução de operações ofensivas, foram criadas as forças de intervenção, caracterizadas por possuírem uma grande mobilidade e um elevado poder de fogo. Todas as forças estavam integradas num único conjunto de forças, onde os respectivos comandantes de Companhia, Batalhão e Agrupamentos deveriam possuir subunidades quer de quadrícula, quer de intervenção (EME, 1963b).

Em suma, podemos afirmar que a manobra militar Portuguesa em África é hoje apontada como um exemplo de sucesso por diversos analistas militares, sendo curioso que da análise do novo manual dos Estados Unidos da América (EUA) sobre contra-subversão¹⁸, verificamos que os ensinamentos nele contidos já haviam sido desenvolvidos pelos Portugueses em África (Garcia, 2007).

1.1.5 Domínio das informações

De referir que em 1960, o Exército não dispunha de formação na área das informações, éramos muito frágeis nesta área (Bruno, 2010), contudo nos três TO existiam várias estruturas responsáveis pela recolha de informações. Ao nível militar a pesquisa táctica era efectuada ao nível escalão da companhia, contudo esta não possuía qualquer estrutura de informações na sua orgânica, nem sensibilidade para trabalhar tais informações. As primeiras estruturas de informações só apareciam ao nível do Comando de Zona (Garcia, 2007).

A Policia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que também era utilizada em assuntos específicos com interesse militar, operava essencialmente com brigadas a nível local. Esta força era reconhecida pelas suas excepcionais qualidades ao nível de pesquisa de informações, embora na análise não possamos dizer o mesmo. A PIDE por ter uma relação muito próxima com o poder político, em Lisboa, não aceitava receber orientações

¹⁸ Field Manual 3-24, de 15 de Dezembro de 2006



para a pesquisa de informação de outros órgãos (Garcia, 2007).

Um dos pontos mais importantes que se deve abordar no estudo das informações é a análise da população, visto o objectivo primordial da subversão ser a conquista da mente da mesma¹⁹. Além dos tradicionais estudos sobre a missão, In, terreno, meios e tempo disponível, também era extremamente primordial o estudo aprofundado do ponto de vista étnico, linguístico, religioso e socioeconómico, pois conhecendo as crenças, os hábitos, as origens, etc., tornava mais fácil a conquista da população (Garcia, 2006).

No estudo das informações não podemos descurar a investigação dos vários grupos armados existentes, pois estes pretendem controlar as populações. Através desta análise podemos prever acções futuras e assim evitá-las. Outro aspecto fulcral é identificar quais os apoios externos que auxiliem estes grupos, para os controlar ou se possível neutralizar (Garcia, 2006).

Em suma podemos dizer que só com estes estudos foi possível efectuar o planeamento das diversas manobras parcelares integrando uma actuação contra-subversiva. De salientar que Portugal tem todos estes estudos efectuados para as suas ex-colónias, países esses que actualmente mantêm várias programas de cooperação (Garcia, 2006).

1.1.6 Domínio económico

Já no campo económico, a manobra logística foi vital para Portugal, que combatia uma insurreição a uma distância de 10 300 quilómetros da metrópole (Cann, 1998). Em África destacaram-se as funções logísticas: transportes, abastecimento, evacuação e hospitalização, serviço técnico e direcção logística, como uma das chaves de sucesso para as campanhas militares. Neste cenário, Portugal teve de despender avultados recursos económicos para apoio e melhoria das condições de vida da população local, a par dos gastos necessários à condução da guerra (Rodrigues, 2009).

Um outro aspecto importante neste domínio prende-se com a industrialização de Angola e Moçambique, que deu emprego a pessoal local especializado, aumentando o nível de vida da população e desenvolvendo a economia local (Cann, 1998).

¹⁹ Como podemos ver através do anexo B, onde o Exército tenta cativar o povo local através de um panfleto de acção psicológica.



“Counterinsurgency is not just thinking man’s warfare - it is the graduate level of war”.

Special Forces Officer in Iraque, 2005

1.2. A subversão nos actuais conflitos de CounterInsurgency

Na presente actualidade com o mundo marcado pela constante mutação de violência, onde a intensidade de um conflito varia ao longo do tempo e entre os vários locais, importa identificar qual o tipo de campanha em que vamos operar, pois só assim os comandantes conseguem prever os princípios que regem as condutas das operações.

O espectro do conflito é um pano de fundo que descreve o ambiente operacional onde ocorrem as operações. Este varia desde a interacção pacífica até à guerra geral, onde a principal diferença é o nível de violência. Este espectro divide-se em quatro operações principais (ver figura 1), em que cada um tem um conjunto diferente de regras de empenhamento, princípios de aplicação da força e o estado final desejado. As operações principais são:

1. Operações militares em tempo de paz
2. Apoio à paz
3. “CounterInsurgency”
4. Operações de combate

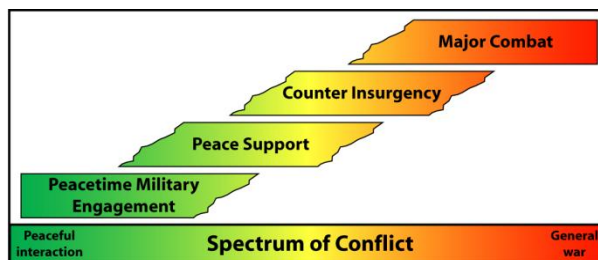


Figura 1 – Espectro do conflito

Fonte: AJP 3.4.4 - 2008

No extremo esquerdo do espectro temos uma paz estável, caracterizada por uma situação com pouca ou nenhuma violência, onde a missão dos militares visa reforçar uma interacção pacífica entre as várias facções, impedir o aparecimento de conflitos e preparar-se para a resolução dos conflitos, caso eles surjam.

Deslocando-nos ao longo do espectro, a paz estável pode degenerar para uma paz instável, onde duas ou mais partes podem fazer uso da violência para atingir os seus objectivos. Aqui as operações militares denominam-se por Apoio à paz, onde o objectivo é conter a violência que tem ocorrido, prevenir que a violência alastre e reduzir a tensão entre as facções, permitindo o retorno uma interacção pacífica.

Progredindo ao longo do espectro, a paz instável pode levar a uma revolta (que pode incluir terrorismo generalizado e outras actividades irregulares), onde a condição do conflito envolve violência intra ou interestadual, mas aquém das operações de grande escala por parte de forças convencionais. As operações militares aqui são denominadas de



COIN, onde o principal objectivo é reduzir o nível de conflito para que possa ser travado através de operação de apoio à paz.

Na extremidade oposta do espectro do conflito encontram-se as operações de combate, onde a principal actividade militar é combater (AJP 3.4.4 – 2008).

Factores variáveis do ambiente operacional

O ambiente operacional descreve as condições onde a revolta pode ter lugar, podendo mais tarde florescer. Na actualidade este ambiente caracteriza-se por uma enorme incerteza, imprevisibilidade e complexidade (Ferreira, 2010). Para mais fácil compreensão destas condições e para uma melhor avaliação, o ambiente operacional divide-se em seis variáveis de informação, sendo elas a política, humana, física, militar, informações e económica (ver figura 2).

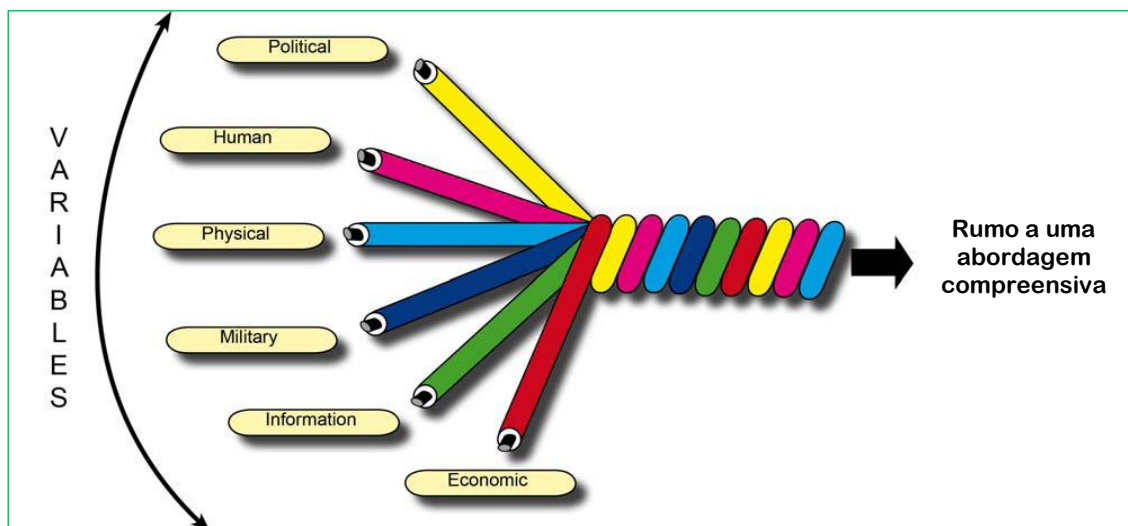


Figura 2 – Variáveis do Ambiente Operacional

Fonte: AJP 3.4.4 - 2008

1.2.1 Domínio político

O ambiente político difere significativamente de região para região, sendo que este faz-se sentir mais na Capital, à medida que nos afastamos, esse domínio vai-se diluindo (Ruivo, 2010) e interfere com o emprego de forças e com as conduções das operações militares. A política local incipiente (Grilo, 2010), as pressões políticas que são exercidas sobre a Nação Hospedeira (NH) podem levar a lutas internas pelo poder, pressões políticas regionais e ainda despoletar rivalidades religiosas e/ou ideológicas. O cenário poderá agravar-se com a presença e respectivas acções de forças militares combinadas, de tal forma que as forças da NATO têm que estar conscientes do contexto político, da



participação da população local no mesmo, para que a condução das operações militares decorram ao longo de um contexto estratégico.

Neste tipo de cenários, uma acção tomada contra um determinado Estado ou região pode gerar reacções em qualquer parte do mundo. Assim, a existência de um mandato e a legitimidade são dois pilares chave para o emprego e aceitação da força em determinada região. As forças constituídas que operam nestes cenários podem alterar a sua composição, mesmo durante operações ou campanhas, de modo a dar uma resposta mais eficaz às ameaças existentes que podem ir desde forças militares, insurgentes, mercenários a grupos criminosos. Os comandantes devem identificar dois tipos de relações existentes. Um dentro do TO e outro externo, onde devem ser identificados os seus actores de modo a anular a sua intervenção. Contudo os comandantes devem ponderar todas as suas decisões, pois estas, por norma podem ter repercussões a todos os níveis de operações militares, ou seja, uma decisão táctica pode ter repercussões ao nível estratégico. Estes acontecimentos tornam-se mais evidentes nas operações de COIN.

É também de referir que, o comandante terá de estar permanentemente informado sobre a evolução política, pois estes aspectos poderão ter consequências sérias para as forças armadas e para o país ou aliança. (AJP 3.4.4 – 2008)

1.2.2 Domínio Humano

Falar do domínio humano implica conhecer os grupos e os potenciais actores²⁰ que possam influenciar o emprego das forças e o apoio à NH. Normalmente estes grupos têm na sua génese a família, clã ou tribo, língua, religião, cultura, etnia, crenças e valores em comum. Estes também tem comportamentos e opiniões diferentes sobre questões como o nascimento, vida e morte, honra e desonra. Para as forças militares é essencial compreender esses comportamentos humanos, pois estes são reveladores da aceitação ou não da sua presença no TO.

Dentro deste domínio devemos dar especial destaque à liderança, à autoridade e à cultura. No que concerne à liderança e autoridade, deve-se fazer um esforço para contactar todos os líderes da região onde operamos, para que com o desenrolar da operação o nível de aceitação da força vá aumentando. Pois normalmente, neste tipo de conflitos existe um grande respeito pelos líderes regionais.

Nos aspectos culturais deve-se respeitar escrupulosamente todas as diferenças culturais e religiosas, e todos os esforços devem ser levados a cabo para evitar causar

²⁰ Estes podem ser forças militares (Aliança, Nação Hospedeira), civis, elementos neutros (Organizações Não Governamentais, Organizações Internacionais, religiosos, voluntários, políticos) e oponentes (insurgentes, líderes tribais, milícias, criminosos, mercenários, etc.).



ofensas. Pois estes acontecimentos podem ser explorados pelos insurgentes. Para que isto não aconteça deve-se durante o aprontamento ministrar formação nesta área.

Como nestes cenários nem sempre o idioma é fácil, deve-se tentar adquirir alguns conhecimentos linguísticos, ou em ultimo caso recorrer a tradutores (AJP 3.4.4 - 2008).

1.2.3 Domínio físico

Este é e será sempre um dos maiores problemas nos conflitos de COIN. Actualmente pode variar entre o deserto do Iraque e as montanhas do Afeganistão, onde a geografia e o clima exigem dos militares uma constante adaptação que pode por vezes afectar o desenrolar das operações.

De acordo com a nova complexidade da guerra, os insurgentes aperceberam-se que as regiões rurais já não são o terreno ideal para levar a cabo um conflito de insurreição. Uma das razões prende-se com o facto de existir pouca população, fonte essencial de recrutamento e apoio. Outro dos aspectos é que o meio rural favorece as forças militares tecnologicamente avançadas, pois estas possuem excelentes capacidades de reconhecimento, uma elevada mobilidade, boa capacidade de manobra e armamento de longo alcance com elevada precisão. Os insurgentes da actualidade apercebendo-se desta realidade, decidiram alterar a sua área de operações (AOp) das zonas rurais²¹ para as zonas urbanas, áreas mais complexas, terreno mais “fechado” onde existe uma panóplia de apoios²² inclusive população²³ e fundamentalmente porque é nas áreas urbanas que está a população, para terem o seu apoio e para se dissimularem no seu seio. Assim, os insurgentes vêem nestas zonas urbanas a capacidade de poderem combater e aniquilar a acção das forças convencionais.

Não podemos deixar de abordar três elementos essenciais, o desenvolvimento das áreas urbanas; as condições meteorológicas e as infra-estruturas. Quanto ao primeiro, importa dizer que o movimento das áreas rurais para as áreas urbanas, leva as pessoas a viverem em condições precárias, tornando-os não só alvos fáceis de recrutamento, como irá criar desigualdade e posteriormente causar instabilidade política e social. No que respeita às condições meteorológicas estas obrigam as forças militares a uma constante adaptação e estudo, para verificar em que época a actividade subversiva aumenta. Por último, nas infra-estruturas devemos destacar essencialmente as vias de comunicação (transporte e

²¹ Não devemos esquecer que durante a Subversão levada a cabo no Ultramar, os insurgentes tinham preferência pelos meios rurais.

²² Apoios ao nível de recursos financeiros e de infra-estruturas.

²³ De acordo com as Nações Unidas em 1950 dois terços da população mundial vivia no campo, actualmente residem em áreas urbanas 47% e em 2030 prevê-se que dois terços da população irão estar em áreas urbanas.



comunicações²⁴), edifícios públicos, sociais e instalações fabris, o que torna fácil aos insurgentes dissimularem-se na população e possam num curto espaço de tempo, levar a cabo várias acções em locais distintos. (AJP 3.4.4 – 2008).

1.2.4 Domínio Militar

Nos conflitos da actualidade a diversidade de actores militares²⁵ é quase tão vasto como o número de actores civis. Porém, nem todos os actores militares têm a conduta e o nível de profissionalismo das forças de uma aliança, em especial da NATO, não respeitam as regras do direito internacional, nomeadamente no modo de fazer a guerra. A diversidade de actores militares pode ir desde as forças militares da aliança/coligação, de países estrangeiros ou da NH, adidos militares e conselheiros/assessores²⁶ militares da NH. Todos estes podem interferir com as operações militares em curso ou futuras. Esta multiculturalidade por vezes dificulta a coordenação e realização de algumas operações, devido a diferentes modos de pensar, agir, doutrinas, interesses, etc. (Grilo, 2010). Outro actor a ter em conta, são os militares desintegrados das FA² da NH, especialmente no pós-conflito. A experiência dita-nos que estes elementos são um problema para a coligação e para NH, devem ser integrados em programas sócio-económicos²⁷. Caso este programa não decorra correctamente estes elementos tornam-se alvos fáceis para os insurgentes, pois estes ex-militares possuem fardamento, armamento e conhecimentos técnicos que podem por em causa as missões das forças militares (AJP 3.4.4).

Nas últimas décadas tem-se verificado uma profissionalização das FA² que mais recentemente tende para a privatização da guerra, denominada como empresarialização da guerra e/ou desmilitarização da mesma, sendo denominadas de Empresas Militares Privadas (Rodrigues, 2009).

Quanto ao princípio da surpresa, actualmente as guerras podem ser caracterizadas como guerras relâmpago, devido à superioridade tecnológica e de informação que os oponentes possuem. Podem ainda ser conflitos intermináveis, que tendencialmente se prolongam no tempo e por vezes sem solução militar à vista, como exemplo temos o Iraque e Afeganistão (Rodrigues, 2009).

²⁴ De referir que os mass media (CNN, Sky News, Aljazeera, etc) encontram-se essencialmente em áreas urbanas e constituem-se como um dos vectores de divulgação das mensagens dos subversivos.

²⁵ Mais concretamente Empresas Militares privadas.

²⁶ Neste caso temos a decorrer no Afeganistão as OMLT (Operational Mentoring and Liaison Team) de apoio ao Exército Afegão.

²⁷ Estes programas devem abranger numa primeira fase a desmobilização, consequentemente devem ser integrados na sociedade civil.



Importa ainda referir que em Abril de 2009²⁸, 42 diferentes nações contribuem com militares para a constituição de 26 PRT (Provincial Reconstruction Teams)²⁹ a operar no Afeganistão. Estas PRT³⁰ apoiam a população na procura de apoios financeiros para a construção de escolas, estradas, poços e outros projectos de interesse público. Distribuem variadíssimo material escolar, material hortícola, materiais para construções e apoio médico. Não esquecer que estas forças dispõem de equipas militares para segurança imediata e controlo de multidões, aquando destes apoios.

Por último, é de vital importância a mediatização das guerras bem como a possibilidade do uso de armas de destruição massiva (Rodrigues, 2009).

1.2.5 Dominio de informações

Com a globalização dos media, a proliferação de colectores e fontes de informação puseram à disposição de qualquer um, a mais diversificada informação sobre aspectos militares, desde o modo de actuação às operações em curso e futuras. Quando os insurgentes têm acesso a esta informação torna-se uma mais valia para eles e ajuda-os na prossecução dos seus interesses. Os insurgentes podem aproveitar os erros e falhas das forças militares para, através da propaganda e desinformação, atingir a população obtendo o seu apoio e aceitação, em simultâneo minam a autoridade e a legitimidade da NH e das forças da aliança que combatem a insurreição.

Actualmente, identificamos o mundo como uma aldeia global, onde a internet é um dos principais vectores de informação, senão o primordial, o que, de certo modo mudou a sociedade e, consequentemente o modo de fazer a guerra. Esta tem a capacidade de dessiminar a religião, a doutrina política e cultural, conhecimentos, valores e mensagens. É também utilizada pelos insurgentes para o recrutamento de novos membros, de apoios financeiros e materiais, bem como, providenciar o conhecimento e acesso a informação técnica sobre armamento, equipamento, emprego e publicações militares. Por outro lado, o acesso e a procura constante de informação por parte dos insurgentes, torna-os mais capazes e mais fléxíveis, embora também os torne mais vulneráveis às forças militares, pois estas actualmente dispõem de elevada tecnologia que permite detectar e monitorizar as actividades dos insurgentes (AJP 3.4.4 – 2008).

Como nos refere um anterior porta-voz da International Security Assistance (ISAF), Major-General Martins Branco, que “o YouTube tornou-se para os insurrectos um novo

²⁸ www.defenceiq.com

²⁹ O termo PRT tem as suas raízes em missões de assuntos civis realizados durante a guerra do Vietname, quando o objectivo era “*ganhar a mente e os corações*” dos vietnamitas. Função semelhante cumpria as nossas forças no Ultramar.

³⁰ www.globalsecurity.org



campo de batalha da Guerra no Afeganistão, sendo capazes de difundir vídeos uma hora após a ocorrência dos acontecimentos” (Branco, 2008, p.23).

1.2.6 Dominio económico

O fenómeno globalização, que deveria proporcionar benefícios de forma equitativa, é considerado como uma das grandes causas para o actual descontentamento social. No seio dos estados pode existir discriminação no acesso a bens essenciais, provocando várias divisões económicas e posteriormente uma tensão entre os seus habitantes, as quais poderão evoluir para uma situação de conflito.

As principais causas que levam á conflitualidade são: a competição global e regional pelos recursos naturais; a dependência de um estado num só recurso natural, tornando-se assim vulnerável às regras do mercado global; a inércia do estado perante uma industria competitiva, que resultará na perda de mercado e consequente desemprego.

A superioridade económica de um estado, mais do que as capacidades militares, é um factor primordial para o dominio regional. Além disso, uma forte posição económica permite a um estado a aquisição de tecnologia e a possibilidade de condução de operações militares de maior duração. As forças militares quando operam num determinado TO devem ter em conta o ambiente económico que se vive, como no AFG onde se vive no limiar da pobreza (RUIVO, 2010), pois este problema pode causar tensões que poderão degenerar em conflitos alargados, que por sua vez poderá deteriorar o ambiente de segurança que fora estabelecido pelas forças da aliança. O sucesso das operações militares pode depender mais facilmente da melhoria da economia local e nacional, do que, das munições usadas para garantir a segurança (AJP 3.3.4 – 2008).



1.3. Análise e comparação dos ambientes operacionais

Desde a década de 60 até à actualidade verificaram-se algumas alterações, como as ocorridas ao nível do ambiente operacional. Verificamos que os seis domínios³¹ do ambiente operacional já constavam na doutrina nacional de 1963. Da análise do ambiente operacional verificou-se que alguns aspectos se mantêm inalteráveis, embora outros se apresentem como dinâmicos.

No que respeita ao **domínio político**, o combate aos insurgentes passou e passa pelo levantamento de uma estratégia no campo da política interna e externa, de modo a garantir progresso, segurança e bem-estar à população da NH. Esta estratégia deve também incluir a legitimação do empenhamento da força, bem como, negar o apoio externo aos insurgentes. A presença de actores não estatais evoluiu muito com o passar do tempo e sempre existiu a preocupação em melhorar as condições de vida dos habitantes locais. Nesta contexto, as grandes diferenças são essencialmente: a perda do monopólio estatal, a legitimação do uso da força a distinção quanto ao tipo de objectivos, ou seja, os objectivos no Ultramar eram Vitais, actualmente são objectivos importantes. Por fim o fenómeno da globalização é totalmente distinto.

Relativamente ao **domínio humano**, verifica-se que a missão vital continua a ser a conquista do coração e das mentes da população. A população continua a ser o ambiente, o objectivo e o meio onde se desenrola a subversão. Actualmente tem-se a actuação das PRT, constatando-se que no Ultramar também tínhamos algo semelhante, embora se designasse como acção psicossocial. Continua a existir a necessidade de ministrar formação específica para este tipologia de guerras, existe também a carência de um número avultado de militares para fazer face aos insurgentes e por fim não podemos descurar as relações com os líderes regionais/tribais, pois estes tornam-se fundamentais para o sucesso da missão. As diferenças principais prendem-se com um vasto acesso à informação e uma maior formação por parte dos insurgentes, bem como grandes fluxos migratórios (deslocados e refugiados), associados a uma grande concentração de massa humana nos centros urbanos que conduz a uma “pobreza urbana”.

No **domínio físico**, destaca-se a existência de uma vasta diversidade de terrenos e de condições meteorológicas, o que obriga as forças militares a manterem-se sempre actualizadas e altamente treinadas. Realçamos ainda o facto de as infra-estruturas serem escassas e em mau estado, especialmente as vias de comunicação. Um dos factos mais importantes prende-se com a existência de longas fronteiras, o que leva a um esforço acrescido por parte dos militares para controlá-las, para assim evitar o apoio externo. Não podemos esquecer que, Portugal travou uma guerra em três TO em simultâneo,

³¹ Política, humana, física, militar, informações e económica.



descontínuos e distantes da metrópole. A principal diferença, e única de realce, prende-se com o facto de actualmente a insurreição decorrer essencialmente, na sua maioria, em zonas urbanas onde se concentra a população, enquanto em África se combatia no meio rural.

Já no **domínio militar**, existem determinados pontos em comum como o carácter expedicionário da força, a necessidade de formação e treino específico e ainda a necessidade de se realizarem operações de apoio a civis³² e PSYOPS. Devemos realçar ainda que a manobra militar só por si não conduz à vitória. Este tipo de conflitos também são conhecidos por serem intermináveis, e sem solução militar à vista mesmo com uma grande superioridade tecnológica. O aspecto mais relevante, embora comum, prende-se com a existência de forças de sector/quadrícula e de reserva/intervenção que continuam com as mesmas missões de sempre. As grandes diferenças prendem-se com o facto de actualmente existirem um vasto leque de actores que intervêm na guerra, que não forças militares, não esquecendo a privatização da guerra. O desenvolvimento tecnológico, a mediatização das guerras e a multiculturalidade das forças da aliança não existiam nas décadas de 60, 70, pois foi um único Exército a fazer a guerra em África.

No que concerne ao **domínio das informações**, presentemente ainda se verifica que um eficiente sistema de informações é primordial para combater um inimigo dissimulado na população. Ter um leque vasto de fontes de informação, não só consolida, como também reforça, as notícias recolhidas. Actualmente, com a revolução da informação, a internet assume uma extrema importância, pois, aumenta as capacidades e a flexibilidade dos insurgentes, através do acesso às mais variadas informações sobre procedimentos, técnicas e equipamento militar.

Por fim, a análise do **domínio económico**, passa pela necessidade de a aliança e os países membros despenderem avultados recursos económicos para o apoio das operações militares, bem como, para garantirem melhores condições socioeconómicas às populações locais. As desigualdades económicas dentro da população, geram conflitos adicionais que por vezes levam a um conflito generalizado. Importa desenvolver a economia local de modo a garantir um melhor nível de vida à população para uma mais fácil resolução do conflito.

³² Actualmente são conhecidas por operações Civil-Military Co-operation ao nível NATO e por operações Civil-Military Coordination ao nível das Nações Unidas.



2. A doutrina nacional de contra-subversão

Segundo Rodrigues (2009), este afirma que *“existe uma relação directa entre subversão e “insurgency”, sendo que o conceito nacional mais próximo deste último será o de guerra insurreccional. Daqui se conclui, e por analogia, que embora o conceito de “Counter-Insurgency operations” seja mais recente, este também apresenta possíveis relações com o conceito de contra-subversão”*.

Assim sendo, e tendo em conta o que acabamos de desenvolver anteriormente, falar em doutrina COIN passa, obrigatoriamente, por uma reflexão sobre a doutrina portuguesa de contra-subversão, adquirida e desenvolvida ao longo de mais de uma década, doutrina esta que se encontra descrita em cinco manuais elaborados pela 3ª Repartição do Estado-Maior do Exército, do Ministério do Exército, datados de 1963.

2.1. Fases da subversão

A doutrina nacional preconiza que a acção subversiva decorra em fases sucessivas, e que progressivamente abarcam desde a agitação e clandestinidade até à violência e luta aberta, embora sem limites bem definidos.

Assim, a evolução normal de uma acção subversiva percorrerá as seguintes fases (EME, 1963a):

- 1ª Fase – Fase preparatória (Preparação da subversão);
- 2ª Fase – Fase de agitação (Criação do ambiente subversivo);
- 3ª Fase – Fase do terrorismo e da guerrilha (Consolidação da organização subversiva);
- 4ª Fase – Fase do “Estado subversivo” (Criação de bases e de forças pseudo-regulares);
- 5ª Fase – Fase final (Insurreição geral).

2.2. Características da guerra subversiva

O elemento fundamental da guerra subversiva prende-se com a população, sendo que a sua essência está na *conquista das suas mentes e corações*. A população é, em simultâneo, o meio onde a subversão se processa, o objectivo a conquistar e ainda um dos meios para atingir esse objectivo (EME, 1963a).

Metodizando, a população tem, num estudo de situação de guerra subversiva, um carácter semelhante ao do terreno num estudo de situação de guerra convencional (EME, 1963a), o que nos leva a afirmar que a área de operações não se desenha única e



simplesmente sobre cartas³³ mas sim, e essencialmente, sobre a população (EME, 1987).

Na própria definição de subversão está subjacente a ideia de que esta pretende desacreditar o governo legítimo de um Estado perante a população. Assim um governo tem de estar preparado para acções de subversão não só fomentadas do interior do seu território, mas também apoiadas do exterior (EME, 1987). Torna-se assim evidente que a influência do exterior é uma das características da subversão.

Estas duas características já descritas levam-nos a pensar numa terceira, a complexidade, materializada no carácter clandestino do inimigo³⁴, na diversidade de meios e processos e no facto de se tratar de uma guerra de superfície, onde não há frentes nem retaguardas (EME, 1963a).

Relativamente ao carácter clandestino do inimigo esta complexidade está espelhada na dificuldade de referenciação, neutralização e destruição, a acrescentar nos dias de hoje a enorme diversidade de actores.

2.3. Princípios da contra-subversão

Tendo por base o modo de actuação da guerra subversiva, bem como, as suas características, a doutrina portuguesa sobre contra-subversão enumera alguns princípios que devem ser tidos em consideração. Estes princípios são os seguintes (EME, 1963a):

- **Primeiro** – Luta pela população e nunca uma luta contra a população;
- **Segundo** – Não é possível actuar contra a subversão somente com forças diametralmente opostas;
- **Terceiro** – A luta contra a subversão não pode ser levada a efeito exclusivamente pelas forças militares;
- **Quarto** – Nesta luta é indispensável um conhecimento pormenorizado da população;
- **Quinto** – O estudo de informações não se deve limitar ao território onde é levada a cabo a guerra subversiva;
- **Sexto** – A acção de contra-subversão não deve ser levada a cabo, única e simplesmente, dentro desse território;
- **Sétimo** – A importância da interdição de fronteiras;
- **Oitavo** – A importância da informação e, consequentemente, a necessidade da existência de um sistema de informações eficiente;
- **Nono** – A necessidade de uma grande diversidade de meios e processos;
- **Décimo** – Dispor os meios como se de uma guerra de superfície se tratasse.

³³ O que nos leva a pensar que será necessário redefinir o *Intelligence Preparation of the Battlefield* (IPB).

³⁴ Na presente contemporaneidade será mais correcto definir como “a ameaça”.



2.4. Finalidades e formas da acção de contra-subversão

O principal intuito da contra-subversão visa evitar e reprimir a subversão. É no período pré-insurreccional que é possível evitar a subversão, tanto mais que esta ainda não se manifestou em perturbações graves da ordem. Relativamente à repressão, esta só é possível no período insurreccional, no qual já se manifestaram acções violentas.

Partindo destes princípios, a doutrina portuguesa definiu como finalidades da contra-subversão os seguintes aspectos (EME, 1963a):

- Conservar ou reconquistar o apoio da população;
- Manter ou restabelecer o controlo do território de modo a garantir a segurança de pessoas e bens, o livre exercício do poder instituído e o normal funcionamento das instituições e dos serviços;
- Garantir o apoio do exterior, quer dos governantes quer da opinião pública (EME, 1963a), pretendendo legitimar esta guerra.

Para se garantirem estas finalidades há que neutralizar a organização político-administrativa, a acção psicológica e as acções violentas da subversão. Neste sentido a contra-subversão deve fazer uso de diversas medidas, tais como:

- Político-administrativas, enquadrando a população e assegurando o funcionamento de todas as actividades essenciais,
- Policiais e judiciais, de modo a destruir as redes da subversão;
- Militares;
- Psicológicas;
- Sociais, de modo a criar um clima de conforto na população, garantindo o seu apoio e negando o mesmo ao inimigo;
- Financeiras e económicas, fortificando a sociedade estabelecida pelo que irá enfraquecer a subversão, pois esta necessita de uma sociedade débil para garantir o seu apoio.

2.5. Missões das Forças Armadas na contra-subversão

Inicialmente e durante o período pré-insurreccional as FA² não têm um papel preponderante a desempenhar. Pelo facto de neste período se tentar evitar a subversão, o problema da manutenção da ordem tem um carácter exclusivamente político através de acções policiais e psicológicas. Enquanto as perturbações da ordem não forem significativas as FA² podem e devem apoiar as autoridades quando necessário, através de missões de apoio às autoridades civis. A sua acção deve incidir na segurança de pessoas e bens, actuando no domínio psicológico e social através de PSYOPS e operações CIMIC,



respectivamente, e ainda no controlo do território, actuando pela sua presença alargada.

Durante o período insurreccional, às FA² é-lhes cometido um papel de relevo de modo a alcançar a “pacificação do território”, condicionando a sua actuação sobre três vectores: reconversão da população subvertida; destruição da organização político-administrativa e das redes da subversão; e a destruição das forças militarizadas da subversão, tais como, terroristas, bandos armados, guerrilhas e forças pseudo-regulares (EME, 1963a).

Ao nível das operações, as missões das FA² podem ser operações defensivas e/ou ofensivas³⁵ (EME, 1963a). Enquanto nas operações defensivas se inserem a defesa de povoações, protecção de linhas de comunicações e defesa de pontos sensíveis, nas operações ofensivas as FA² deparam-se com o reconhecimento, perseguição e ataque aos insurgentes.

O estado final desejado passará, obrigatoriamente, por uma transferência de autoridade do poder militar para as autoridades locais, nas suas vertentes administrativa, policial e judicial.

³⁵ Actualmente, acrescentam-se as operações de estabilização. Assim nas operações *COIN* as FA² podem executar, em simultâneo, operações ofensivas, defensivas e de estabilização, fenómeno este que se designa como “*three block war*”.



3. Articulação e dispositivo das forças no Ultramar

Sabemos que a Infantaria é por norma a principal arma em operações de contra-subversão. A organização de uma companhia para este tipo de cenários é distinta de uma guerra convencional, pois os opositores encontram-se misturados ou justapostos e não frente a frente. O principal problema que se coloca nestes cenários é a conquista da mente e dos corações da população, cujo seu apoio é fulcral (EME, 1963a).

O TO era dividido em sectores de Agrupamento³⁶, por sua vez estes dividem-se em sectores de Batalhão³⁷, que se decompõem em quadriculas de companhia. Neste cenário operam dois tipos de forças, as de quadricula e as forças de intervenção. Contudo, todas estas forças estavam integradas num único conjunto de forças, ou seja, no mesmo Agrupamento, Batalhão ou mesmo Companhia onde podiam existir estas duas tipologias de forças³⁸ (EME, 1963b).

3.1. Forças de Quadricula³⁹

Estas forças devem ser dispostas uniformemente pelo território a pacificar e os comandos das forças devem ficar nas principais povoações e pontos importantes, com o objectivo de guarnecer esse território e manter o contacto com a população (EME, 1963a). Com estas forças pretende-se, através da execução de operações de curta duração, levadas a cabo por unidades de escalão pelotão (grupo de combate) ou companhia, manter a iniciativa (negando-a à subversão), recolher informações e garantir não só o contacto, o controlo e a segurança das populações levando-as a deixar de apoiar a subversão, como também cativar elementos afectos àquela, com o objectivo de os recrutar e os empenhar posteriormente contra a mesma (Garcia, 2003).

3.2. Forças de Intervenção⁴⁰

Tendo em conta, que as unidades de quadricula não eram suficientes para conduzir uma luta eficaz contra bandos armados e guerrilhas, foram criadas as forças de intervenção, destinadas a levar a efeito uma inflexível acção ofensiva de procura e aniquilamento dos bandos e guerrilhas, em quaisquer circunstâncias. Esta perseguição, obrigará as guerrilhas

³⁶ Designa-se por Agrupamento um conjunto de forças constituído com base em dois ou mais batalhões de caçadores, tendo ou não, além destes, elementos de outras armas ou serviços (EME, 1963a). Actualmente podemos estabelecer a comparação com o escalão Brigada (Afonso, 2010).

³⁷ Os comandantes de sectores eram por inerência a autoridade máxima militar e civil da região, o que facilitava as operações militares (Rodrigues, 2010).

³⁸ Para uma melhor compreensão sugere-se a consulta do Anexo C – Articulação de forças no Ultramar.

³⁹ Também podem ser designadas por forças de ocupação (EME, 1963a). O conceito de quadricula tem origem no Francês *quadrillage*, usado pelo Exército Francês na Argélia (Cann, 1998).

⁴⁰ Também designadas por forças de reserva (EME, 1963b). Tem origem no Exército Francês com o nome *Reserve Générale* (Cann, 1998).



a dedicarem a maior parte dos seus esforços à auto conservação, baixar-lhes-á o moral e destruir-lhes-á as suas estruturas de comando, ligação e abastecimento, enfraquecerá o apoio que a população lhes possa dar e aumentará o apoio que essa população possa prestar às nossas forças (EME, 1963b).

As unidades de intervenção, dotadas de grande mobilidade e espírito agressivo em elevado grau, destinam-se a ser empregues em operações militares de maior envergadura, atempada e oportunamente, com a finalidade de destruição de bases e refúgios do inimigo e seu aniquilamento, e aptas a recolher informações e explorá-las de imediato (Garcia, 2003). Em todos os escalões deve existir uma reserva para assumir funções de intervenção, ou seja, um pelotão por cada companhia em função de quadrícula, uma companhia por batalhão e um batalhão por Agrupamento (EME, 1963b).

3.3. Organização

A unidade básica destas forças era a companhia, porém, esta não deve obedecer a uma composição rígida, devem sim, articular-se de acordo com o nível de ameaça existente na área de operações. A companhia pode ainda operar como um todo ou destacar parte dela para outro ou outros pontos secundários do sector (EME, 1963b).

Contudo, a companhia de caçadores era constituída por cerca de 120 militares⁴¹, comandada por um Capitão, dividida em comando, um pelotão de acompanhamento e três pelotões de caçadores. A companhia adaptou os três pelotões de caçadores e o pelotão de acompanhamento de forma a constituir quatro elementos idênticos, denominados grupos de combate, o que permitia ter um em descanso, um em segurança imediata da unidade e dois sempre aptos a sair em operações (Afonso, 2004), já a companhia de Comandos dividia-se em cinco grupos de combate, dois em reserva e três em manobra (Bruno, 2010).



Figura 3 – Orgânica tipo de uma companhia de caçadores

Fonte: Adaptado pelo autor de Afonso, 2000.

⁴¹ O número podia variar em função das circunstâncias. A título de exemplo, a companhia de caçadores 3565, levou 156 militares (AHM, 2-4- 96-4, 1972).



3.4. Missões e tarefas

Por norma a companhia de Caçadores levava a cabo missões em função de quadrícula, enquanto os Comandos e os Pára-quedistas levavam a cabo missões de intervenção (Afonso, 2010). Apesar da missão das forças de quadrícula ser essencialmente defensiva, estas não devem ser estáticas, bem pelo contrário, a companhia deve manter a iniciativa, a liberdade de acção e sempre que possível um espírito ofensivo. Uma companhia de caçadores em função de quadrícula pode desempenhar várias tarefas em simultâneo, ou seja, destacar um pelotão para garantir a defesa do local que lhe serve de sede, outro permanentemente destacado na defesa de um ponto secundário, o terceiro grupo de combate empenhado temporariamente numa pequena acção ofensiva (patrulha, emboscada, etc.) e um último em reserva, pronto a ocorrer a qualquer parte da quadrícula. Nem sempre estas missões têm de ser de escalão grupo, nem de comando subalterno, o que aumentará as capacidades da companhia (EME, 1963b).

As missões e tarefas tipo que uma Companhia de Caçadores poderia cumprir numa guerra subversiva, segundo a doutrina portuguesa, eram as seguintes (EME, 1963a):

- Como força de Quadrícula
Defesa de pontos sensíveis; Estabelecimento de postos militares; Protecção de itinerários e escoltas; Pesquisa de notícias sobre o In e de dados sobre o terreno e população; Contacto com a população; Acção psicossocial; controlo da população; Hostilizar o In na medida em que os meios disponíveis o permitirem.
- Como força de Intervenção
Socorrer unidades, povoações e instalações atacadas; Procurar o In e hostilizá-lo o mais possível por toda a parte; Executar operações ofensivas contra elementos rebeldes referenciados e suas instalações.

3.5. Capacidades

A constituição orgânica e o equipamento de que dispunham possibilitavam que as companhias de caçadores tivessem as seguintes capacidades:

- Executar operações previamente planeadas ou reforçar temporariamente qualquer dos subsectores;
- Colaborar na defesa de uma localidade, em reacções dinâmicas e agressivas;
- Intervir em proveito de qualquer subsector dentro do conceito da operação;
- Reforçar o contacto com a população;
- Colaborar na acção psicológica desenvolvida pela subunidade (AHM 2-4-96-4, 1972).



3.6. Limitações

As principais dificuldades/limitações que as Companhias de caçadores apresentavam eram as seguintes:

- Os meios colocados à disposição da força eram insuficientes (Rodrigues, 2010);
- Dificuldade de adaptação ao terreno, clima, distância dos terrenos de origem, a duração das comissões (2 anos), a falta de armamento e equipamento e as instalações no TO (Afonso, 2010);
- Capacidade para conduzir apenas operações de curta duração (Garcia, 2003);
- Reduzidos meios para efectuar a detecção de minas (Barata, 2004).

3.7. Comando e controlo (C2)

As forças de intervenção podem ser dadas de reforço, no seu todo ou em parte, às unidades subordinadas. Podem ser empregues sob ordens directas do comando a que pertencem ou transferidas para o comando superior, a fim de se constituir um Agrupamento de intervenção com maior efectivo (EME, 1963b).

Ao nível companhia, os pelotões podiam ser destacados, mas, quando os níveis de violência aumentavam o comandante centralizava todos os pelotões para um mais fácil comando (Bruno, 2010). Já Afonso (2010) refere que o comandante de Companhia era o comandante de sector por inerência, as principais dificuldades em comandar os pelotões à distância prendia-se com a falta de meios rádio.

3.8. Apoio de fogos

Segundo o Regulamento de Campanha e Operações, o apoio de fogos é o uso colectivo e coordenado dos fogos terrestres, aéreos e marítimos, baseado em sistemas de fogos indirectos, aeronaves armadas, viação, guerra electrónica e munições não letais, contra objectivos terrestres para apoiar operações de combate ao nível operacional e táctico. No Ultramar este apoio caracterizava-se através da Força Aérea (FA¹) fazendo uso dos aviões Fiat G-91 e dos Dornier 27, que apoiavam sempre que possível operações desenvolvidas pelo Exército (Bruno, 2010). Ao nível batalhão existia o pelotão de morteiros, já a companhia só tinha a secção de apoio de fogos com alguns morteiros (Afonso, 2010).



3.9. Armamento e equipamento⁴²

Em 1961, o Exército Português não estava suficientemente equipado para fazer face às exigências dos três TO, quer pelo tipo de campanha, quer pela durabilidade do conflito que poderia ser longa. A tecnologia e a indústria Portuguesa apenas tinham condições de dar uma resposta parcial e em sectores limitados, apesar do esforço de produção e de inovação que logo se desenvolveram, os bens por elas produzidas diziam respeito ao bem-estar, necessidades básicas da tropa (alimentação, fardamento, saúde, etc.) e, ainda, a reduzidos aspectos de armamento e munições, faltando essencialmente armamento, munições e viaturas (CECA, 1988).

Apesar destas dificuldades, pode-se dizer que as primeiras forças destacadas para os TO estavam equipadas com o mínimo indispensável para o cumprimento da missão. Na fase inicial (1961) as forças foram dotadas com pistola Parabellum 9mm⁴³, espingarda Mauser 7,9mm, pistola-metralhadora FBP 9mm, metralhadora ligeira Dreyse 7,9mm, metralhadoras pesadas Madsen e Breda 7,9mm, metralhadora Browning 12mm, morteiro 60mm, lança granadas foguete 8,9 cm e granadas de mão. Ao nível do equipamento individual foi distribuído o m/43 das forças metropolitanas. Quanto a viaturas, predominavam as viaturas pesadas Ford e GMC, o jipão ¾ e o jipe ¼ Tonelada (CECA, 1988), o transporte de tropas era essencialmente feito através dos seguintes tipos de viaturas; Viatura Tática Pesada Mercedes Unimog; Viatura Tática Pesada Berliet e Viatura Tática Ligeira Jipes Land Rover (Barata, 2004).

No que concerne aos meios de comunicações, as forças estavam equipadas com diversos equipamentos, das mais variadas nacionalidades e de épocas completamente distintas⁴⁴ (CECA, 1988).

Ainda no ano de 1961, foram enviadas para a Região Militar de Angola espingardas automáticas FN/7,62mm e pistolas-metralhadoras UZI 9mm. Em 1962 e nos anos seguintes as espingardas automáticas FN/7,62mm foram sendo substituídas pela espingarda automática G3 7,62mm (Afonso, 2000). A insuficiência de fardamento foi também uma dor de cabeça para os comandantes. Ao nível da saúde foram distribuídas duas auto-macas por batalhão e foram distribuídos filtros de água às Companhias. Os principais problemas ao nível da Engenharia residiam na falta de geradores eléctricos, de material de sapadores e de construção e na aquisição e manutenção do equipamento mecânico próprio. Em 1964 foi atribuída uma verba de um milhão e quinhentos mil contos para o plano de aquisição do

⁴² Para uma análise mais detalhada sugere-se a consulta do Apêndice D.

⁴³ Mais tarde substituída pela pistola Walther P38, 9mm.

⁴⁴ As tropas foram equipadas com rádios Ingleses e Neozelandeses, mais concretamente os P-11, P19, P21 e ZC-1, anteriores à 2ª Guerra Mundial (GM). Rádios Americanos da 2ª GM: SCR-536, SCR-300, SCR-608/628, SCR 193, SCR-188 e SCR 694. Rádios da série Americana do pós-guerra da Coreia, o AN/PRC-10 e NA/GRC-9. Rádios da série Inglesa e Canadiana pós 2ª GM, o CPRC-26 e P-38 (CECA, 1988).



Exército, de forma a melhorar/renovar o equipamento do Exército. Uma das aquisições de destaque foi a da MG 42 7,62mm e em 1967 a aquisição da metralhadora ligeira HK 21 7,62mm (CECA, 1988).

3.10. Instrução

No que concerne à formação de oficiais, temos que abordar esta temática de dois prismas diferentes. Os Oficiais oriundos da Academia Militar e os Milicianos “ *A Academia Militar, criada pouco antes do início da Guerra de África (no lugar da Escola do Exército), foi bastante importante para a formação de uma geração de Oficiais que fez a guerra de África e criou “Oficiais determinados, disciplinados, competentes e humildes”, “sem erros mas com algumas omissões” (em particular na preparação para a Guerra Subversiva)* ” (Menezes, 2009, p. 191). A Academia militar teve que se adaptar às exigências da época, teve de efectuar um esforço acrescido no recrutamento, pois os candidatos aos cursos que aí decorriam, com o início da guerra foram diminuindo. A duração dos cursos passou de quatro para três anos (Borges, 2009). Quanto à formação militar geral, inicialmente orientada para a guerra convencional, foi melhorada e adaptada à guerra Subversiva (Menezes, 2009). Relativamente ao tirocínio, este passou a decorrer em cenários de guerrilha, onde era ministrada acção psicológica, emboscadas, golpes de mão, etc. (Afonso, 2010).

Ao nível de recrutamento dos Sargentos usou-se o sistema de concurso de praças, ou seja, as praças em regime de contrato realizavam provas findas as quais ingressavam na Escola Central de Sargentos (CECA, 1988).

Durante a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO) eram ainda ministradas instruções / palestras a graduados sobre as temáticas de acção psicológica, transmissões, logística e treino operacional (AHM 2-4-96-4, 1972). Durante o aprontamento, ainda em território nacional “eram feitas palestras informativas por Oficiais que haviam participado nas primeiras operações” (CECA, 1988, p.313) no Ultramar.

Com o decorrer das campanhas em África e com a escassez de Capitães, de Subalternos e mesmo de Sargentos do Quadro Permanente, foi cada vez mais recorrente o recurso a oficiais e sargentos Milicianos (CECA, 1988).

À margem das instruções específicas das Armas ou Serviços existiam estágios/cursos para complementar a formação principalmente dos quadros. O curso de guerra Subversiva⁴⁵, o estágio de Contra-Insurreição, o estágio de actualização sobre o Ultramar, o estágio de observação aérea, o curso de Operações Especiais, o estágio de Operações Especiais, o curso de Minas e Armadilhas e o Curso de Comandos (CECA, 1988).

⁴⁵ Para uma consulta mais detalhada sobre este curso sugere-se a consulta do Anexo D.



As praças iniciavam a sua formação no Exército com a Instrução Básica (IB), ministradas nos Centros de Instrução Básica com a duração de 9 semanas. Posteriormente frequentavam a Instrução Especial (IE), ministrada nos Centros de Instrução Especial (CIE), formação com a finalidade de instrução individual nas várias especialidades, com uma duração de 7 semanas (CECA, 1988).

Algumas Companhias ainda realizavam algum treino operacional em Portugal continental onde *“Se procurou dar aos soldados uma ideia do que viria a ser a sua actividade no Ultramar, apesar das limitações do terreno, clima e meios disponíveis”* (AHM 2-4-96-4, 1972).

Já no TO decorria a IAO com duração de três semanas (CECA, 1988). Esta instrução caracterizou-se por duas fases distintas: a primeira á base de instruções teóricas acompanhadas de exercícios práticos realizados no campo. A segunda fase foi uma antecipação do que viria a ser a comissão, ou seja, estabeleceu-se um aquartelamento de campanha a partir do qual se realizavam diversas acções, mais concretamente patrulhas de reconhecimento conjugadas com emboscadas em itinerários usados pelo In, (AHM 2-4-96-4, 1972).



4. Articulação e dispositivo das forças no Afeganistão

Em 05 de Dezembro de 2001, na Cimeira de Bona, a maioria dos partidos Afegãos acordou na formação de um Governo de consenso para o Afeganistão (AFG). O cerne desse acordo consistia no estabelecimento de uma Força Internacional de Segurança que garantisse um ambiente político neutral de modo a permitir que, em condições livres e justas, a *Emergency Loya Jirga*⁴⁶ seleccionasse os membros para a Autoridade de Transição Afegã. A ISAF foi projectada, em Dezembro de 2001, para a área de KABUL, a fim de prestar assistência, numa primeira fase à Autoridade Interina Afegã e posteriormente à sua sucessora a Autoridade de Transição Afegã (RFM 1º/2007).

O Conselho Superior de Defesa Nacional aprovou, em 09Jul09, o envio de uma força de escalão Companhia, análoga à que operou naquele país entre Agosto de 2005 e Julho de 2008. Neste sentido, o Exército incrementou a participação nacional na ISAF, projectando para o TO uma UEC com um efectivo de 150 militares para integrar o *Regional Command Capital* (RC-C), ficando localizada em KABUL, podendo ser projectada em qualquer local da AOp da ISAF (Directiva nº 195/CEME/09).

4.1. Organização⁴⁷

A participação do Exército Português na ISAF⁴⁸, é materializada através de uma QRF/FND/ISAF com um efectivo de 158 militares, organizada por Cmd e SecCmd, onde se integra o Tactical Air Control Party (TACP) da Força Aérea; uma Companhia de Manobra⁴⁹ constituída pelo Comando da Companhia, três unidades escalão pelotão, uma secção de apoio que integra a capacidade ACar e Sniper e um destacamento de apoio serviços que integra para além do Cmd, a capacidade de Comunicações, Sanitária e de Manutenção (Directiva nº 195/CEME/09).

4.2. Missão e tarefas

De acordo com o Tenente-Coronel Ruivo (2010) a companhia de manobra tinha capacidade para levar a cabo as seguintes missões:

- Conduzir todo o espectro de operações;
- Conduzir CASEVAC/ MEDEVAC;
- Conduzir tarefas EOD/IEDD (eventualmente com reforço);
- Excepcionalmente conduzir operações de apoio às autoridades afegãs;

⁴⁶ São os conselhos tribais Afegãos.

⁴⁷ Para uma melhor compreensão sugere-se a consulta do anexo E, organograma da QRF no Afeganistão.

⁴⁸ Para uma consulta detalhada sobre o historial da participação Portuguesa no Afeganistão, consultar anexo F.

⁴⁹ Com um efectivo de 115 elementos.



- Controlar zonas (urbanas e não urbanas);
- Controlar itinerários (patrulhas e postos de controlo);
- Segurar pessoas e grupos;
- Extrair pessoas e grupos;
- Conduzir patrulhamentos montados e apeados;
- Reagir a ameaça de atentado;
- Reagir a atentado;
- Escoltar colunas de viaturas;
- Vigiar e controlar tumultos;
- Apoderar-se de pontos ou zonas (urbana e não urbana);
- Apoiar unidades amigas (Afegãos).

4.3. Capacidades

De acordo com a Directiva nº 195/CEME/09 a força deverá possuir as seguintes capacidades:

- Efectuar operações e tarefas adicionais incluindo o apoio a eventos e actividades da Security Sector Reform / reforma do sector de segurança, designadamente: patrulhas; apoiar os eventos principais do governo; vigilância e reconhecimento das áreas urbanas e rurais da região de KABUL.
- Crowd & Riot Control (Controlo de tumultos)
- C2 descentralizado;
- Mobilidade terrestre;
- Equipada com sistema anti-carro e morteiros, *Long Range Optics*, *Tactical Air Control Party* (TACP) para *Close Air Support* (CAS²) de aeronaves de asa fixa e de asa móvel;
- SATCOM⁵⁰ orgânico até ao nível pelotão;
- Treino aeromóvel;
- Protecção contra *Remote Controlled Improvised Explosive Device (RCIED)* / (*dispositivo explosivo improvisado de controlo remoto*);
- Auto sustentável por 72 horas;
- Durante os meses de Inverno, deve ser capaz de: operar em terreno montanhoso, em condições atmosféricas adversas; incluir peritos METEO (neve e avalanche); serviço médico adaptado a essas condições; veículos para a neve com capacidade de transporte de um pelotão.

⁵⁰ Comunicações satélite.



4.4. Limitações

De acordo com a directiva nº 195 de sua excelência General CEME de 2009, a QRF/FND/ISAF possui as seguintes limitações:

- Não reúne condições para operar em terreno montanhoso, em condições atmosféricas adversas;
- As missões para fora da área do RC Capital necessitam de prévia coordenação com as autoridades portuguesas.
- No início da missão apenas tínhamos cinco inibidores de frequência⁵¹, no final a força já dispunha de dez aparelhos (Ferreira, 2010).

4.5. Comando e controlo (C2)⁵²

Segundo a directiva nº 58 de 2009 do Comando das Forças Terrestres, a força quando pronta no TO do AFG, a QRF/FND/ISAF é transferida em Comando Operacional (OPCOM) para o CEMGFA, que oportunamente delegará o Controlo Operacional (OPCON) da Força no Comandante da ISAF (COMISAF) no TO do AFG através do SACEUR. O oficial mais antigo no TO assume as funções de *Portuguese Senior National Representative* (PRT SNR), e representa o CEMGFA junto das autoridades NATO e locais. O Comandante da QRF/FND/ISAF⁵³ depende directamente do CEMGFA e detém competência disciplinar sobre todos os militares sob o seu comando, nos termos do nº2 do Artº 64º do Regulamento de Disciplina Militar (RDM). Segundo Grilo (2010), a companhia actuava como um todo, embora a esmagadora maioria era ao nível de grupos, e um numero significativo ao nível de subgrupo de combate.

4.6. Apoio de fogos

O apoio de fogos que as Companhias tinham disponíveis era as suas secções anti-carro orgânicas, equipada com dois mísseis MILAN. Ao nível de grupo/pelotão, cada um tinha disponível 2 morteiros 60mm, 2 lança granadas automático 40mm Santa Barbara, 2 lança granadas anti-carro 84mm Carl Gustaf (Directiva nº58/CFT/09).

A título de exemplo, a FND do 1º semestre de 2007 teve o seguinte apoio ao nível da Artilharia (RFM, 1º 2007):

- Apoio de 3 x 155 mm Howitzers em A/D do 2RCR/TFK na Operação HOOVER.

⁵¹ As viaturas blindadas HUMVEE estão dotadas com inibidores de frequência, para barrar as emissões rádio ou por telemóvel que accionam os IED à distância, evitando assim muitas baixas.

⁵² Para uma melhor compreensão sugere-se a consulta do anexo G.

⁵³ Com o posto de Tenente-Coronel.



- Apoio de 2 x 155 mm Howitzers em A/D do 2RCR/TFK na Operação ESCORPIÃO.
- Apoio de 2 x 155 mm Howitzers em A/D do 2RCR/TFK na Operação VÍBORA 02.

Já no apoio CAS foram realizadas 132 missões e 462 guiamentos de aeronaves, em missões de alerta, urbanas, imediatas e nocturnas (RFM, 1º/2007). No sul do AFG onde a subversão era mais evidente, existiam bases de fogos de Artilharia que eram incluídas no planeamento sempre que decorriam operações nessa região (Ferreira, 2010).

4.7. Armamento e equipamento

Ao nível de armamento individual a força estava equipada com a espingarda automática G3 7,62mm, espingarda automática GALIL 5,56mm para as forças Pára-quedistas (Ferreira, 2010), pistola Walther 9mm, pistola-metralhadora UZI 9mm, o lança granadas 40mm HK79, lança granadas 40mm GL6. No que concerne ao armamento Sniper, a força estava equipada com carabina Accuracy 7,62mm. Quanto ao armamento colectivo dispunham da metralhadora ligeira MG3 7,62mm, metralhadora pesada Browning M2 12,7mm, metralhadora Browning M1919A4 7,62mm (Directiva nº58/CFT/09).

No que concerne a viaturas, a força estava equipada com 5 viaturas Panhard M11, 24 viaturas blindadas HMMWV mais 1 HMMWV blindada auto maca e 1 pronto-socorro Iveco. Quanto ao material óptico a força estava dotada com 33 óculos de visão nocturna (AN/PVS 5-B, 5-C, 7-B e 7-D), 25 NA/PVS 14, 6 binóculos Leica, uma panóplia de dispositivos térmicos para as várias armas e um Strob-light⁵⁴ por militar (Directiva nº58/CFT/09).

Relativamente a material de defesa/protecção Nuclear Biológico Químico e Radiológico (NBQR), o TCor Ruivo (2010), refere que a força dispunha de bom material para o nível de ameaça existente no TO. Já no que concerne a material de comunicações a força apresentava uma lacuna ao nível de comunicações VHF, área em que o PRC 425 demonstrou não reunir condições para o cumprimento da missão, pois o seu espectro de frequência não se enquadrava nas frequências da ISAF, logo não era seguro. Já ao nível de HF estavam bem equipados com o rádio Thompson. Tinham 10 telefones satélite (8 veiculares e 2 portáteis). O destaque vai para o inibidor de frequências, pois as forças Portuguesas eram das poucas forças que possuíam este material no TO (Directiva nº58/CFT/09).

⁵⁴ É um dispositivo vulgarmente conhecido por flash, produz uma luz natural ou camuflada, com objectivo de chamar a aeronave à vertical ou usada em caso de emergência.



4.8. Instrução

No que se refere á formação dos militares julga-se pertinente abordar em três perspectivas: oficiais, sargentos e praças. Os oficiais cuja sua formação de base é sem duvida a Academia Militar, reforçada com os tirocínios nas Escolas Práticas, e consolidada com o curso de Comandos/Pára-quedismo à posterior. Os sargentos têm como formação comum o 1º ano na Escola de Sargentos do Exército, acrescida do 2º ano nas Escolas Práticas e complementada, subsequentemente, com o curso de Comandos/Pára-quedismo. Já as praças tem a Instrução Básica (IB) com duração de 5 semanas e como Instrução Complementar (IC) o curso de Comandos/Pára-quedismo.

Já a preparação para o TO, vulgo “aprontamento”, tem uma duração variável de 3 a 6 meses de treino. Por vezes, *“face ao tempo disponível, ao cariz assimétrico da ameaça, e ao aumento da conflitualidade e da instabilidade político-militar no TO, os comandantes desenvolvem um programa de treino orientado para a missão, tendente a assegurar a auto-protecção da força, assim como a sua proficiência na execução de tarefas críticas, garantindo a prontidão requerida e os elevados padrões de eficiência exigidos a uma unidade de combate, com a missão de Força de Reacção Imediata”* (RFM, 1º/2007, p.7). Assim sendo, o programa de instrução dividiu-se em sete áreas distintas:

- Fase de instrução/aferição/nivelamento individual;
- Fase de instrução individual (estágios, cursos e acções de formação⁵⁵);
- Fase de instrução colectiva;
- Fogo real com armas individuais;
- Fogo real com armas colectivas;
- Exercício “KABUL 071”;
- 50 Horas de aprendizagem da língua Inglesa.

Para avaliação, a força foi objecto de uma CREVAL durante o exercício final de aprontamento, “KABUL 071”, com a finalidade de testar os níveis de treino da força (RFM, 1º/2007).

⁵⁵ Para consulta detalhada de estágios/cursos/acções de formação consultar anexo H.



5. O contributo da doutrina nacional para as operações COIN

Da análise dos pontos anteriores podemos afirmar que a manobra político-diplomática assume um papel essencial e primário no combate à “insurgency”, de modo a isolá-la de qualquer apoio, incluindo o externo. O facto de nas operações COIN a luta ser pela população e nunca contra esta, também merece destaque.

A doutrina produzida pelo Exército Português na década de 60 mantém muita da sua actualidade, nomeadamente no que concerne à sua aplicação nas actuais operações de resposta a crise (CRO), dado que em ambas se assume missões de quadrícula e de intervenção. Ao nível de quadrícula procura-se criar um clima de estabilidade, para que os poderes políticos instituídos possam alcançar soluções mais favoráveis. As forças de intervenção, auxiliam / reforçam as forças de quadrícula e estão prontas actuar numa zona específica do TO (Garcia, 2003). Na mesma linha de pensamento o nosso General CEME afirma que *“Durante mais de uma década o Exército Português, conduziu uma guerra simultaneamente em três TO. Desta experiência resultaram aprendizagens ligadas aos fenómenos da Subversão, guerrilha, terrorismo, Contra-subversão e acções anti-terroristas que, com a devida actualização e contextualização se adequam ao ambiente operacional de hoje”* (Ramalho, 2010, p.327). Foi devido a esta extrema importância que o nosso MGen Branco, aquando da sua passagem pelo Comando de Instrução e Doutrina, iniciou um grupo de trabalho responsável pela actualização desta doutrina. Actualmente, e de acordo com o nosso Coronel Guedes da Silva as principais alterações serão ao nível do ambiente de cariz internacional em que decorrem as actuais operações e o relacionamento com os Media.

No que concerne ao nível técnico-tático, muito do então escrito (baseado não só em doutrina estrangeira, mas também fruto das lições apreendidas em África) tem sido aplicado e adaptado para as CRO em que temos vindo a participar (Garcia, 2003).

A doutrina de Contra Subversão dita-nos que deve existir uma coordenação entre os esforços civis e militares. A experiência dita-nos que uma integração plena destes dois domínios requer uma cadeia de comando única, situação que actualmente (Afeganistão) não se verifica (Branco, 2008).

Para se obter o sucesso na luta COIN é essencial a existência de um sistema eficaz de informações, bem como, apresentar uma adequada legitimação, não só para a população de um Estado mas também para a comunidade internacional. Devemos ainda concluir que para se obter o sucesso e uma aceitação por parte da população, é necessário estabelecer um ambiente seguro, de acordo com as leis estabelecidas.

Por fim este sucesso só é obtido quando as FA² transferirem a autoridade para as entidades locais, sendo evidente que a guerra contra a “insurgency” está no bom caminho.



Conclusões

A guerra que Portugal travou nos seus territórios ultramarinos, nas décadas de 60 e 70, caracterizou-se como sendo uma guerra de contra-suversão. O ambiente operacional vivido apresentava uma elevada complexidade de factores, os quais estavam vertidos nas manobras; política, humana, física, militar, de informações e psicológica.

Nos conflitos da actualidade⁵⁶ deixamos de nos reportar tanto ao conceito de subversão e começamos a ouvir e a ler um novo conceito, designado por “*insurgency*”, ao qual está associado o de *COIN*, sendo que este último está bem espelhado no espectro do conflito. O ambiente operacional no qual decorre esta tipologia de operações apresenta uma elevada e diversificada complexidade, tal como na guerra subversiva, porém com um acréscimo do seu valor absoluto.

No início deste trabalho levantaram-se algumas QD para as quais nós respondemos com algumas hipóteses. Interrogamo-nos **(QD 1)** *quais as diferenças dos ambientes operacionais nos TO das FA² Portuguesas durante a guerra do Ultramar face aos cenários COIN na actualidade?* Levantou-se a seguinte hipótese **(H1)**: *nos cenários estudados identificaram-se similitudes essencialmente quanto ao cariz assimétrico e insurreccional dos actores e ameaças em presença, apesar de se identificarem diferenças relativas ao espaço geográfico, divergências culturais e religiosas e uma maior complexidade que advém da globalização e da evolução tecnológica.* Após a leitura do primeiro capítulo, estamos assim certos que os diferentes e complexos ambientes operacionais, podem ser analisados por uma matriz única⁵⁷, apresentando inúmeras semelhanças. Porém o ambiente operacional vivido no século XXI apresenta algumas diferenças potenciadas pelo fenómeno da globalização, das quais se destacam a presença de outros actores que não o Estado, o local escolhido pelos insurgentes para fazer a guerra, a (r)evolução tecnológica e a mudança nos valores. Isto leva-nos a crer que, embora tenha mantido a sua natureza, o actual ambiente é ainda mais complexo e abrangente. Assim julgamos estar em condições de validar a **hipótese um (Hipótese 1)**.

No que concerne à **(QD 2)**, *qual a organização e forma de actuação das UEC de Infantaria do Exército Português durante as campanhas no Ultramar?* Considerou-se a seguinte hipótese **(H 2)**: *As companhias actuavam integradas em batalhões (em função de quadrícula ou de intervenção), ou de forma isolada. Quando assim era, podiam actuar como força de intervenção ou quadrícula.* Ao analisarmos o capítulo três podemos dizer que o TO estava dividido em sectores de Agrupamento, por sua vez estes dividem-se em sectores de Batalhão, que se decompõem em sectores de companhia. Neste cenário operam dois tipos

⁵⁶ Neste trabalho, delimitamos o estudo ao conflito do Afeganistão.

⁵⁷ Para uma consulta mais pormenorizada sugere-se a consulta do Apêndice B.



de forças, as de quadrícula e as forças de intervenção. As forças de quadrícula estavam dispostas uniformemente pelo território a pacificar, os comandos das mesmas ficavam nas principais povoações e pontos importantes, com o objectivo de guarnecer esse território e manter o contacto com a população.

As unidades de intervenção, dotadas de grande mobilidade e espírito agressivo em elevado grau, destinam-se a ser empregues em operações militares de maior envergadura, atempada e oportunamente, com a finalidade de destruição e aniquilamento de bases de refúgios do inimigo, e aptas a recolher informações e explorá-las de imediato. Após o que acabamos de descrever estamos em condições de validar parcialmente a **hipótese dois (Hipótese 2)**, pois em todos os escalões deve existir uma reserva para assumir funções de intervenção, ou seja, um pelotão por cada companhia em função de quadrícula, uma companhia por batalhão e um batalhão por Agrupamento. De referir que só em situações extremas as forças de intervenção são usadas em função de quadrícula, devido às suas valências.

A terceira questão derivada (**QD 3**) leva-nos a interrogar *qual a organização e forma de actuação das UEC de Infantaria, integradas em FND, nos actuais conflitos COIN?* Em resposta a esta QD levantamos a seguinte hipótese (**H3**): *as actuais FND, quando executam e/ou participam em operações no contexto de COIN, podem assumir a responsabilidade sobre sectores que lhe são atribuídos, ou podem também actuar como forças de intervenção.* Com a leitura do capítulo quatro podemos concluir que a participação do Exército Português na ISAF, é materializada através de uma QRF /FND com um efectivo de 158 militares, de escalão companhia. Esta força, como o próprio nome indica está vocacionada para o cumprimento de missões de intervenção à ordem do General comandante da ISAF. Neste sentido vê-se validada parcialmente a **hipótese três (Hipótese 3)**, pois as nossas companhias no Afeganistão nunca cumpriram missões em função de Quadrícula, isto não quer dizer que a nossa força não cumpra e com toda a dignidade, mas a principal missão é de QRF.

Por último apresentamos a questão derivada quatro (**QD 4**). *Esta interroga-nos como poderá a doutrina portuguesa de emprego das Unidades de Infantaria, no âmbito da contra-subversão, ser aplicada a uma FND, aquando do seu emprego em operações de COIN?* Como hipótese (**H 4**) referiu-se que *a doutrina nacional sobre contra-subversão, baseada na experiência adquirida durante a Guerra do Ultramar e materializada nos manuais “O Exército na guerra subversiva” de 1963, tem aplicação prática e eficaz no empenhamento de uma FND, a empregar num cenário de COIN.* No seguimento, e para validar parcialmente a **hipótese quatro (Hipótese 4)**, concluímos que a doutrina portuguesa de contra-subversão tem aplicação prática nos actuais TO, o que nos leva a pensar que



poderá ser empregue na preparação de uma FND aquando do seu emprego num cenário onde se realizem operações de COIN.

Após a leitura do capítulo dois, podemos verificar que a doutrina de contra-subversão tem princípios já reconhecidos, tais como: a população é o objectivo, o meio e a ferramenta; o treino operacional no TO; os conflitos prolongam-se no tempo e consomem elevados recursos; o desgaste do poder instituído, quer sejam Estados e/ou alianças; e a interdependência das diferentes manobras, têm aplicação na actual doutrina de COIN.

Com a análise do capítulo cinco e em proveito do capítulo dois, referimos que pelo facto dos princípios, finalidades e formas de acção da contra-subversão se terem mantido, na sua essência, praticamente inalteráveis, concluímos que a doutrina portuguesa não será apenas útil para a preparação de uma FND, mas também será um valioso contributo para a doutrina NATO, no que se refere às operações de COIN.

Por fim, e para se dar uma resposta à **questão central** – *Em que medida a experiência que resultou do emprego das UEC de Infantaria, do Exército Português, no contexto da contra-subversão durante as campanhas do Ultramar, poderá constituir-se num importante contributo para o emprego de forças congéneres, integradas em FND em cenários de COIN?* – Concluímos que devemos retirar das estantes e estudar novamente os “velhinhos” manuais sobre a doutrina portuguesa de contra-subversão. Pelo facto de Portugal ser um dos poucos países ocidentais com uma longa e recente experiência no combate à subversão, bem como, ser possuidor de uma efectiva doutrina de contra-subversão, materializada no conjunto de cinco manuais de 1963, parece-nos que estamos em condições de poder ter uma participação activa em qualquer fórum, aquando da abordagem de assuntos relacionados com a elaboração de doutrina NATO, relativamente às operações de COIN.

A experiência adquirida e a doutrina já elaborada apresentam-se como mais valias das quais Portugal pode fazer uso aquando do aprontamento de uma FND, adaptada à realidade actual. Para concluirmos, destaco o que refere o Tenente-Coronel Proença Garcia (2003) que a doutrina então produzida mantém muita da sua actualidade, nomeadamente no que concerne à sua aplicação nas actuais Operações de Resposta a Crises, dado que em ambas se assumem missões de quadrícula com uma finalidade múltipla, onde se procura criar um clima de estabilidade, que possibilite que os poderes instituídos alcancem as soluções mais favoráveis no campo político.



Propostas/Recomendações

Embora a doutrina portuguesa sobre contra-subversão seja válida e passível de ser empregue na actualidade, pensamos que a mesma deva ser actualizada, tendo em conta cinco aspectos importantes.

Em primeiro lugar destaca-se o facto da doutrina elaborada em 1963 ter por base os conhecimentos adquiridos por alguns militares que frequentaram cursos em países amigos, como foram os casos da França e Inglaterra. Parece-nos que teria sido muito útil se houvesse uma compilação de informação e posterior actualização da doutrina, no período pós-conflito, ou actualmente recorrer a testemunhos ainda vivos para acrescentar algo de importante.

Como segundo aspecto destacamos o facto do ambiente operacional apresentar mudanças significativas, o que deveria conduzir a uma actualização da doutrina portuguesa de contra-subversão, para que seja passível de aplicação prática em actuais e futuros TO.

Em terceiro lugar, o facto da experiência portuguesa versar sobre o continente Africano parece-nos ser um aspecto a explorar, tanto mais que esta região poderá apresentar-se como cenários futuros onde se poderão desenvolver operações de COIN.

Como quarto aspecto, e de acordo com Rodrigues (2009), incidimos que para a actualização da doutrina propomos a criação de grupos de trabalho ao nível dos Ramos, através das suas Academias, Estados-Maiores e U/E/O, sendo que, numa fase mais avançada, esta doutrina deva ser compilada em ambiente conjunto, ao nível do EMGFA, ou IESM.

Por fim, após estas actualizações o CID deve otimizar o gabinete de “*Lições apreendidas*”, onde após cada término de uma FND, Curso ou estágio no estrangeiro, os militares devem deslocar-se ao mesmo gabinete e actualizar tudo o que for necessário. Posteriormente estas informações devem ser facultadas a todos os militares, nomeadamente aos que irão para esses cenários.

Porém estas propostas, que visam a actualização da doutrina nacional, só serão possíveis depois de definidos claramente os conceitos, de importar novos conceitos contemporâneos e adequá-los à nossa realidade. De acordo com Grilo (2010) Portugal deverá estabelecer conceitos idênticos aos das alianças às quais pertence, de modo a que estes sejam aceites e reconhecidos pelas mesmas.

No que concerne à nossa casa mãe, devemos destacar o seguinte. Deve-se incluir no plano curricular matéria que aborde as operações Subversivas, ou, na falta de espaço deve-se recorrer a palestras com especialistas na área, em última análise mandar realizar trabalhos de grupo com a devida apresentação aos restantes cadetes alunos.



Referências Bibliográficas:

Monografias

- ✓ AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2000). – Guerra colonial. Lisboa: Editorial Noticias.
- ✓ BARATA, Manuel T., et al. (2004). Nova História Militar de Portugal, Volume 3. 1ª ed. [S.l.]: Círculo de Leitores, ISBN 972 42 3071 6.
- ✓ BARATA, Manuel T., et al. (2004). Nova História Militar de Portugal, Volume 4. 1ª ed. [S.l.]: Círculo de Leitores, ISBN 972 42 3071 6.
- ✓ BARATA, Manuel T., et al. (2004). Nova História Militar de Portugal, Volume 5. 1ª ed. [S.l.]: Círculo de Leitores, ISBN 972 42 3071 6.
- ✓ CAETANO, Marcelo (1935). Lições de Direito Corporativo. Editorial: O Mundo Português.
- ✓ CANN; John P. (1998). Contra-Insurreição em África – O modo português de fazer a guerra, 1961-1974. 1ª ed. S. Pedro do Estoril: Edições Atena. ISBN: 972-8435-08-8.
- ✓ COUTO, Abel Cabral (1988). Elementos de estratégia: Apontamentos para um curso. Pedrouços: IESM.
- ✓ COMISSÃO DE ESTUDO DAS CAMPANHAS de ÁFRICA (CECA) (1988) - Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1º volume, Enquadramento Geral. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- ✓ COMISSÃO DE ESTUDO DAS CAMPANHAS de ÁFRICA (CECA) (1990) - Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África (1961-1974). Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- ✓ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (2008). Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.
- ✓ SANTOS, Loureiro dos (1983) – Incursões no Domínio da Estratégia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Manuais

- ✓ EME (1987). *RC 130-1 Operações*. Volume II.
- ✓ EME (2010). PDE 0-18-00 Abreviaturas Militares.
- ✓ EXÉRCITO, Ministério do (1963a). *O Exército na guerra subversiva: I – Generalidades*. Lisboa: SPEME.
- ✓ EXÉRCITO, Ministério do (1963b). *O Exército na guerra subversiva: II – Operações contra bandos armados e guerrilhas*. Lisboa: SPEME.



- ✓ EXÉRCITO, Ministério do (1963c). *O Exército na guerra subversiva: III – Acção Psicológica*. Lisboa: SPEME.
- ✓ NATO (2008a). AAP-6 Glossary of terms and definitions.
- ✓ NATO (2008b). AJP-3.4.4 Allied Joint Publication for Counterinsurgency (COIN). 2nd study draft.
- ✓ USARMY (2006). FM 3-24 Counterinsurgency.
- ✓ USARMY (2001). JP 1-02 Dictionary of Military and Associated Terms.

Contribuições em monografias

- ✓ BRANCO, Carlos Martins (2008) – A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão, in, Cadernos do IDN nº1. Lisboa: IDN, p.15-23.
- ✓ ESPÍRITO SANTO, Gabriel (2000) - A Experiência das campanhas de África no contexto actual – As operações de apoio à paz, In, Estudos sobre as campanhas de África (1961-1974). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, p. 227-236.
- ✓ GARCIA, Proença [et. al] (2003) - Contributos para emprego do Batalhão de Infantaria na luta contra-subversiva actual. In, Revista Militar. Lisboa: Maio, p. 515 – 555.
- ✓ GARCIA, Francisco Proença (2007) -Descrição do fenómeno subversivo na actualidade. A estratégia da contra-subversão. Contributos nacionais. In Estratégia, Volume XVI. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, p. 111-182.
- ✓ MENEZES, António Xavier (2010) – Conclusões do Seminário, in, A Academia Militar e a Guerra de África. Lisboa: Prefácio, p. 190-196.
- ✓ OLIVEIRA, Hermes de Araújo (1963) - A resposta à guerra subversiva. In Junta de Investigação do Ultramar: Estudos de ciências políticas e sociais, N.º 62, Lisboa. Subversão e contra-subversão. Lisboa: Bertrand (Irmãos), Lda, p.47-96.
- ✓ RAMALHO, José Luís Pinto (2010) – A manobra da Contra-Subversão na perspectiva de forças terrestres com a dimensão estratégica de Portugal, in, Estratégia. Lisboa: Editora ACMA, p. 315-334.
- ✓ BORGES, João J.B.V. (2010) – A Formação de Oficiais, in, A Academia Militar e a Guerra de África. Lisboa: Prefácio, p. 22-51.

Legislação e outros documentos oficiais

- ✓ **Directivas:**
 - N° 55/CEME/07 - Aprontamento da QRF/FND/ISAF- 2º Semestre de 2007.



- Nº 195/CEME/09 - Aprontamento da *Quick Reaction Force / International Security Assistance Force* (QRF/ISAF).
- Nº 10/CMD OP/07, Aprontamento da QRF/FND/ISAF para a operação da NATO no Afeganistão - 2º semestre de 2007.
- Nº 58/CFT/09, Aprontamento da *Quick Reaction Force / International Security Assistance Force* (QRF/ISAF) - 1º semestre de 2010.
- ✓ **Decretos Lei :**
 - Nº 41557, de 15 de Março de 1958.
 - Nº 41559, de 15 de Março de 1958.
 - Nº 42926, de 16 de Abril de 1960.
 - N.º 43893, de 6 de Setembro de 1961.
 - N.º 43894, de 6 de Setembro de 1961.
 - N.º 44309, de 27 de Abril de 1962.
- ✓ Relatório Fim de Missão da QRF, Força Nacional Destacada, ISAF do 1º Semestre de 2007.

Arquivo Histórico Militar – Lisboa (AHM)

- ✓ AHM 2-7-148-1, 1959
- ✓ AHM 2-4-96-4, 1972

Monografias electrónicas

- ✓ GARCIA, Francisco Proença (2006). *Descrição do fenómeno subversivo na actualidade. A estratégia da contra-subversão. Contributos nacionais* [CD-ROM]. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2004-2006. Trabalho Individual de Longa Duração.
- ✓ GRAY, Colin S. (2007). *Irregular Warfare. One Nature, Many Characters*. In *Strategic Studies Quarterly*, Winter 2007. (referência de 22 de Julho de 2010 às 12:42). Disponível na Internet em: <http://www.au.af.mil/au/ssq/2007/Winter/gray.pdf>.
- ✓ RODRIGUES, Jorge M. S. (2009). “Insurgência” ou “subversão”? Contributos para a compreensão e enquadramento actual. [CD-ROM]. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2008-2009. Trabalho de Investigação Individual.
- ✓ VULLINGHS, Coronel (2010). *Information Operations in ISAF X: Frontline* (referência de 19 de Fevereiro de 2010 às 20:45). Disponível em:



www.defenceiq.com/video.cfm?id=118&keyword=information%20operations%20roadmap&Sid=g_3049&mac=DFIQ_SEM_2010&gclid=CK7Pueeh_58CFdkB4wod.

- ✓ <http://www.globalsecurity.org/military/agency/dod/prt-tarin-kowt.htm>, consultado em 19 de Fevereiro de 2010 às 20:51
- ✓ http://www.exercito.pt/portal/exercito/_specific/public/allbrowsers/asp/projuoutmission.asp?stage=2&id=88 consultado em 20 de Julho de 2010 às 20:40.

Entrevistas:

- ✓ João Almeida Bruno – Monsanto (Lisboa), 29 de Março de 2010. Era General na situação de reforma quando foi entrevistado.
- ✓ Joaquim Chito Rodrigues – Lisboa, 24 de Março de 2010. Era General, Presidente da Liga dos Combatentes quando foi entrevistado.
- ✓ Carlos Manuel Martins Branco – Caxias, 28 de Junho de 2010. Foi porta-voz da Força Internacional de Assistência e Segurança no Afeganistão Era Major General quando foi entrevistado.
- ✓ Aniceto Afonso – AM (Lisboa), 09 de Abril de 2010. Era Coronel na situação de reforma quando foi entrevistado.
- ✓ Ruivo – CTC (Lisboa), 25 de Março de 2010. Era Tenente Coronel quando foi entrevistado, ex-comandante de Companhia de Comandos no Afeganistão.
- ✓ Ferreira – Cmd BRR (Tancos), 25 de Março de 2010. Era Major quando foi entrevistado, ex-comandante de Companhia Pára-quedista no Afeganistão.
- ✓ Grilo – EME (Lisboa), 24 de Março de 2010. Era Major quando foi entrevistado, ex-comandante de companhia de Comandos no Afeganistão.



Apêndices



Apêndice A – Corpo de Conceitos

Na doutrina portuguesa entende-se por:

- **Guerra de guerrilhas** (Exército, 1963a: Anx-Pág17)

“ Guerra levada a efeito por forças de organização e características especiais, muito ligeiras, dispersas e clandestinas, contra as forças que controlam um dado território. É uma forma de acção utilizável em qualquer tipo de guerra (convencional, nuclear ou subversiva) e, portanto, um dos processos empregados para levar a efeito uma guerra subversiva.”

- **Guerra insurreccional** (Exército, 1963a: Anx-Pág17)

“ Luta armada, de carácter político, levada a efeito num dado país contra o Estado.”

- **Guerra psicológica** (Exército, 1963a: Anx-Pág17)

“ Luta levada a efeito por um conjunto de meios e processos que têm por fim influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos homens – população, autoridades e forças armadas – e, portanto, as suas atitudes e o seu comportamento. É uma forma de acção comum a todos os tipos de guerra (convencional, nuclear ou subversiva) e, portanto, um dos processos empregados para levar a efeito uma guerra subversiva.”

- **Guerra subversiva** (Exército, 1963a: Anx-Pág18 e em tudo semelhante à definição do General Abel Cabral Couto em “Elementos de estratégia”, pág. 158)

“Luta conduzida no interior de um território, por parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção.”

- **Insurreição** (Segundo o General Loureiro dos Santos em “Incursões no Domínio da Estratégia”)

“Levantamento populacional de tipo espontâneo, que gera uma grande movimentação de massas compensadora da escassez de meios de coacção física.”

- **Subversão** (Garcia, 2006: 2)

“Técnica de assalto ou de corrosão dos poderes formais, para cercear a capacidade de reacção, diminuir e/ou desgastar e pôr em causa o Poder em exercício, mas nem sempre visando a tomada do mesmo.”



Na doutrina NATO entende-se por:

- **Counter-Insurgency / Mesure anti-insurrectionnelle** (NATO, 2008a: 2-C-18)

“Those military, paramilitary, political, economic, psychological, and civic actions taken to defeat insurgency.” (01 Mar 1973)

- **Counter-subversion / Contresubversion** (NATO, 2008a: 2-C-18)

“Action designed to detect and counteract subversion.” (01 Mar 1981)

- **Insurgency / Sédition** (NATO, 2008a: 2-I-5)

“An organized movement aimed at the overthrow of a constituted government through use of subversion and armed conflict.” (01 Jul 1980)

- **Subversion / Subversion** (NATO, 2008a: 2-S-14)

“Action designed to weaken the military, economic or political strength of a nation by undermining the morale, loyalty or reliability of its citizens.” (01 Mar 1981)

Na doutrina dos EUA entende-se por:

- **Counterinsurgency** (JP 1-02, 2001: 130)

*“Those military, paramilitary, political, economic, psychological, and civic actions taken by a government to defeat insurgency. Also called **COIN**.”*

- **Countersubversion** (JP 1-02, 2001: 132)

“That aspect of counterintelligence designed to detect, destroy, neutralize, or prevent subversive activities through the identification, exploitation, penetration, manipulation, deception, and repression of individuals, groups, or organizations conducting or suspected of conducting subversive activities.”

- **Insurgency** (JP 1-02, 2001: 268)

“An organized movement aimed at the overthrow of a constituted government through use of subversion and armed conflict.”

- **Subversion** (JP 1-02, 2001: 527)

*“Action designed to undermine the military, economic, psychological, or political strength or morale of a regime. See also **unconventional warfare**.”*



Apêndice B - Modelo matricial⁵⁸ comparativo dos ambientes operacionais em estudo

Domínio \ TO	África (Guerra do Ultramar)	Actualidade (Afeganistão)
Político	<ul style="list-style-type: none">• Apoio do exterior no combate à subversão, reduzindo os apoios à mesma. Necessidade de legitimar este combate;• Presença de actores não estatais;• Políticas geradoras de segurança e bem-estar;• Medidas no âmbito legislativo e organizativo;• Manter o conflito em ritmo lento de modo a regenerar e repor recursos;• Objectivos Vitais.	<ul style="list-style-type: none">• Combate à <i>insurgency</i> levada a efeito por alianças;• Legitimação no combate à <i>insurgency</i>;• Necessidade de um mandato internacional;• Conflitos intra-estatais (Lutas étnicas e/ou tribais);• Presença de actores não estatais (e.g. senhores da guerra e extremistas religiosos);• Luta por melhores condições de vida;• Desprendimento das leis constituídas, pelos insurgentes;• Globalização; Objectivos Importantes;• Perda do monopólio estatal na legitimação da violência.
Humano	<ul style="list-style-type: none">• A população como o ambiente, o objectivo e o meio;• Conquista das mentes e corações da população. <u>Primordial</u>• Acção dos militares no apoio civil;• Necessidade de um elevado volume de recursos humanos;• Necessidade de treino específico (forças contra-subversão);• PSYOPS, especialmente através de um programa psicossocial.	<ul style="list-style-type: none">• A população como centro de gravidade;• Conquista das mentes e corações da população. <u>Primordial</u>• Acção das PRT;• Militares devem compreender os usos e costumes locais;• Negociação com líderes regionais;• Grandes “massas” humanas em zonas urbanas, convergindo para uma “pobreza urbana”;• Fluxos migratórios em massa.
Físico	<ul style="list-style-type: none">• Diversidade do terreno, climas e vegetação;• Infra-estruturas escassas e em mau estado, especialmente, as vias de comunicação;• Necessidade de controlo das fronteiras;• Três TO, descontínuos e distantes da metrópole;	<ul style="list-style-type: none">• Diversidade de terreno, climas e vegetação;• Infra-estruturas degradadas, essencialmente, vias de comunicação (transporte e/ou comunicações);• Declínio das fronteiras;• Desenvolvimento de áreas urbanas (Baixo nível de vida);

⁵⁸ O código de cores explanado na matriz comparativa tem o seguinte significado: o verde refere-se para aspectos em comum, o azul aspectos comuns, contudo sem não é possível estabelecer uma relação directa e o vermelho para aspectos não comuns.



	<ul style="list-style-type: none">• Desproporção entre dimensão territorial e meios disponíveis;• Contra-subversão deu-se, essencialmente, em ambiente rural.	<ul style="list-style-type: none">• COIN desenvolvem-se, essencialmente, em ambiente urbano.
Militar	<ul style="list-style-type: none">• A manobra militar, por si só, não conduz à vitória;• Unidades militares com carácter expedicionário;• Operações ofensivas, defensivas, PSYOPS e apoio civil;• Forças de Quadrícula – Ocupação de sectores de modo a manter a defesa de pessoas e bens. Contacto com população;• Forças de Intervenção – Grande mobilidade e poder de fogo. Reserva;• PSYOPS como multiplicador do potencial;• Um único Exército a combater a Subversão facilita a coordenação e regras, dependemos de nós.	<ul style="list-style-type: none">• Conflitos intermináveis, sem solução militar à vista;• Superioridade tecnológica não conduz à vitória militar;• Presença de diversos actores nos TO (e.g. ONG e OI);• Privatização da guerra (Empresarialização e desmilitarização da guerra);• Mediatização da guerra;• Ameaça do uso de armas de destruição massiva, por parte de actores não-estatais;• A multiculturalidade de Forças no TO dificulta coordenações, regras de empenhamento, etc.
Informações	<ul style="list-style-type: none">• Essencial a existência de um eficaz e eficiente sistema de informações;• Contra-informação essencial na contra-subversão;• Recurso às mais diversas fontes de informação;• Esforço de pesquisa não só orientado para inimigo e terreno, mas também, e essencialmente, para a população;• Inimigo invisível e disseminado no meio da população.	<ul style="list-style-type: none">• As informações são essenciais nas COIN, bem como, a contra-informação;• Proliferação de colectores e fontes de informação;• Acesso à informação funciona como um acelerador do descontentamento social;• Globalização dos “media” constitui-se como uma poderosa arma dos insurgentes. Destaque para a Internet.
Económico	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de um avultado volume de recursos económicos e financeiros;• Recursos económicos dispendidos não só para apoio das operações militares, mas também, para apoio à população;• Funções logísticas em destaque: transporte, abastecimento, evacuação e hospitalização, serviço técnico e direcção logística;• Importante desenvolver a economia local de modo a garantir um melhor nível de vida à população local.	<ul style="list-style-type: none">• Discriminação no acesso a bens essenciais;• Desigualdades económicas e tensões adicionais podem conduzir a um conflito generalizado;• Operações militares devem ter em conta o ambiente económico;• Existe uma relação entre operações de segurança e a promoção de estabilidade, redução do crime e migração económica;• O fenómeno globalização é responsável pela criação de desigualdades económicas.



Apêndice C - Matriz de missões no Ultramar⁵⁹

Missões das Unidades	
Função de Quadricula	Função de Intervenção
<ul style="list-style-type: none">Defesa de pontos sensíveis; estabelecimento de postos militares;	<ul style="list-style-type: none">Socorrer unidades, povoações e instalações atacadas;
<ul style="list-style-type: none">Protecção de itinerários;	<ul style="list-style-type: none">Procurar o In e hostilizá-lo o mais possível por toda a parte;
<ul style="list-style-type: none">Pesquisa de notícias sobre o In e dados sobre o terreno e a população;	
<ul style="list-style-type: none">Contacto com a população, acção psicossocial, controle da população;	<ul style="list-style-type: none">Executar operações ofensivas contra elementos rebeldes referenciados e suas instalações.
<ul style="list-style-type: none">Acção psicológica sobre o In;	
<ul style="list-style-type: none">Hostilizar o In na medida em que os meios disponíveis o permitirem.	

⁵⁹ Matriz adaptada do manual O Exército na guerra Subversiva, Operações contra bandos armados e guerrilhas, 1963.



Apêndice D – Lista de material usado durante o Ultramar

Em suma, de acordo com Barata (2004) as FA² para fazer face às condições em que a guerrilha se desenvolvia, adoptaram o seguinte armamento ligeiro para equipar as suas unidades:

- Espingarda Automática G3 de 7,62 mm;
- Metralhadora Ligeira HK21 de 7,62 mm;
- Pistola Walther de 9 mm;
- Pistola-Metralhadora FBP de 9 mm – atribuída às unidades que garantiam segurança a instalações e a tripulações de veículos;
- Pistola-Metralhadora FBP de 9 mm – preferida em relação à pistola por muitos oficiais.

Em relação ao armamento pesado, as Companhias de Caçadores tinham ao seu dispor:

- Lança-foguetes de calibre 60 e 89 mm – arma padrão para apoio de fogos, eram armas para a luta anti-carro e não tinham munições explosivas adaptadas à luta anti-guerrilha, mas eram úteis para apoio moral e para o uso contra fortificações improvisadas e ninhos de metralhadoras;
- Canhão sem recuo M18 de calibre 57mm – capazes de disparar granadas explosivas para além das anti-carro. Só foram utilizados na Guiné;
- Morteiros de 81 e 107 mm – eram mantidos nos aquartelamentos e usados principalmente para responder aos ataques de lança-foguetes, de morteiros ou de pequenas peças da guerrilha;
- Morteiro 60 mm – usado com maior frequência em operações, devido às suas reduzidas dimensões, o que facilitava o seu transporte por tropas apeadas. (Barata, 2004).



Apêndice E - Resumo da entrevista ao Sr. General Almeida Bruno

Entrevistado: General Almeida Bruno

Local: Clube Português de Tiro - Monsanto

GDH: 291430MAR10

Pergunta 1: Como caracteriza o ambiente operacional vivido durante a Guerra do Ultramar, que Portugal travou nas décadas de 60 e 70 nos seus territórios ultramarinos?

- Domínio Político

GEN A. Bruno: Na década de 60 vivia-se uma certa preocupação, pois os territórios Portugueses na Índia tinham sido invadidos. Existia alguma crispação, pois politicamente o país vivia dirigido e comandado há longos anos pelo Doutor Oliveira Salazar. Dentro das Unidades existia um ambiente político de serenidade e convicção de que iríamos para Angola cumprir a nossa missão e sem qualquer problema. O ambiente político ficou marcado para todos nós, aquando da nossa recepção em Luanda que foi uma coisa estrondosa, fabulosa, milhares de civis (brancos, negros e mestiços) todos aclamar as tropas. Meses antes tinham existido invasões de fazendas no norte de Angola e o FNLA tinha cometido atrocidades do pior, logo os Angolanos sentiram que as forças estavam ali para defender o território nacional.

- Domínio Humano

GEN A. Bruno: Os civis adoraram a nossa chegada. Quando estávamos estacionados em Luanda os soldados iam a um café comer e beber algo e a conta estava paga, existia um bom relacionamento.

- Domínio Militar

GEN A. Bruno: Estávamos todos armados e equipados para uma guerra convencional, naquela época foi com o que embarcamos. Havia uma grande fraternidade entre os oficiais, sargentos e praças e todos conviviam num ambiente saudável.

- Domínio das Informações

GEN A. Bruno: As nossas forças eram muito frágeis no que concerne a este domínio, tínhamos muito pouca formação nesta área, o melhor que tínhamos era a capacidade que o português tem para conversar com as populações.

Pergunta 2: Quais os aspectos comuns e diferentes entre os ambientes operacionais do século XX e século XXI?

GEN A. Bruno: Existe uma diferença abismal, pois os actuais cenários são completamente distintos. A diferença tecnológica assume um destaque essencial no que concerne às diferenças. Actualmente um soldado EUA tem no seu capacete tudo o que necessita,



enquanto no Ultramar o comando era feito à voz. O único aspecto em comum é que o Homem continua a ser o principal elemento em combate, apresentando as fragilidades normais do combatente, medo, angustia, saudades da família, etc. O militares de hoje tem as mesmas razões negativas que o militar do passado.

Pergunta 3: Com o eclodir da Guerra Colonial, verificou-se a necessidade de adaptar o treino das NF aos novos cenários. Ao nível doutrinário, e consequentemente na componente técnico-tático, que acções foram desenvolvidas ao nível do Exército, para se adequar ao conflito?

GEN A. Bruno: Éramos preparados segundo a doutrina Americana para a guerra convencional, depois adaptávamo-nos para os cenários em si, muito natural do povo português. Lamego (CIOE) foi um pólo que naquela época contribuiu para a melhoria da componente técnico/táctica dos militares, de tal forma, que na minha segunda comissão antes de embarcar frequentei um estágio de guerra subversiva nessa mesma unidade. Foi um caminho doloroso mas ao mesmo tempo inovador, nós criamos doutrina neste tipo de guerra como se pode ver pelos manuais de 1963. As tropas pára-quedistas tiveram o primeiro embate em Angola, rapidamente chegamos à conclusão que tínhamos que ter uma tropa especial e assim apareceram os Comandos e Fuzileiros Especiais.

Pergunta 4: Como se articulavam e dispunham as forças no Ultramar?

GEN A. Bruno: A Infantaria foi a rainha dos primeiros anos da guerra, porque quer a Artilharia quer a Cavalaria cumpriram mais missões tipo Infantaria do que propriamente da sua arma, isto porque a ocupação do terreno só permitia emprego típico de Infantaria. Um batalhão dividia-se em: comando, uma companhia no posto comando e duas companhias destacadas. A companhia era a unidade mais pequena de cobertura de área. A companhia tinha um comando, três pelotões de atiradores e um pelotão de acompanhamento que servia essencialmente para a defesa do perímetro da companhia.

Pergunta 5: Como se organizavam as Companhias de caçadores/Comando/Pára-quedistas para cumprir as suas funções?

GEN A. Bruno: Os comandos começaram por ser uma doutrina filosófica, mais tarde verificou-se que era totalmente adequada aos cenários do Ultramar. Os pelotões/grupos de combate destacavam-se pela sua ligeireza, flexibilidade para fazer face ao In. A unidade básica continuava a ser a companhia embora destacasse os seus grupos para missões intermédias. A companhia dividia-se em cinco grupos de combate, dois ficavam com o capitão em reserva e os restantes três manobravam.



Pergunta 6: Quais eram as principais missões de uma Companhia de Caçadores/Comando/Pára-quedistas?

GEN A. Bruno: No meu tempo as missões das companhias de caçadores, de comandos ou pára-quedistas diferiam em duas coisas. Normalmente as Companhias de Caçadores tinham como missão a quadricula, os comandos e os pára-quedistas levavam a cabo missões isoladas, ou seja função de intervenção, à ordem do comandante-chefe, o que não quer dizer que não cumprissem outras missões de longa duração, contudo estas missões eram de carácter temporário.

Pergunta 7: Tendo a Companhia por vezes distribuída pelo sector, de que forma o comando da Companhia exercia a sua autoridade (C2)?

GEN A. Bruno: Em alguns casos os pelotões estavam destacados, mas a partir de certa altura quando os níveis de violência aumentaram as companhias reuniram-se e o Capitão tinha comando directo sobre todos os pelotões.

Pergunta 8: Como era feita o apoio de fogos à Companhia de Caçadores/Comando/Pára-quedistas?

GEN A. Bruno: Eu 1961 em Angola como cmdt de pelotão e mais tarde como cmdt Comp nunca tive apoio de fogos. O meu apoio de fogo era o Dornier 27 que ia com o oficial de operações e que servia em simultâneo para reconhecimento e apoio do comando. Ao nível da aviação tínhamos que ter em conta que as poucas pistas de aviação existentes por vezes estavam a Km de distância, por isso não era muito prático. A força aérea no início com os seus Dornier fazia os seus apoios de fogos. Na Guiné sim, existia de facto apoio de fogos porque a Guiné era um TO com dimensões pequenas, e em poucos minutos os Fiat's davam efectivamente apoio de fogos. Apeado, o apoio de fogos era modesto pois o transporte dos morteiros tinha que ser feito às costas, logo dificultava as acções. Mais tarde já como oficial de operações tínhamos disponível uma bateria de artilharia 10,5mm em Zala, mas era o apoio da defesa do comando do batalhão, e raramente apoiava as acções das companhias.

Pergunta 9: Qual era o principal armamento (ligeiro, pesado) e equipamento que dispunha a companhia para fazer face à subversão?

GEN A. Bruno: O armamento ligeiro em 1961 era a espingarda Mauser, metralhadora Madsen, morteiro 60mm e pistola-metralhadora FBP. Mais tarde recebemos a FN e a G3.



Pergunta 10: Qual era a formação ministrada aos Oficiais, sargentos e Praças com o objectivo de fazer face à Subversão?

GEN A. Bruno: A formação em 1961 era nula. As primeiras forças a embarcar para “Angola e em força”, à medida que os anos foram passando foi-se ministrando alguma formação. Já na minha segunda missão frequentei um curso de Estado-Maior em Mafra e um curso de subversão em Lamego antes de embarcar. Concretamente onde se dava doutrina a sério era nos próprios teatros de operações onde se apreendia com os camaradas. A partir de 1964 começou efectivamente a existir uma formação a sério, com curso, estágios, uma preparação em território nacional e posteriormente no TO.

Pergunta 11: Considera que a doutrina nacional de contra-subversão é válida e passível de ser empregue nos actuais conflitos onde emerge a insurreição?

GEN A. Bruno: Eu julgo que a raiz da contra subversão é válida ao longo de milénios, ninguém inventou nada, aquilo que o General Spínola fez na Guiné em que o objectivo era termos as populações connosco é válido desde as campanhas românicas á actualidade.



Apêndice F - Resumo da entrevista ao Sr. TGEN Chito Rodrigues

Entrevistado: Tenente-General Chito Rodrigues

Local: Sede da Liga dos Combatentes - Lisboa

GDH: 241130MAR10

Pergunta 1: Como caracteriza o ambiente operacional vivido durante a Guerra do Ultramar, que Portugal travou nas décadas de 60 e 70 nos seus territórios ultramarinos?

TGEN Rodrigues: De facto a Subversão é tão complexa e transversal que abrange todos estes domínios. Na época o conceito de Contra Subversão era tão mediático que estava expresso na lei e nos regulamentos. Na actualidade, não se encontra nada que refira o conceito de Subversão.

- Domínio Político

TGEN Rodrigues: Existindo um confronto entre o Ocidente e o Oriente, entre a URSS e os EUA. Estes tentaram expandir o seu domínio por várias áreas do globo. A descolonização aparece naturalmente após a II GM, as várias potências Europeias seguiram esta linha de pensamento e descolonizaram, Portugal não seguiu esta ideia. Em Portugal foi definido um plano estratégico que afirmava que Portugal não era só este rectângulo. Com este conceito os políticos definiram que Portugal era para ser defendido, e Portugal é desde Lisboa a Timor.

Quando eclodiu a subversão em Angola, Portugal continental definiu que tinha de se defender como se fosse nosso, e assim foram enviadas forças para Angola.

O ambiente político era um ambiente de Guerra Fria, com incremento da descolonização fruto da II GM que deu origem a movimentos independentistas em Angola, Moçambique e Guiné, em resposta aos movimentos de Angola o poder central e a população em geral reagiu, manifestando descontentamento com o que estava a acontecer e manifestaram todo o apoio para com Angola.

- Domínio Físico

TGEN Rodrigues: Em 1962 em Angola existiam 11 Km de estrada alcatroada e no final da década de 70 havia 11000 Km, existiam alguns aeródromos e no final existiam 430 pistas de aviação. Com a guerra, Angola conheceu um desenvolvimento que nunca tinha conhecido. Luanda de 1961 a 1974 transformou-se numa das cidades com maior desenvolvimento de África.

- Domínio Militar

TGEN Rodrigues: As forças militares em Angola eram mínimas quando a Subversão em Angola espoletou, simplesmente tinham aquartelamentos nas principais cidades. Quando os subversivos começaram a atacar rapidamente se colocou um pelotão aqui, outro ali.



Arrancam de Lisboa três companhias de caçadores especiais com a missão de conter a Subversão no Norte de Angola. Quando chegam ao destino deparam-se com situações inacreditáveis, mas após três meses a subversão tinha desaparecido, tudo o resto estava pacífico.

O comandante da zona militar Este era também o coordenador dos Governos dos distritos locais, logo tinha uma capacidade de gerência administrativa civil e militar nesta zona Este de Angola.

A acção no terreno era de nível Companhia, posta em prática de acordo com o efectivo do In existente, mas quem realmente fazia a guerra eram grupos de combate, pela sua capacidade de mobilidade, flexibilidade e ímpeto.

Pergunta 6: Quais eram as principais missões de uma Companhia de Caçadores/Comando/Pára-quedistas?

TGEN Rodrigues: A companhia em função de quadrícula tinha de estabelecer contacto com as populações, por vezes com os seus pelotões dispersos. A companhia tem de garantir segurança ao aquartelamento, efectuar o seu reabastecimento, o restante da companhia prende-se com acções de patrulhamento normalmente nível pelotão.

Pergunta 7: Quais as dificuldades e limitações de uma Companhia de Caçadores/Comando/Pára-quedistas?

TGEN Rodrigues: Uma das principais dificuldades prendeu-se com o facto de os meios colocados à disposição da força que estava em aprontamento para a guerra, eram escassos. A título de exemplo, se lhe disser que todos os soldados lançaram uma granada é mentira, alguns lançaram uma pedra do tamanho de uma granada.

Pergunta 11: Qual era a formação ministrada aos Oficiais, sargentos e Praças com o objectivo de fazer face à Subversão?

TGEN Rodrigues: Para constituir uma companhia de caçadores Especiais, primeiro mobilizavam-se os quadros (Oficiais e sargentos) que posteriormente frequentavam um curso de Operações Especiais em Lamego em conjunto. Após a conclusão do curso mobilizavam-se os restantes militares (Praças), iniciavam a recrutar 250 militares para que os graduados escolhessem 150 para integrar a Companhia.



Apêndice G - Resumo da entrevista ao Sr. Coronel Aniceto Afonso

Entrevistado: Coronel Aniceto Afonso

Local: Bar de Oficiais – AM Sede

GDH: 091400ABR10

Pergunta 1: Como caracteriza o ambiente operacional vivido durante a Guerra do Ultramar, que Portugal travou nas décadas de 60 e 70 nos seus territórios ultramarinos?

- Domínio Político

COR Afonso: Devemos começar por dizer que cada TO era diferente, só a retaguarda era comum, ou seja, a metrópole. A questão política é comum a todos os Teatros de Operações, quer dizer, a questão do próprio regime português, que considerava os territórios ultramarinos como parte integrante da Nação. Como a descolonização já se tinha desenrolado na maioria das potências colonizadoras, Portugal não foi excepção e começou a sofrer na pele o mesmo fenómeno. A organização do poder era bastante semelhante nos vários TO, não apresentando diferenças significativas.

- Domínio Militar

COR Afonso: No domínio militar existe um grande leque de soluções comuns a todos os territórios, embora com adaptações a cada território em particular.

- Domínio Psicológico

COR Afonso: Esta questão tem várias componentes - o In, as populações e as nossas forças. Em relação às forças militares, existem aspectos gerais, embora existam particularidades em relação aos vários contingentes mobilizados localmente. Ao nível da população, tudo é muito diferente, variando de território para território, pelo que devemos ter em conta a presença das várias etnias, que encaram diferentemente a acção psicológica.

- Domínio das Informações

COR Afonso: Também existem aspectos comuns neste domínio, ao nível de recolha, tratamento, etc., aspectos centralizados nos vários comandos militares. Depois existem os restantes agentes de informação que são essenciais nos territórios coloniais - a DGS, a Administração e todos os outros organismos que tinham a capacidade de recolher informação. O tratamento era feito através dos Quartéis-Generais, tanto no Comando-Chefe, como nos QG dos vários Ramos.

Pergunta 2: Quais os aspectos comuns e diferentes entre os ambientes operacionais do século XX e século XXI?

COR Afonso: Quanto ao ambiente operacional, existem determinados aspectos que se mantêm idênticos, independentemente da década em que vivemos ou operamos. Existem



depois aspectos que dão saltos muito grandes, aspectos estes que estão relacionados com os avanços tecnológicos no campo de batalha, e que trazem alterações muito grandes à forma de actuação das forças nos TO. É normal que quando transitamos do século XX para o século XXI, o campo de batalha se transforme radicalmente. Os campos de batalha do século XX nada têm a ver com os campos de batalha do século XXI, e muito menos com os conflitos travados no ultramar.

Pergunta 3: Com o eclodir da Guerra Colonial, verificou-se a necessidade de adaptar o treino das NF aos novos cenários. Ao nível doutrinário, e consequentemente na componente técnico-tático, que acções foram desenvolvidas ao nível do Exército, para se adequar ao conflito?

COR Afonso: Do ponto de vista técnico, Portugal considerava este conflito uma guerra subversiva, que actuava através de acções de guerrilha. Já as forças organizadas pelos movimentos de libertação consideravam-na uma guerra de libertação. As forças portuguesas, para fazer face a esta guerra de guerrilhas, tiveram de adoptar uma táctica de contra guerrilha, pois era a única forma de enfrentar a guerrilha. De referir que esta táctica é semelhante nos três TO. Ao nível doutrinário temos os manuais de 1963, comuns a todas as forças. De referir ainda que todas as armas existentes (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) foram transformadas em Caçadores, para fazer face às forças de guerrilha. Com a guerra houve a necessidade de alterar tanto a doutrina como o treino.

Pergunta 4: Como se articulavam e dispunham as forças no Ultramar?

COR Afonso: Para este tipo de guerra, as forças do Exército foram divididas em duas componentes essenciais, a componente de ocupação do terreno, ou seja as forças de quadrícula e outra componente de intervenção, ou seja as forças especiais. O terreno foi dividido em sectores de comando de Major General ou Brigadeiro, e depois dentro dos sectores de zona existiam os batalhões, que tinham uma zona de acção e eram coordenados por esse Sector, isto de uma forma geral.

Pergunta 5: Como se organizavam as Companhias de caçadores/Comando/Pára-quedistas para cumprir as suas funções?

COR Afonso: Devemos distinguir companhias de Caçadores das Companhias de Comandos/Pára-quedistas. As companhias de caçadores organizavam-se para ocupar terreno, eram mais pesadas, tinham mais órgãos de apoio e órgãos de serviço. As companhias especiais eram mais ligeiras, porque não tinham zona de acção atribuída, pois



eram utilizadas em intervenção, regressando depois à base do comando-chefe, ou do comando do Sector, ou mesmo ao seu aquartelamento comum.

Pergunta 6: Quais eram as principais missões de uma Companhia de Caçadores/Comando/Pára-quedistas?

COR Afonso: As missões das companhias de caçadores eram diferentes das companhias de comandos/pára-quedistas. De acordo com o que disse anteriormente a missão das companhias de caçadores era de ocupação de terreno, e de todas as funções inerentes ao controlo de uma determinada região, desde a sua própria sobrevivência até ao contacto com a população. A companhia de comandos e pára-quedistas tinha essencialmente uma missão operacional, ou seja, fazer emboscadas, golpes de mão, perseguição, etc.

Pergunta 7: Quais as dificuldades e limitações de uma Companhia de Caçadores/Comando/Pára-quedistas?

COR Afonso: As dificuldades e limitações numa guerra deste tipo resultavam da dificuldade de adaptação ao terreno, ao clima, à distância dos territórios de origem. A duração da missão (2 anos), era muito longa, o que por vezes afectava psicologicamente os militares. Uma forma de colmatar esta situação era a de rodar as companhias de sector em sector. Outras dificuldades prendiam-se com questões como as instalações, armamento e equipamento (que a certa altura era inferior ao do inimigo). Um dos problemas mais graves da guerra colonial prendia-se com a inexistência de comunicações ao nível das subunidades. Só na década de 70 esta falha foi colmatada com a aquisição dos TR28.

Pergunta 8: Tendo a Companhia por vezes distribuída pelo sector, de que forma o comando da Companhia exercia a sua autoridade (C2)?

COR Afonso: Como a companhia tinha um sector atribuído, dentro desse sector o comandante de Companhia assumia a sua função de comandante militar. A única dificuldade que existia prendia-se com meios de comunicação, pois as ligações entre pelotões eram nulas e por vezes as próprias ligações com o comando superior eram difíceis.

Pergunta 9: Como era feito o apoio de fogos à Companhia de Caçadores/Comando/Pára-quedistas?

COR Afonso: Existia uma secção de apoio de fogos que tinha alguns morteiros, algumas metralhadoras pesadas. Só o Batalhão é que tinha um pelotão de sapadores e um pelotão de manutenção, que dificilmente eram atribuídos, ficando sempre na dependência do Cmdt Bat.



Pergunta 10: Qual era o principal armamento (ligeiro, pesado) e equipamento que dispunha a companhia para fazer face à subversão?

COR Afonso: De uma forma geral era o armamento individual, ou seja a G3, granadas de mão, o dilagrama, as metralhadoras ligeiras, o morteiro 60mm e os lança granadas, atribuído um a cada secção.

Pergunta 11: Qual era a formação ministrada aos Oficiais, sargentos e Praças com o objectivo de fazer face à Subversão?

COR Afonso: Tudo isto começou no CIOE, adaptando-se toda a doutrina de subversão à instrução de oficiais e sargentos. Posteriormente, esta doutrina foi-se espalhando pelos centros de instrução, Escolas Práticas e pelas Unidades Mobilizadoras. Nos centros de instrução a formação era mais específica, nas Escolas formavam-se os Oficiais e Sargentos enquanto nas Unidades mobilizadoras se formavam as praças. A pouco e pouco esta formação foi decaindo, devido essencialmente à falta de quadros, pois pouco eram os que concorriam à AM e à Escola de Sargentos. A Academia Militar foi das poucas Unidades que manteve a sua instrução, contudo teve que introduzir no seu plano curricular matérias relacionadas com a Subversão. Os próprios tirocínios passaram a ser em cenários de guerrilha, onde era ministrada acção psicológica, emboscadas, golpes de mão, etc.

Pergunta 12: Considera que a doutrina nacional de contra-subversão é válida e passível de ser empregue nos actuais conflitos onde emerge a insurreição?

COR Afonso: Estes assuntos nunca se esquecem, nunca se apagam, embora a evolução seja contínua, existindo sempre uma necessidade de actualização. O ambiente hoje é muito diferente do ambiente vivido à época, pois era um ambiente de descolonização, territórios sobre administração estrangeira e que perante a comunidade internacional deveríamos entrar em acordo, para efectuar a transferência de poder. Actualmente o ambiente é diferente, mesmo o modo de fazer a guerra contra o terrorismo, embora existam saberes anteriores que se podem utilizar, se adaptados a cada situação, nunca esquecendo que as forças estrangeiras podem ser sempre consideradas forças de ocupação.

Pergunta 13: Na actualidade qual o escalão que podemos equiparar ao Agrupamento do Ultramar?

O agrupamento que integrava dois ou mais batalhões hoje pode equiparar-se a uma Brigada, comandado por um Brigadeiro, Major-General. Operacionalmente independente, e com os respectivos órgãos logísticos.



Apêndice H- Resumo da entrevista ao Sr. TCOR Ruivo

Entrevistado: Tenente-Coronel Ruivo

Local: Centro de Tropas Comando

GDH: 251100MAR10

Pergunta 1: Como caracteriza o ambiente operacional que se vive actualmente nos TO onde se realizam operações de *Counterinsurgency*?

- Domínio Político

TCor Ruivo: Como é conhecido existem vários espectros diferenciados dos domínios políticos no Afeganistão. Claro que na capital esse domínio faz-se sentir, pois é o local onde está o presidente e os órgãos de soberania, à medida que nos afastamos da capital é mais difícil fazer sentir o domínio político, porque as influências no AFG dos diversos actores são diversificadas, existe uma série de interesses instalados, existe a capacidade de implementar essas influências através da força que estão disponíveis através dos diversos autores. À medida em que nos afastamos da capital essa capacidade política por parte do poder central torna-se mais desguarnecido, emerge uma série de outras entidades, outros autores que têm capacidade de valer a sua capacidade política à revelia do que se passa na capital.

- Domínio Humano

TCor Ruivo: O AFG é um país heterogéneo em termos de etnias e de facto essas etnias têm características diversificadas, a mais predominante é Pastun, encontra-se enraizada na parte sul do país, onde a hostilidade relativamente às forças internacionais é mais forte. A população vive globalmente em extrema pobreza o que corre com as próprias características do país, muito montanhoso e deserto, onde a agricultura é uma actividade difícil de implementar logo incrementa esses níveis de pobreza. Depois este conflito latente quer queiramos quer não continua a existir, não se atinge o nível de desenvolvimento que deveríamos atingir, em suma vive-se no limiar da pobreza.

- Domínio Físico

TCor Ruivo: Como já abordamos anteriormente é um país muito montanhoso e muito desértico, divide-se efectivamente nessas duas principais áreas. Ambas as partes têm algumas povoações, embora pouca, as próprias povoações são também heterogéneas, com alguns edifícios de dois ou três andares e casas de argila, existem muitas poucas áreas urbanizadas no país.

- Domínio Militar

TCor Ruivo: O exército AFG está em edificação, já há alguns anos, são forças com um nível de treino muito incipiente para fazer face à ameaça, mesmo as forças na Aliança tem



difficuldade em fazer face a este tipo de ameaça, uma vez que a iniciativa e a surpresa recaí sobre essa tipologia de forças. Estando as forças Afegãs numa fase embrionária faltam dotar-se de equipamento, armamento e essencialmente meios logísticos, sobrevivem essencialmente com o material que os países doadores lhes fornecem, logo apresentam bastantes dificuldades ao nível operacional.

- Domínio Psicológico

TCor Ruivo: As forças da NATO têm as suas missões, de facto durante a minha presença no AFG não assisti a grandes acções nem na área das informações nem na área CIMIC com o objectivo de conquistar as mentes e corações da população. A população sabe perfeitamente que as forças estão ali de passagem e têm uma missão a cumprir e na prática não vêem as suas condições de vida a melhorar significativamente.

- Domínio das Informações

TCor Ruivo: Oficialmente nós trabalhávamos com a KMNB (brigada multinacional de Kabul) que tinha uma célula de informações e que nos fazia chegar um estudo de informações que era basicamente um histórico. Eram elaboradas de acordo com o Humint e ao que eu me apercebi existia ali muita desinformação o que dificilmente se vinha a concretizar.

Pergunta 2: Quais os aspectos comuns e diferentes entre os ambientes operacionais do século XX e século XXI?

TCor Ruivo: Só isso dava um trabalho. A tipologia de terreno era diferente como é óbvio, no ultramar era basicamente savana e selva, já no AFG era uma zona montanhosa e desértica. Ao nível das características da ameaça são completamente diferentes, nas ex-colónias existiam guerrilheiros armados com armamento ligeiro e organizados em pequenos grupos, aqui é basicamente o IED a actuar, no ultramar os guerrilheiros planeavam emboscadas, flagelações existia de facto uma presença física a actuar. Actualmente é um In volátil, onde o IED detona, provoca estragos e ninguém sabe quem é o autor, logo retira-nos qualquer capacidade de resposta perante um In invisível. A principal diferença é que no Ultramar conseguia-se identificar o In, actualmente é-nos impossível tal feito. Outra questão de realce era o facto de as províncias ultramarinas serem nossas, actualmente não existe essa relação de pertença como existia anteriormente.

Pergunta 3: Considera que a doutrina nacional de contra-subversão é válida e passível de ser empregue nos actuais conflitos onde emerge a insurreição?

TCor Ruivo: Eu acho que não, genericamente poderia empregar alguns pontos, contudo e na sua maioria não. Para a minha força tive que elaborar NEP's próprias em relação á força, adaptarmo-nos às viaturas disponíveis, ao próprio tipo de ameaça, às características do TO



que eram diferentes. Não existia assim tanta afinidade, até o contacto com a população é completamente diferente, lá existia uma guerra, aqui é uma operação de assistência logo são tipologias de operações completamente diferentes e não existe muita afinidade entre as doutrinas empregues.

Pergunta 4: Como articulou e dispôs as forças no Afeganistão?

TCor Ruivo: Sabendo que era a QRF do comando, nunca cheguei a realizar operações onde empenhasse a companhia como um todo, contudo, a organização genérica era 1 comando, 3 grupos de combate, 1 SecACar. Subsequentemente e de acordo com a missão os grupos organizavam-se em subgrupos ou não, dividindo-se com o mínimo de três, pois só assim caso uma fosse atacada as restantes poderiam dar apoio.

Pergunta 5: Como organizou a Companhia para cumprir as suas funções?

TCor Ruivo: É semelhante à anterior.

Pergunta 6: Quais eram as principais missões da sua Companhia?

TCor Ruivo: A companhia executou praticamente patrulhamentos, operações de segurança, mantendo-se em stand-by para algumas situações caso fosse necessário.

Pergunta 7: Quais as dificuldades e limitações da sua Companhia no cenário do Afeganistão?

TCor Ruivo: Não existiram dificuldades de maior, inicialmente não tínhamos todo o equipamento necessário, embora normal, sabendo que era a segunda força no TO, sendo contudo colmatado ao longo da missão, chegando ao final da missão com todo o equipamento. A dificuldade foi ao nível de algum equipamento disponível, concretamente VCB, empasteladores, mas que foram fornecidos durante a missão. A principal dificuldade era o facto de serem QRF e terem de coordenar com outras forças sempre que se deslocavam para outras áreas de responsabilidade.

Pergunta 8: Como exerceu o C2 durante a missão no Afeganistão?

TCor Ruivo: Foi um C2 fácil, era um comando baseado pelo exemplo da cadeia de comando. A força estava atribuída em TACON ao KMNB, trabalhamos a maioria em Kabul embora fossemos destacados algumas vezes.



Pergunta 9: Como funcionava o apoio de fogos à Companhia?

TCor Ruivo: A companhia não dispunha de apoio de fogos indirectos, quando necessitava pedia ao escalão superior.

Pergunta 10: Qual era o principal armamento (ligeiro, pesado) e equipamento que dispunha a companhia para o cumprimento das várias missões?

TCor Ruivo: Cada grupo tinha 2 morteiros, 2 Carl Gustav, LG 6, LG A Santa Barbara, Browning 12,7mm e Tow. O restante encontra-se na directiva do General CEME.

Pergunta 11: Qual a formação ministrada aos Oficiais, sargentos e Praças vocacionadas para o TO do Afeganistão?

TCor Ruivo: O curso de comandos é um curso transversal, trabalha essencialmente o reconhecimento, golpe de mão e emboscada. Esta matéria é aplicada em qualquer ambiente operacional. Um dos principais treinos orientados para a missão prende-se com o treino de viatura HUMVEE, tendo em conta que não existe qualquer treino antes do aprontamento. O aprontamento baseia-se essencialmente em adaptação à viatura, TTP em relação à viatura e acções de combate tendo como apoio as referias viaturas. Treinam-se ainda reacções a emboscadas e principalmente contra IED.

Pergunta 12: Se tivesse de fazer alterações à doutrina nacional, quais os aspectos que destacaria?

TCor Ruivo: Hoje em dia não é fácil fazer doutrina, porque há algumas décadas atrás o inimigo estava tipicamente identificado, actualmente isso não é bem assim, logo na época era fácil criar doutrina, actualmente não. O que temos que ter é uma tropa bem preparada ao nível físico, tiro e em termos de procedimentos que sirva de base para qualquer cenário. A doutrina de 1963 foi ideal para aquele teatro mas não serve para actualidade.



Apêndice I - Resumo da entrevista ao Sr. Major Ferreira

Entrevistado: Major INF Ferreira

Local: Comando da BRR - Tancos

GDH: 251515MAR10

Pergunta 1: Como caracteriza o ambiente operacional que se vive actualmente nos TO onde se realizam operações de *Counterinsurgency*?

- Domínio Político
- Domínio Humano
- Domínio Físico
- Domínio Militar
- Domínio Psicológico
- Domínio das Informações

Maj Ferreira: Actualmente, apenas poderemos considerar que ocorrem Operações COIN nos TO do Afeganistão e do Iraque. Assim, o Ambiente Operacional destes dois TO têm características bastante semelhantes, no entanto, poderemos caracterizá-lo por uma enorme INCERTEZA, IMPREVISIBILIDADE, COMPLEXIDADE, fruto da interacção entre actores e factores em presença.

Foi nestes dois países, (AFG e IRQ) que na última década a Comunidade Internacional interveio decisivamente, é claro que, existe uma diferença clara na origem dessa intervenção para cada um dos teatros:

- O ataque ao Afeganistão, em 2001, teve como génese o combate ao terrorismo e uma resposta ao ataque terrorista que foi levado a cabo contra os Estados Unidos em 11SET01, tendo sido invocado pela primeira vez o Artº 5º do Tratado de Washington (Defesa Colectiva), obrigando desta forma a uma intervenção da NATO no TO do Afeganistão (que se veio a consumir efectivamente, apenas em Janeiro de 2002, após a 1ª intervenção entre Outubro 2001 e Dezembro da coligação (USA+UK) liderada pelos Estados Unidos).

- Relativamente ao Iraque, a invasão ocorreu em 2003, com razões (mal esclarecidas), supostamente uma resposta a ameaça que representaria o Iraque na posse de ADM que nunca se viriam a confirmar.

Perante este quadro, e apesar da fácil ocupação e da esmagadora vitória militar por parte da Coligação, tanto num Teatro como no outro (mais facilitada no Afeganistão do que no Iraque, face à diferença abismal no Potencial de Combate de cada um dos adversários), o ambiente operacional, o clima de insurgência e de instabilidade que se levantou nos dois países é contudo bastante semelhante. Ou seja, a guerra assimétrica que se instalou no



Afeganistão e no Iraque, tem origem em grupos de insurgentes (no Afeganistão os Talibans que estavam no poder em 2001 aquando da invasão, no Iraque grupos sunitas e grupos xiitas) e que contestam não só os Governos que foram “colocados” no poder fruto da ocupação, como também a presença das tropas estrangeiras no próprio país.

A caracterização do ambiente operacional pode caracterizar-se como um ambiente multicultural, tendo as consequências naturais que esta multiculturalidade acarreta. A multinacionalidade, a par da enorme diferença cultural entre os povos autóctones e os povos ocidentais (militares, ONG, OI) dificultam a acção das Forças Internacionais nestes TO, havendo uma necessidade acrescida de uma preparação processo de aculturação, para uma melhor adaptabilidade e relacionamento nos diferentes TO.

Relativamente ao domínio físico, os TO têm características peculiares face ao terreno e clima bastante agressivo, o que leva a uma melhor preparação das forças. No domínio psicológico o ambiente é bastante agressivo, ou seja, vive-se um ambiente de guerra, onde a permanente presença da ameaça assimétrica colocam uma elevada dose de stress e pressão contínua nos militares que cumprem a missão nesses TO.

Uma das principais chaves para o sucesso neste tipo de guerras prende-se com os serviços de informações que apoiam a condução das operações e permitem definir correctamente o rumo do conflito, bem como a centralização e controlo de todos os instrumentos de poder (político, económico e militar) numa só entidade, capaz de influenciar de uma forma holística a consecução dos objectivos políticos traçados. Tomando como exemplo estados que isoladamente conduziram guerras contra-subversivas (e.g., Portugal e França na África, EUA no Vietname e recentemente no Iraque), são notórias as dificuldades sentidas nos respectivos Teatros de Guerra, onde todos os instrumentos de poder e os serviços de informações se encontravam centralizados no próprio estado. Perante este facto, é de todo evidente que num Teatro de Operações como o Afeganistão, na condução de operações de contra-insurgência, onde alguns actores têm o monopólio das informações e a partilha das mesmas é analisada tendo em conta os interesses a defender por cada um deles na região, dificulta não só a consolidação dos objectivos definidos como a derrota dos grupos insurgentes e estabilização do território. É também necessário referir que os diversos instrumentos de poder, nomeadamente o político e o económico não se encontram ao alcance da NATO.

Pergunta 2: Quais os aspectos comuns e diferentes entre os ambientes operacionais do século XX e século XXI?

Maj Ferreira: A assimetria é um aspecto comum na maioria dos conflitos ocorridos na segunda metade do século XX (excepção à guerra dos Balcãs, Iraque-Kuwait, Inglaterra –



argentina, Guerra Fria), nomeadamente nas Guerras de Libertação Nacional (movimentos de libertação) e os conflitos ocorridos no século XXI. No entanto a mesma assimetria não teve tanto relevo na 1ª metade do século XX, período de ocorrência de diversas guerras tipicamente convencional como é caso das duas grandes guerras.

A forma de condução da guerra não convencional é bastante semelhante aquela que era conduzida pelos movimentos de guerrilha e libertação durante o século XX, embora utilizando meios e métodos tecnologicamente mais avançados (recorde-se aqui a forma e vector utilizado (aviões americanos) no ataque às torres americanas).

A tecnologia é um grande factor de diferenciação entre as guerras do séc XX e XXI.

Pergunta 3: Considera que a doutrina nacional de contra-subversão é válida e passível de ser empregue nos actuais conflitos onde emerge a insurreição?

Maj Ferreira: Sim. Os manuais do exército português na guerra subversiva (1963), continuam perfeitamente actuais fundamentalmente no que diz respeito aos métodos utilizados pelos movimentos insurgentes assim como à resposta (tácticas, técnicas e procedimentos) a utilizar pelas forças que combatem os grupos insurgentes.

Pergunta 4: Como articulou e dispôs as forças no Afeganistão?

Maj Ferreira: Dependia da missão atribuída. Organicamente a companhia estava organizada em 3 Pelotões de Pára-quedistas e uma secção ACar. Como a ameaça de blindados era improvável esta Secção era utilizada, e foi desde a preparação direccionada e treina para protecção a altas entidades. Sendo no entanto, fruto da sua preparação, também utilizada em diversas missões juntamente com os pelotões. Face à enorme probabilidade de acções por parte da ameaça, desde o ataque com IED até às emboscadas, mantinha sempre uma força de reserva ou de apoio à força que cumpria a missão (efectivo variável) pronta a actuar caso se efectivasse um ataque por parte dos insurgentes.

Pergunta 6: Quais eram as principais missões da sua Companhia?

Maj Ferreira: Antes de mais como QRF do CMDT da ISAF tínhamos um grau de prontidão elevado e estávamos prontos a actuar em qualquer parte do Afeganistão. As principais missões eram: Patrulhas de Reconhecimento e Segurança, operações de vigilância para detecção de insurgentes em determinadas áreas, missões de escolta a colunas logísticas, patrulhas de segurança combinadas com outras forças, Segurança de itinerários, Escolta a AE etc...).



Pergunta 7: Quais as dificuldades e limitações da sua Companhia no cenário do Afeganistão?

Maj Ferreira: Comando e Controlo (Comunicações), Counter –RCIED.

Era uma força com um efectivo reduzido (107 militares), com elevado poder de fogo, inicialmente com muitas limitações relativamente ao C-IED por controlo remoto (por falta de EJAB (Electronic Jammer Against Bombs) apenas tínhamos 5, no final da missão ficaram 10 operacionais para a força que nos rendeu).

Além desta limitação a principal preocupação era o Comando e Controlo, ou seja, a Força possuía, basicamente quatro tipos de equipamentos, o VHF família 425, o HF (Thompson 301), 5 sistemas AFTS (Afghanistan Force Tracking System) e 1 TACSAT (no COT). Quando a força se afastava do Cmd da Força, a maior parte das vezes apenas se conseguia comunicar de duas formas, ou TACSAT através dos rádios do TACP ou AFTS (dados) que nem sempre funcionava. Os meios VHF e HF não conferiam fiabilidade nem garantias de comunicação. Neste sentido a capacidade para manter o Cmd da Força actualizado e informado, assim como o pedido de apoio era bastante dificultado.

Pergunta 8: Como exerceu o C2 durante a missão no Afeganistão?

Maj Ferreira: Ver resposta anterior.

Pergunta 9: Como funcionava o apoio de fogos à Companhia?

Maj Ferreira: Dependia das missões e da área onde actuava-mos. O CAS era um apoio que tinha de ser sempre considerado. A força, todos os Pelotões, dispunha de Morteiretes 60 mm que conferiam à força a primeira linha de apoio de fogos indirectos de que necessitassem para reagir a um ataque talibã, assim como a utilização do Sta Bárbara (Lança Granadas Automático). No sul do Afeganistão e em diversas Bases (FOB) existem bases de fogos de Morteiros e de Artilharia que, caso as operações fossem em redor das mesmas, e após coordenações poderiam ser utilizados para fazer pedidos de apoio de fogos.

Pergunta 10: Qual era o principal armamento (ligeiro, pesado) e equipamento que dispunha a companhia para o cumprimento das várias missões?

Maj Ferreira: - Espingarda Automática 5,56mm GALIL; Pistola Walther; MP Browning 12, 7mm; LGA Sta Bárbara, MK 19; Morteirete 60mm; G3 com HK 79 (granadeiros); Miras telescópicas para os atiradores especiais.



Pergunta 11: Qual a formação ministrada aos Oficiais, sargentos e Praças vocacionadas para o TO do Afeganistão?

Maj Ferreira: Formação e preparação direccionada para o TO específico do Afeganistão, nomeadamente muito treino de TTP no âmbito das COIN (Operações ofensivas (planeamento, preparação e treino de emboscadas, golpes de mão, ataques imediatos), Reacção a emboscadas, reacção a ataques IED (C-IED operations), assim como o estudo e perfeito conhecimento da área de Operações (cultura, ameaça, terreno, clima, Forças envolvidas, etc.).

Pergunta 12: Se tivesse de fazer alterações à doutrina nacional, quais os aspectos que destacaria?

Maj Ferreira: No que se refere à doutrina para a Guerra Subversiva, deveria aproveitar-se a existente, aperfeiçoá-la e actualizá-la face à realidade, nomeadamente: novas tecnologias, novas TTP utilizadas pelos insurgentes, a adequação das nossas TTP como resposta à ameaça, e dar um maior ênfase ao Counter-IED, pois à semelhança do que acontecia no ultramar continua a ser a trave-mestra na forma de actuação por parte da insurgência, continuando a desferir duros golpes e pesadas baixas nas Forças Amigas, ganhando tempo, projectando a sua causa para o mundo e descredibilizando e desmoralizando as Forças Internacionais. O prolongamento da Guerra, a reticência dos Governos Ocidentais em enviar mais tropa para o Afeganistão, a par da forte contestação da opinião pública, constitui à partida uma grande vitória para os Insurgentes.



Apêndice J - Resumo da entrevista ao Sr. Major Grilo

Entrevistado: Major INF Grilo

Local: Estado Maior do Exército

GDH: 241600MAR10

Pergunta 1: Como caracteriza o ambiente operacional que se vive actualmente nos TO onde se realizam operações de *Counterinsurgency*?

Maj Grilo: Qualquer um destes domínios não deixam de ser demasiado altos para o nível de companhia, contudo são perceptíveis de chegarmos muito rapidamente a uma conclusão nomeadamente no domínio Político.

- Domínio Político

Maj Grilo: Existe um conjunto variado de Nações com maior ou menor dimensão a operar no teatro, onde rapidamente quer pela intervenção quer pelo número significativo de militares que lá estão, estas se manifestam. Ao nível local a política é uma política muito incipiente, é uma política de interesse nomeadamente na ocupação do terreno e baseia-se essencialmente nas áreas da região.

- Domínio Humano

Maj Grilo: Quanto ao domínio humano local, estamos a falar cultura, um conjunto de indivíduos que a sua grande maioria parou no tempo e vive na idade média. Quando nos referimos às forças militares é uma mistura de culturas significativas, que sem querer vai trazer alguma fricção no relacionamento entre contingentes, porque são diferentes culturas, diferentes modos de pensar, de visualizar um problema e a grande maioria com percepções totalmente distintas do modo como actuar e combater neste tipo de cenários.

- Domínio Militar

Maj Grilo: No que concerne ao militar existe também um conjunto significativo de forças, com interesses políticos distintos e a política está sempre por trás das operações militares, acima de tudo existem diferentes doutrinas a operar no TO.

- Domínio Psicológico

Maj Grilo: É uma área bastante desgastante quer para os nativos quer para quem vai operar no TO. Porque depois existe a dúvida quem apoia, quem não apoia, mesmo que as forças tenham boas intenções estas estão a ocupar território pertencente aquele país (AFG). As baixas em combate acabam por ter um peso significativo na moral e bem-estar dos militares.

- Domínio das Informações

Maj Grilo: É um pouco estratégico, muito confuso. Posso te dizer que muitas são as nações que utilizam o AFG como laboratório para aplicar novos conceitos no domínio das



informações. Ao nível do tratamento já é mais complicado, mas tratamento todos fazem se tiverem um conjunto de ferramentas, mas a obtenção é um laboratório para muitos dos que ali estão. Oficialmente existe uma célula central responsável por coligir toda a informação, o que realmente se passa é como existe interesses nacionais independentes que se sobrepõem aos interesses gerais. No caso da força especial Norueguesa, estes recolhiam informação reportavam para o seu país e posteriormente só divulgavam o que lhes convinha.

Pergunta 2: Quais os aspectos comuns e diferentes entre os ambientes operacionais do século XX e século XXI?

Maj Grilo: A guerra do Ultramar foi uma guerra travada nas nossas províncias Ultramarinas, era uma guerra pelo território nacional com interesses vitais, onde tínhamos várias facções de insurgentes e uma facção (FA²) que combatia a insurgência. Actualmente temos várias facções de insurgentes e várias tipologias de forças que combatem os insurgentes, estas forças são de diferentes Nações, diferentes Bandeiras, logo diferentes formas de pensar, esta é uma das grandes diferenças. O ponto essencial é que no TO do AFG existem objectivos importantes, enquanto no Ultramar existiam objectivos vitais. Outra diferença de realce é a evolução tecnológica disponível, actualmente muito desenvolvida que permite por vezes uma nítida vantagem sobre os insurgentes, algo que há trinta anos não existia. Actualmente existe também o Radicalismo, algo que no Ultramar era uma luta pela autonomia pela auto-determinação.

Pergunta 3: Considera que a doutrina nacional de contra-subversão é válida e passível de ser empregue nos actuais conflitos onde emerge a insurreição?

Maj Grilo: Não tenho a menor dúvida, já te referi que foi com base nela que me apoiei na grande maioria do meu planeamento, sem dúvida é uma mais-valia. Em termos conjuntos e combinados também não conheço outra, embora exista a América que se está a desenvolver cada vez mais, a Francesa e alguma Inglesa. Ao nível NATO não existe doutrina de baixos escalões, embora vá arrancar o centro de excelência NATO em Portugal, na altura fiz uma proposta no EME que este centro de excelência fosse no âmbito do COIN, isto porque nós temos doutrina, e a maioria dos países nem sequer tem doutrina nesta área e nós temos-la testada e com provas dadas. Outro aspecto é que ainda temos militares vivos, que aplicaram essa doutrina e serão uma mais-valia para esse centro.



Pergunta 4: Como articulou e dispôs as forças no Afeganistão?

Maj Grilo: Tendo em conta que era uma força de intervenção, tinha as missões típicas de uma força de intervenção, logo não tínhamos uma área de responsabilidade atribuída. Em termos funcionais a companhia actuava como um todo, a esmagadora maioria era ao nível grupo de combate e depois um número significativo de missões era ao nível de subgrupos de combate. Cada subgrupo tinha três equipas, caso uma fosse atacada tinha duas para dar apoio e resposta.

Pergunta 5: Como organizou a Companhia para cumprir as suas funções?

Maj Grilo: Acabei de responder na questão anterior.

Pergunta 6: Quais eram as principais missões da sua Companhia?

Maj Grilo: Basicamente eram as missões de intervenção.

Pergunta 7: Quais as dificuldades e limitações da sua Companhia no cenário do Afeganistão?

Maj Grilo: Não devem ser muito diferentes de outros cenários, a principal dificuldade foi o contexto Internacional e multinacional de qualquer TO na actualidade, é um entrave tremendo. Porque os objectivos importantes de cada nação sobrepõem-se aos da aliança. Ao nível Nacional tivemos grandes dificuldades de comando e controlo, e tudo que diz respeito a meios disponíveis, somos um país pobre e tentamos dar o melhor. Limitações ao nível de emprego da força havia muito poucas, esse era um dos factores que nos levava a sermos assediados por outras forças.

Pergunta 8: Como exerceu o C2 durante a missão no Afeganistão?

Maj Grilo: A relação de comando está escrita na directiva de aprontamento à qual já tiveste acesso.

Pergunta 9: Como funcionava o apoio de fogos à Companhia?

Maj Grilo: A companhia tem alguma capacidade de apoio de fogos, embora muito limitada, tínhamos os morteiros e o TOW. Quando as operações eram planeadas o apoio de fogos também era planeado, essencialmente eram fogos aéreos. Quando as missões eram inopinadas, elaborava-se se o pedido de tiro inopinado, os designados ECAS (...) tem um tempo de reacção maior e é empenhado o que houver disponível. Acima de tudo é uma companhia de intervenção e deve contar com aquilo que tem organicamente.



Pergunta 10: Qual era o principal armamento (ligeiro, pesado) e equipamento que dispunha a companhia para o cumprimento das várias missões?

Maj Grilo: Levamos o material que consta na directiva e adquirimos no TO os LAW, porque nós identificamos que era a melhor forma de colmatar o CARL GUSTAV, quer pelo seu peso quer mesmo pelo nível de ameaça, tendo em conta a pouca inoperância do TOW chegou-se à conclusão que o melhor era o LAW.

Pergunta 11: Qual a formação ministrada aos Oficiais, sargentos e Praças vocacionadas para o TO do Afeganistão?

Maj Grilo: Existe uma prática no CTC, logo durante a frequência do curso tentamos constituir as equipas e os grupos de combate que melhor se encaixam e ficam esses durante o aprontamento e durante a missão, o que faz com que os militares já estejam eficientes nas tácticas militares. A particularidade da minha Companhia, era que 70% eram do mesmo curso, já tinha trabalhado no AFG junta e foram novamente comigo. Paralelamente a isto, a companhia como um todo retirou-se do batalhão operacional e integrou o aprontamento.

Pergunta 12: Se tivesse de fazer alterações à doutrina nacional, quais os aspectos que destacaria?

Maj Grilo: A nossa doutrina é válida para o nosso território, se eu tivesse de empregar em território nacional está totalmente válida. Se tivermos de adoptar a nossa doutrina para empregar forças multinacionais teremos essencialmente de verificar e uniformizar os interesses dos países, porque a nossa doutrina é para objectivos vitais enquanto na NATO são importantes.



Apêndice K - Resumo da entrevista ao Sr. MGEN Branco

Entrevistado: Major-General Carlos Branco

Local: Messe de Oficiais de Caxias

GDH: 281450JUN10

Pergunta 1: Como caracteriza o ambiente operacional vivido durante a Guerra do Ultramar, que Portugal travou nas décadas de 60 e 70 nos seus territórios ultramarinos?

MGen Branco: O ambiente operacional era diferente nos três TO pelo que a sua análise não deve visar apenas a geografia física, mas também a geografia humana, especialmente, na sua vertente religiosa, ideológica e étnica. Seria ainda muito importante compreender a atitude da população e como é que nós lidamos com todos estes aspectos. Assim, a análise do ambiente deve-se concentrar em questões da geografia humana, tendo presente que o combate visava a conquista dos corações e mentes da população. Não podemos esquecer que nestes TO existiam os movimentos de libertação com uma ideologia com forte inspiração marxista, grupos com objectivos políticos de obter a independência. Contudo, a análise também deverá incidir sobre a situação política, pelo facto do governo pretender atingir um estado final desejado, sendo este a manutenção dos territórios ultramarinos. Em última análise o que importa focalizar é que o objectivo político final e a ideologia política era a mesma nos três TO, a independência.

Pergunta 2: Como caracteriza o ambiente operacional que se vive actualmente nos TO onde se realizam operações de *Counterinsurgency*?

MGen Branco: As questões cruciais continuam as mesmas, não havendo novos conflitos, mas sim estratégias diferentes. Relativamente às questões ideológicas, elas não andam muito longe das do passado. Enquanto nos anos 60 os insurgentes lutavam contra a potência colonizadora, nos conflitos do século XXI estas lutas são contra aqueles que eles designaram por invasores, sendo que no Afeganistão este papel está materializado pelas forças da NATO. Actualmente os conflitos desenvolvem-se no mundo subdesenvolvido (e.g. África e Ásia), onde um outro actor pretende substituir o Estado, estabelecendo uma nova ordem, após o derrube da ordem vigente. Para tal recorre à luta armada, apoiando-se na população, sendo esta um meio e objectivo para que os seus objectivos sejam alcançados.

Pergunta 3: Quais os aspectos comuns e diferentes entre os ambientes operacionais do século XX e século XXI?

MGen Branco: Como já referido anteriormente, não mudou muita coisa, logo existem imensos aspectos comuns. Relativamente a aspectos diferentes devemos reforçar a ideia



que enquanto no passado a ordem vigente era determinada, fundamentalmente, pelas potências colonizadoras, no presente é estabelecida por potências invasoras, que por vezes se constituem em alianças. Relativamente ao facto da luta subversiva ter migrado do meio rural para o meio urbano, não é tão linear quanto isso, dependendo do estado de desenvolvimento do país em causa. Numa sociedade moderna este fenómeno acontece. Porém, actualmente a luta trava-se mais num ambiente urbano do que rural. Como outros aspectos divergentes salientam-se, ainda, o facto de hoje em dia a exposição mediática ser mais evidente, devido essencialmente ao fenómeno da globalização e evolução tecnológica, e a organização dos insurgentes, em especial, a sua estrutura de comando e controlo.

Pergunta 4: Considera que a doutrina nacional de contra-subversão é válida e passível de ser empregue nos actuais conflitos onde emerge a insurreição?

MGen Branco: Sim é válida e passível de ser empregue nos conflitos da actualidade, doutrina esta, mais apropriada do que outras que se encontram em desenvolvimento.

Pergunta 5: Considera que a doutrina nacional de contra-subversão tem alguns contributos a dar na elaboração de uma doutrina NATO sobre COIN?

MGen Branco: Sim, tem muito para contribuir, contudo a NATO ainda não tem doutrina, estão numa fase embrionária e só agora começaram a desenvolver estes conceitos (AJP 3.4.4), devem presentemente estar a elaborar o 2ºDraft. Esta organização desenvolveu uma serie de conceitos que não estão plasmados nos nossos manuais de 1963, logo os nossos manuais devem sofrer uma actualização (actividade que iniciei quando desempenhei funções no Comando de Instrução e Doutrina). A esta recente doutrina da NATO falta-lhe a acção socioeconómica ou psicossocial, algo que nós já efectuávamos no ultramar, neste ponto sim, nós poderíamos ter contribuído e com uma vasta experiência.

Pergunta 6: Se tivesse de comandar uma FND utilizaria a doutrina nacional de contra-subversão no aprontamento da força e na condução das operações no TO?

MGen Branco: Primeiro tenho que saber qual é a minha liberdade de movimentos no que concerne à doutrina a aplicar no TO, quando temos regras que nos são impostas aos vários níveis, equipamento, saídas, etc. Uma situação era eu ser comandante de sector em África, onde seria eu que ditava as próprias regras, outra situação e completamente diferente é ser comandante de companhia nos actuais cenários onde dependo de tudo e todos, ou seja a minha capacidade de comando é limitada, logo a minha doutrina tem de ir ao encontro da aliança a operar no TO.



Pergunta 7: Se tivesse de fazer alterações à doutrina nacional de contra subversão, quais os aspectos que destacaria?

MGen Branco: Primeiro teríamos que distinguir muito bem a abordagem ao nível estratégico, operacional e tático. Por outro lado teríamos que fazer um upgrade e introduzir alguns conceitos que actualmente existem ao nível NATO/EUA que ainda não existem na nossa doutrina.

Pergunta 8: Tive conhecimento que está em desenvolvimento um grupo de trabalho com o objectivo de actualizar a doutrina Portuguesa COIN, quais são os principais objectivos?

MGen Branco: Primeiro é fazer uma distinção entre o nível estratégico, operacional e tático, depois de acordo com a estrutura da NATO iremos estabelecer uma ligação da nossa doutrina com a doutrina conjunta e combinada da NATO.

Pergunta 9: Tendo em conta os actuais cenários, acha que a formação de Oficiais e Sargentos tem alguma lacuna no que concerne as operações COIN?

MGen Branco: Lamento, mas actualmente não disponho de informação concreta para abordar este assunto.



Apêndice L - Modelo matricial⁶⁰ comparativo das entrevistas realizadas pelo autor

Pergunta nº 1	Como caracteriza o ambiente operacional vivido durante a Guerra do Ultramar, que Portugal travou nas décadas de 60 e 70 nos seus territórios ultramarinos?
Entrevistado	<ul style="list-style-type: none">• Domínio Político• Domínio Humano• Domínio Físico• Domínio Militar• Domínio Psicológico• Domínio das Informações
General A. Bruno	<p>Existia alguma preocupação e crispação no País, pois este era dirigido pelo Senhor Oliveira Salazar.</p> <p>O Exército estava armado e equipado para uma guerra convencional.</p> <p>Não dispúnhamos de formação na área das informações, logo éramos muito frágeis nesta área.</p>
General C. Rodrigues	<p>A Subversão é tão complexa e transversal que abrange todos estes domínios.</p> <p>O ambiente político era um ambiente de Guerra Fria, com incremento da descolonização fruto da II Guerra Mundial que deu origem a movimentos independentistas em Angola, Moçambique e Guiné.</p> <p>Luanda de 1961 a 1974 transformou-se numa cidade com maior desenvolvimento de África.</p>

⁶⁰ O código de cores explanado na matriz comparativa tem o seguinte significado: **o verde** refere-se para aspectos em comum, **o azul** aspectos referentes ao Ultramar e **o vermelho** para aspectos referentes ao Afeganistão.



Coronel A. Afonso	<p>Cada TO era diferente, só a retaguarda era comum, ou seja, a metrópole.</p> <p>A nível internacional vivia-se um ambiente de descolonização.</p>
TCOR Ruivo	<p>Na capital o Domínio político faz-se sentir na capital, à medida que nos afastamos esse domínio vai-se diluindo.</p> <p>Vive-se no limiar da pobreza.</p> <p>País geograficamente muito montanhoso e desértico.</p> <p>Exército Afegão numa fase embrionária.</p> <p>As condições de vida da população Afegã não sofreram melhorias significativas desde a intervenção da Aliança.</p>
MAJ Ferreira	<p>O ambiente operacional vivia-se com uma enorme incerteza, imprevisibilidade e complexidade.</p> <p>Um ambiente de multicultural, o que dificultava a coordenação entre as forças da Aliança.</p> <p>O terreno e o clima bastante agressivo.</p> <p>Elevada dose de stress e pressão sobre os militares.</p>
MAJ Grilo	<p>Os vários membros da Aliança, têm poderes e estatutos diferentes, diferentes culturas, ideologias, diferentes doutrinas, formas de pensar e sobretudo diferentes interesses.</p> <p>Os objectivos nacionais importantes sobrepõem-se aos da Aliança.</p> <p>A política local era muito incipiente.</p>
MGEN Branco	<p>Movimento de libertação com objectivo a independência.</p> <p>Em África o território era nacional, actualmente o teatro de operações é externo a qualquer País.</p>



Pergunta nº 2	Quais os aspectos comuns e diferentes entre os ambientes operacionais do século XX e século XXI?
Entrevistado	
General A. Bruno	A diferença tecnológica. O Homem continua a ser o elemento fundamental do combate.
Coronel A. Afonso	O avanço tecnológico no campo de batalha.
TCOR Ruivo	Tipologia do terreno. Características da ameaça. População Os To do Ultramar eram território nacional, actualmente não existe relação de pertença.
MAJ Ferreira	Assimetria entre os contendores. A tecnologia.
MAJ Grilo	No Ultramar os objectivos eram vitais, actualmente os objectivos são importantes. As várias tipologias de forças que compõem a Aliança. Ideologia e radicalismos. Evolução tecnológica.
MGEN Branco	Luta contra a potência colonizadora, actualmente luta contra a força invasora. Exposição mediática mais evidente devido à globalização e evolução tecnológica.



Pergunta nº 3	Com o eclodir da Guerra Colonial, verificou-se a necessidade de adaptar o treino das NF aos novos cenários. Ao nível doutrinário, e consequentemente na componente técnico-tático, que acções foram desenvolvidas ao nível do Exército, para se adequar ao conflito?
Entrevistado	
General A. Bruno	Criou-se no CIOE o curso de Subversão. De 1961 a 1963 desenvolveram-se os manuais “O Exército na Guerra Subversiva”.
Coronel A. Afonso	Elaboraram-se os manuais “O Exército e a Guerra Subversiva” de 1963.
Pergunta nº 3	Considera que a doutrina nacional de contra-subversão é válida e passível de ser empregue nos actuais conflitos onde emerge a insurreição?
Entrevistado	
TCOR Ruivo	Não.
MAJ Ferreira	Sim, perfeitamente actual.
MAJ Grilo	Sim, sem dúvida.
MGEN Branco	Sim, é válida.



Pergunta nº 4	Como se articulavam e dispunham as forças no Ultramar?
Entrevistado	
General A. Bruno	O Batalhão dividia-se em: comando, uma companhia no PC e duas companhias destacadas.
Coronel A. Afonso	As forças dispunham-se em função de Quadricula ou em função de Intervenção.
Pergunta nº 4	Como articulou e dispôs as forças no Afeganistão?
Entrevistado	
TCOR Ruivo	A companhia dividia-se em: comando, três grupos de combate e uma secção Anti-Carro.
MAJ Ferreira	A companhia dividia-se em: comando, três grupos de combate e uma secção Anti-Carro.
MAJ Grilo	A companhia estava toda centralizada, pois éramos a QRF do General.



Pergunta nº 5	Como se organizavam as Companhias de caçadores/Comando/Pára-quedistas para cumprir as suas funções?
Entrevistado	
General A. Bruno	A companhia dividia-se em cinco grupos de combate, dois em reserva e os restantes três manobravam.
Coronel A. Afonso	As companhias de Caçadores organizavam-se para ocupar terreno, enquanto as companhias de Comandos / Pára-quedistas eram usadas em função de intervenção.



Pergunta nº 6	Quais eram as principais missões de uma Companhia de Caçadores/Comando/Pára-quedistas?
Entrevistado	
General A. Bruno	A Companhia de Caçadores levava a cabo missões em função de Quadricula, já os Comandos / Pára-quedista cumpriam missões no âmbito da intervenção à ordem do comando chefe.
General C. Rodrigues	Estabelecer contacto com a população, segurança ao aquartelamento, reabastecimento e acções de patrulhamento.
Coronel A. Afonso	A Companhia de Caçadores levava a cabo missões em função de Quadricula, já os Comandos / Pára-quedista cumpriam missões no âmbito da intervenção à ordem do comando chefe.
Pergunta nº 6	Quais eram as principais missões da sua Companhia?
Entrevistado	
TCOR Ruivo	Patrulhamentos, operações de segurança e missões inerentes a uma QRF.
MAJ Ferreira	Patrulhas de reconhecimento, operações de vigilância, escolta a colunas logísticas e segurança no itinerários.
MAJ Grilo	Basicamente as missões inerentes a forças de intervenção.



Pergunta nº 7	Quais as dificuldades e limitações de uma Companhia de Caçadores/Comando/Pára-quedistas?
Entrevistado	
General C. Rodrigues	Meios colocados á disposição para uma força que ia para a guerra.
Coronel A. Afonso	Dificuldade de adaptação ao terreno, clima, distância dos terrenos de origem e a durabilidade das comissões (2 anos). A falta de armamento e equipamento, as instalações no TO e ainda a inexistência de comunicações.
Pergunta nº 7	Quais as dificuldades e limitações da sua Companhia no cenário do Afeganistão?
Entrevistado	
TCOR Ruivo	Ao nível de equipamento, mais concretamente meios de VCB e empasteladores. Outra dificuldade prende-se com a coordenação com forças internacionais, forças essas as quais iríamos dar apoio, ou trabalhar em conjunto.
MAJ Ferreira	Ao nível de comando e controlo, o efectivo era reduzido e a falta de inibidores de frequência para fazer face aos IED foram as principais dificuldades.
MAJ Grilo	As principais dificuldades foram o contexto internacional e multinacional do Teatro de Operações, o comando e controlo e os meios disponíveis.



Pergunta nº 8	Tendo a Companhia por vezes compartilhada pelo sector, de que forma o comando da Companhia exercia a sua autoridade (C2)?
Entrevistado	
General A. Bruno	A companhia destacava os seus pelotões, quando os níveis de violência aumentavam o comandante centralizava todos os pelotões.
Coronel A. Afonso	O comandante de companhia era o comandante de sector por inerência, as dificuldades em comandar os pelotões à distância prendia-se com a falta de meios rádio.
Pergunta nº 8	Como exerceu o C2 durante a missão no Afeganistão?
Entrevistado	
TCOR Ruivo	Foi um comando baseado pelo exemplo.



Pergunta nº 9	Como era feita o apoio de fogos à Companhia de Caçadores/Comando/Pára-quedistas?
Entrevistado	
General A. Bruno	O apoio de fogos era nulo. Existia sim por parte da FA Portuguesa os DO 27 e os FIAT, que auxiliavam no reconhecimento e apoio de fogos.
Coronel A. Afonso	A companhia só dispunha de uma secção de apoio de fogos com alguns morteiros.
Pergunta nº 9	Como funcionava o apoio de fogos à Companhia?
Entrevistado	
TCOR Ruivo	A companhia não dispunha de apoio de fogos indirecto, quando necessitava pedia ao escalão superior.
MAJ Ferreira	Todos os pelotões tinham organicamente morteiros 60mm.
MAJ Grilo	A companhia tinha disponíveis morteiros e o TOW. Quando planeava uma operação de grande envergadura e risco pedia apoio ao escalão superior.



Pergunta nº 10	Qual era o principal armamento (ligeiro, pesado) e equipamento que dispunha a companhia para fazer face à subversão?
Entrevistado	
General A. Bruno	Espingardada Mauser, metralhadora Madsen, pistola-metralhadora FBP, espingarda FN e Espingarda automática G3.
Coronel A. Afonso	Espingarda automática G3, Granadas, dilagrama, morteiro 60mm e lança granadas.
Pergunta nº 10	Qual era o principal armamento (ligeiro, pesado) e equipamento que dispunha a companhia para o cumprimento das várias missões?
Entrevistado	
TCOR Ruivo	2 Morteiretes, 2 Carl Gustav, LG 6, LGA Santa Barbara, Browning 12,7mm e TOW.
MAJ Ferreira	Galil 5,56mm, Pistola Walther 9mm, Browning 12,7mm, LGA Santa Barbara, Espingarda automática G3 7,62mm com bi-pé e HK 79.
MAJ Grilo	Consta na directiva do General CEME e adquirimos no TO os LGF m72 A2.



Pergunta nº 11	Qual era a formação ministrada aos Oficiais, sargentos e Praças com o objectivo de fazer face à Subversão?
Entrevistado	
General A. Bruno	Em 1961 a formação para fazer face à Subversão era nula. Mais tarde foram implementados o curso de Subversão em Lamego e o mini Curso de Estado Maior em Mafra.
General C. Rodrigues	O curso de Operações Especiais em Lamego.
Coronel A. Afonso	A formação iniciou-se no CIOE, mais tarde nos centros de instrução, depois nas Escolas Práticas e Unidades Mobilizadoras. O TPO passou a decorrer em cenários de guerrilha, onde era ministrada acção psicológica, emboscadas, golpes de mão, etc.
Pergunta nº 11	Qual a formação ministrada aos Oficiais, sargentos e Praças vocacionadas para o TO do Afeganistão?
Entrevistado	
TCOR Ruivo	O curso de Comandos, treino com viaturas Humvee e reacção a IED.
MAJ Ferreira	TTP no âmbito COIN e reacção a IED.
MAJ Grilo	Curso de Comandos e trabalhar sempre com a mesma orgânica.



Pergunta nº 12	Considera que a doutrina nacional de contra-subversão é válida e passível de ser empregue nos actuais conflitos onde emerge a insurreição?
Entrevistado	
General A. Bruno	A raiz da Subversão é válida ao longo de milénios.
Coronel A. Afonso	De referir que o ambiente operacional é muito diferente.
Pergunta nº 12	Se tivesse de fazer alterações à doutrina nacional, quais os aspectos que destacaria?
Entrevistado	
TCOR Ruivo	A nossa doutrina não serve.
MAJ Ferreira	Destacaria a utilização de novas tecnologias e as TTP em resposta a IED.
MAJ Grilo	Deve-se uniformizar as doutrinas entre os membros da Aliança.
MGEN Branco	Diferenciação entre o nível Estratégico, Operacional e Tático. Introdução de novos conceitos.



ANEXOS



Anexo A – A importância de África para Portugal⁶¹



⁶¹ “Portugal não é um País pequeno” Fonte: Afonso, 2000, p. 16.



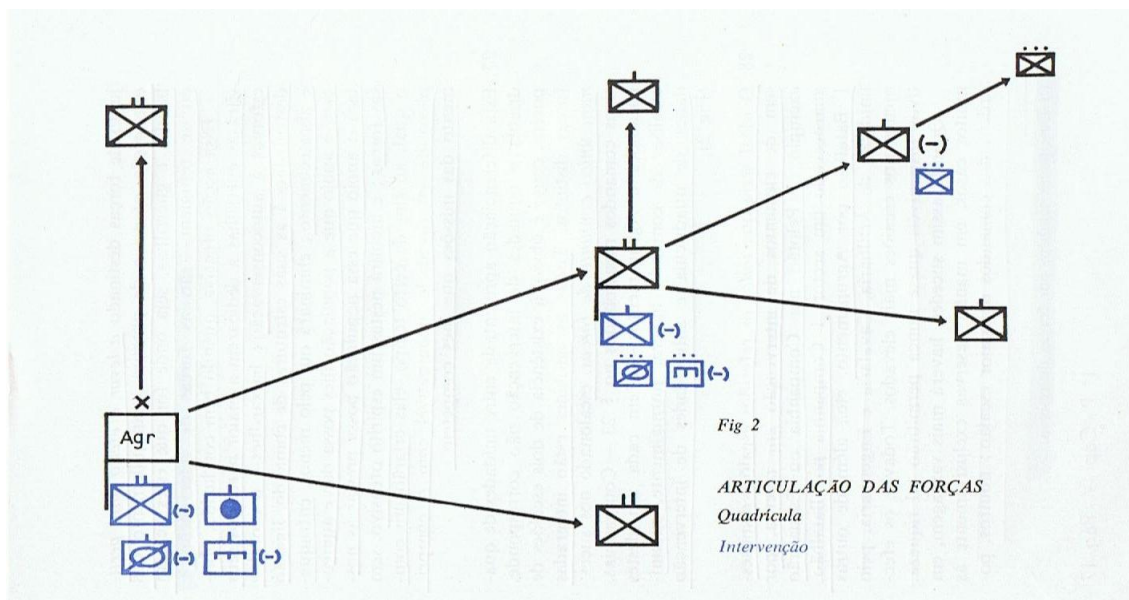
Anexo B – Panfleto de acção psicológica ⁶²



⁶² Fonte: Afonso, 2000, p.263



Anexo C– Articulação das forças no Ultramar⁶³



⁶³ Fonte: EME, 1963b, p.18.



Anexo D – Programa do Curso de Guerra Subversiva⁶⁴

Anexo 2 ao Capítulo V	
PROGRAMA DO “CURSO DE GUERRA SUBVERSIVA”	
Primeira Parte — Formação Psicossocial e Política	
I — A GUERRA REVOLUCIONÁRIA — 10 horas.	
A — O marxismo-leninismo.	
1 — Seus princípios;	
2 — Aspecto filosófico, social e político;	
3 — História e evolução.	
B — Objectivos do comunismo.	
1 — Objectivo final;	
2 — Objectivos intermédios;	
3 — Sua posição actual.	
II — A GUERRA SUBVERSIVA — 15 horas.	
A — Sua realidade;	
B — Em que consiste;	
C — Porque é possível;	
D — Análises de casos concretos.	
III — A DEFESA CONTRA A SUBVERSÃO — 98 horas.	
A — Generalidades.	
1 — Erros normalmente cometidos;	
2 — Problema jurídico;	
3 — Problema da ideologia;	
4 — Integrantes da reacção;	
5 — Pacificação:	
a) — Em que consiste;	
b) — Seus factores e princípios;	
c) — Sua execução.	
B — Arma psicológica.	
1 — Princípios gerais;	
2 — Informação psicológica;	
3 — Papel e emprego da arma psicológica:	
a) — Contra o adversário;	
b) — Sobre as nossas tropas;	
c) — Sobre as populações.	
4 — Métodos de acção:	
a) — Princípios;	
b) — Contacto com as populações;	
c) — Os choques psicológicos;	
d) — A organização das populações.	

⁶⁴ Fonte: CECA, 1988, p.345-348.



- 5 — Meios utilizados:
 - a) — Natureza e características;
 - b) — Princípios de emprego.
- C — Arma social.
 - 1 — Princípios gerais;
 - 2 — Métodos de acção:
 - a) — Acção de ordem geral;
 - b) — Acção particularizada.
 - 3 — Meios utilizados.
- D — Arma política
 - 1 — Princípios gerais.
 - 2 — O problema de África:
 - a) — Sua evolução até ao final da 2.^a guerra mundial;
 - b) — Características actuais;
 - c) — Factores que o condicionam.
 - 3 — Portugal perante o problema:
 - a) — A política nacional ultramarina;
 - b) — A nossa posição espiritual;
 - c) — As nossas posições geográficas.
 - 4 — Estudo em pormenor dos problemas da Guiné, Angola, Moçambique e Índia.
 - 5 — Análise sumária dos problemas das restantes províncias.

IV — TRABALHOS DE APLICAÇÃO PRÁTICA — 180 horas.

- A — Preparação dos elementos para os choques psicológicos.
- B — Elaboração do plano de uma campanha psicossocial e a sua execução.
- C — Estudos sobre o ultramar.
- D — Elaboração do plano de uma “operação piloto” de pacificação no ultramar.

V — VISITAS — 30 horas.

- Órgãos de informação pública.
- Instituições de assistência social, etc.

Segunda Parte — Formação Militar

I — PREPARAÇÃO PRÁTICA

A — Formação Física — 136.

- 1 — Testes.
- 2 — Ginástica base.
- 3 — Exercícios de aplicação militar:
 - a) Pistas de obstáculos;
 - b) Percursos “Tarzan”;
 - c) Percursos de endurecimento;



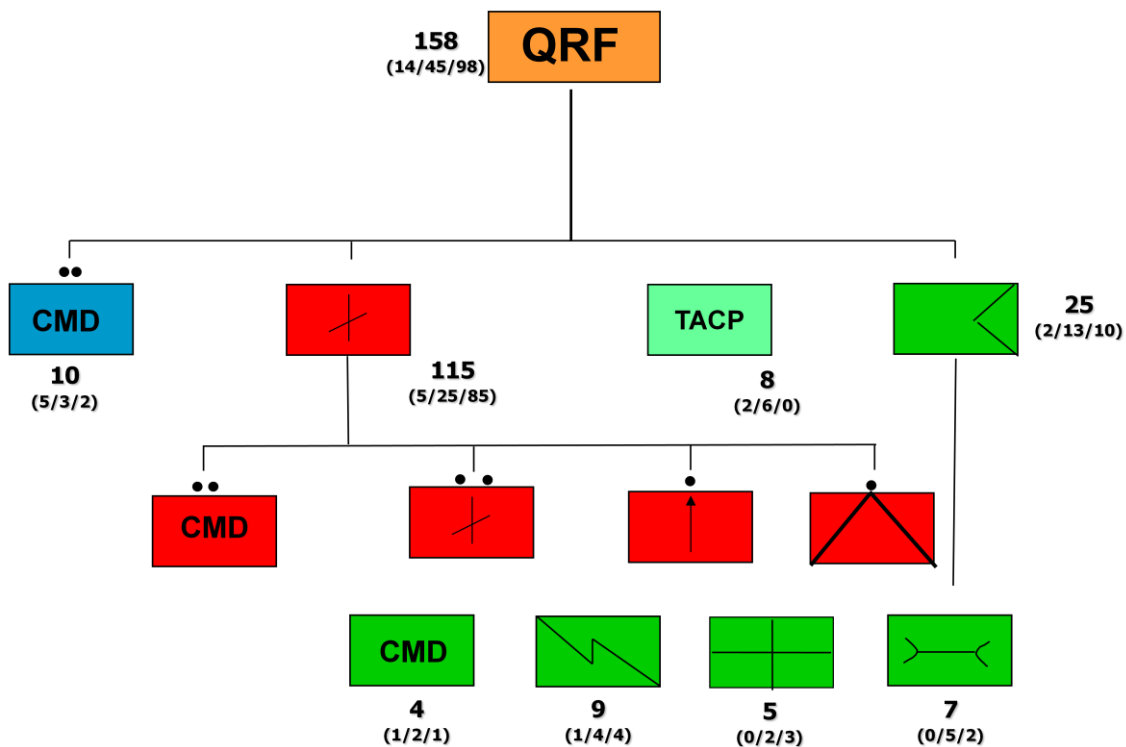
- d) Percursos de resistência em terreno difícil (leitos de rios, montanhoso, arenoso, etc.);
 - e) Marchas a corta-mato e de orientação;
 - f) Trabalho de estrada;
 - g) Treino de escalada;
 - h) Natação militar.
- 4 — Combate corpo a corpo.
- 5 — Desportos:
- a) Corrida;
 - b) Natação;
 - c) Navegação à vela e em canoa;
 - d) Colectivos (raguebi).
- 6 — Provas de aproveitamento — "Pentatlo dos Comandos".
- B — Formação técnica — 130.**
- 1 — Bivaque.
 - 2 — Sobrevivência.
 - 3 — Técnica de evasão.
 - 4 — Orgânica das unidades tipo "comandos".
 - 5 — Explosivos e armadilhas.
 - 6 — Topografia (sessões práticas).
 - 7 — Observação com vista à informação.
 - 8 — O atirador especial e a sua importância na guerrilha.
 - 9 — Ligação individual.
 - 10 — Transmissões.
 - 11 — Transposição de cursos de água.
 - 12 — Informações.
 - 13 — Instrução nocturna (duas a três sessões por semana).
 - 14 — Higiene e primeiros socorros.
 - 15 — Tiro.
 - a) De combate (de dia e de noite);
 - b) Instintivo (de dia e de noite);
 - 16 — Exercícios de aplicação.
- — COMBATE**
- 1 — Deslocamentos.
 - 2 — Ligação colectiva.
 - 3 — Processos e tácticas de subversão.
 - 4 — Embarque e desembarque, carga e descarga de material nos meios de transporte terrestres, aéreos e marítimos.
 - 5 — Adaptação do combatente à floresta, montanha e deserto.
 - 6 — Combate de noite (1 a 3 sessões por semana).
 - 7 — Operações especiais:
 - a) Golpes de mão;
 - b) Emboscadas;
 - c) Patrulhas;
 - d) Combate de povoações;
 - e) Operações de limpeza;



f) Acções de polícia;	
g) Protecção de pontos importantes;	
h) Itinerários (protecção e abertura táctica).	
8 — Exercícios de aplicação prática com duração progressiva até ao máximo de três dias completos no campo.	
III — EXERCÍCIOS DE CONJUNTO — 1 semana.	
RESUMO:	
Tempo de duração do curso	21 semanas
Total de horas diurnas	813 horas
Na primeira parte 9 semanas a 37 H = 333 H	
Na segunda parte 12 semanas a 40 H = 480 H	
TOTAL	813 H



Anexo E - ORGANOGRAMA da QRF/FND/ISAF⁶⁵



⁶⁵ Fonte: Relatório Fim de Missão, 1º Semestre 2007.



Anexo F – Historial da presença no Afeganistão:⁶⁶

Agosto de 2005 a Fevereiro de 2006

1ª Companhia de Comandos / Brigada de Reacção Rápida

Fevereiro de 2006 a Agosto de 2006

2ª Companhia de Comandos / Brigada de Reacção Rápida

Agosto de 2006 a Fevereiro de 2007

Batalhão de Infantaria Pára-quedista / Brigada de Reacção Rápida

Fevereiro de 2007 a Agosto de 2007

2ª Companhia de Comandos / Brigada de Reacção Rápida

Agosto de 2007 a Fevereiro de 2008

22ª Companhia de Atiradores Pára-quedista / Brigada de Reacção Rápida

Fevereiro de 2008 a Agosto de 2008

1ª Companhia de Comandos / Brigada de Reacção Rápida

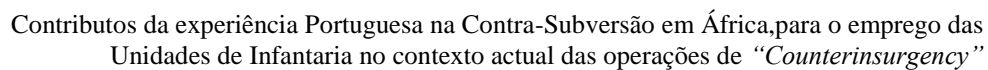
Agosto de 2008

Fim da participação do Exército Português como Força Nacional Destacada no Teatro de Operações do Afeganistão

Fevereiro de 2010 a

2ª Companhia de Comandos / Brigada de Reacção Rápida

⁶⁶ Fonte: www.exercito.pt/portal/exercito/_specific/public/allbrowsers/asp/projuoutmission.asp?stage=2&id=88



```
graph TD; RC[RC-CAPITAL] --- Q[QRF/FND/ISAF<br/>(PRT CONTINGENT)]; Q --- EM[EM]; Q --- DEST[DEST AP SVC]; Q --- Branch[ ]; Branch --- Comp[CompManobra]; Branch --- TAC[TACP]; RC -.->|Comando Tático| TAC;
```

AspOf Al Inf Nelson Paulo



Anexo H – ESTÁGIOS/CURSOS/ACÇÕES DE FORMAÇÃO⁶⁸

ESTÁGIO	DATA	INSTRUENDOS	QUEM MINISTRA	POC	LOCAL
Estágio de Controlo de Tumultos (CRC)	23/25JAN	2CCmds	GNR	Ten Cruz 962088031	RI3
Estágio de Chefes de Viatura e Condutores da VBL M11	11/22DEZ	Chefes de Viatura e Condutores da 2CCmds	EREC	1Sar Talhinhas 968842288	RI 3
Estágio de Manutenção de Equipamento Geral	15/19 JAN	Sargento Mecânico de Eq Geral		Cap Couto 419410	CMElect
Estágio de Manutenção de material de transmissões	15/19 JAN	Sargento Rádio Montador			
Estágio Centrais	15/19 JAN	Sargento TPF			
Estágio de Técnicos de manutenção das viaturas	15/19 JAN	Módulo de Manutenção		Cap Marques 464030	RMan
Estágio de Chefes de Viatura HMMWV	05/09FEV	Chefes de Viatura e Condutores da	2CCmds	Cap Grilo 451066	RI 3

⁶⁸ Fonte: Relatório Fim de Missão, 1º Semestre 2007.



		2CCmds			
Estágio de Condutores da Viatura HMMWV	31JAN/01FEV	Condutores da 2CCmds		Maj Chanca 452008	EPA
Estágio de Operações de Terminal	15/19 JAN	Sargento Terminal e Equipa Terminal do RI3	Cmd Log	Cap Lopes 428852	Rep Tpt / Cmd Log
Estágio de Material de transmissões	14/18DEZ	Módulo Tms		Maj Sousa 432032	EPT
Estágio de Segurança e material cripto	11/14DEZ	2 Graduados Mod Tms			
Inibidor de frequências	22/23 JAN	Módulo Tms			
Estágio de Missil TOW	11/15DEZ	Sec ACar da 2CCmds	EREC	Cap Ponte 462210 1Sar Dias da Silva 462845	QUARTEL DA CAVALARIA
Estágio míssil MILAN	29JAN/02FEV	Sec ACar da 2CCmds	EPI	TCor Dias 420437	EPI
Curso Suporte Básico de Vida	22JAN/02FEV	18 militares da 2CCmds e Mod Sanitário		Ten Ferreira 429857	ESSM
Curso de Condutores Categoria C	13DEZ até 30JAN	19 militares 2CCmds	CICA	Cap Verdugo 453180	RC3
Embarque/desembarque e voo táctico	17JAN	2CCmds	Força Aérea	Cap Marques 475097	BA6



em aeronave C-130 (CANCELADO)					
Acção de Formação sobre Portal Web	21DEZ 09:00/10:30	3 militares do COT e Of Tms	G6/BrigRR	TCor Santos 475015	RI3
MMHS	15/19 JAN	Módulo Tms		Cap Soares 421053	RTm
Satélite		Módulo Tms			
SES		Módulo Tms			
Correio Electrónico	16 JAN	2 Graduados Mod Tms		Cap Soares 425042	CIE
Gestão Domínio		2 Graduados Mod Tms			
IxBBox	18 JAN	Of Tms		Cap Branco	DCSI
Link Satélite		Of Tms			
Curso de Cabos “Comandos”	13DEZ/09FEV	21 militares da 2CCmds	2CCmds	Cap Grilo 451066	RI3
PC MAP	24 a 26JAN	5 militares	IGeoE	TCor Gomes 425422	IGeoE
Serviço Postal Militar	14 a 16FEV	1 militar	RTransp	Ten Guerreiro 425632	RTransp